

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RICARDO FAGUNDES LEÃES

IRÃ E TURQUIA: CONSTRUÇÃO NACIONAL E PROJETO DE PODER
REGIONAL

Porto Alegre

2012

RICARDO FAGUNDES LEÃES

IRÃ E TURQUIA: CONSTRUÇÃO NACIONAL E PROJETO DE PODER
REGIONAL

Monografia apresentada ao Departamento
de Ciências Econômicas da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da
Silva

Porto Alegre

2012

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Valéria, por me ensinar o valor do amor incondicional. Ao meu pai, Eduardo, por me mostrar a importância do companheirismo abnegado. A ambos, também, por fomentarem o gosto pela leitura e pela política. Aos outros familiares, avós, bisavós, tios, tias e primos, pelo incomensurável amor, apoio, dedicação e afeto com que fui abençoado.

À UFRGS por me proporcionar uma educação de qualidade ímpar. Aos funcionários da Universidade, por seu empenho em viabilizar nossa vida acadêmica. Aos docentes da UFRGS, em especial aos professores André Reis, pela contribuição intelectual, orientação e incentivo, Zé Miguel, pelo exemplo, e Érico Duarte, pelos conselhos para a elaboração deste trabalho. Aos colegas, pela amizade formada.

A todos os meus amigos, que sempre estiveram presentes ao longo desta caminhada. Dentre esses, em especial, ao Fernando Mattos, cujo apoio intelectual foi imprescindível para a realização deste trabalho. Aos meus alunos, que me mostraram os prazeres proporcionados pela transmissão do conhecimento.

À Paula, pelo amor, carinho, incentivo, compreensão e companheirismo, sem os quais nunca teria sido possível completar essa jornada.

RESUMO

Após serem subjugados por potências europeias, o Irã e a Turquia iniciaram um longo processo de modernização, visando à construção de um Estado nacional capaz de suportar as pressões do sistema internacional. Nessas circunstâncias, os países adotaram uma política externa reativa, temendo conflitos internacionais. Durante a Guerra Fria, ambos se aliaram aos Estados Unidos, a despeito de alguns desvios. No entanto, os caminhos divergiram em 1979, quando o Irã abandonou a esfera de influência norte-americana, ao passo que os turcos estreitaram laços com Washington. Em seguida à queda da URSS, ambos passaram a se dedicar mais às questões regionais, que se tornou o centro de suas diplomacias nos anos 2000, quando começaram a disputar a hegemonia regional.

ABSTRACT

After being explored by european powers, Iran and Turkey have initiated a long modernization process, intending to build a national state capable of tackling the pressures of the international system. Under these circumstances, both countries adopted a reactive foreign policy, fearing international conflicts. During the Cold War, they took the Western side, in spite of a few *détours*. However, their paths took different ways in 1979, when Iran started its rivalry against the United States. Following the USSR's fall, they both have begun to dedicate more attention to regional affairs, which became the bedrock of their diplomacies in the 2000s, when they embarked on a veiled competition to achieve regional hegemony.

LISTA DE SIGLAS

Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC)
Gasoduto Baku-Tbilisi-Erzurum (BTE)
Autoridade Nacional Palestina (ANP)
Governo Regional do Curdistão (KRG)
Organização para Cooperação de Xangai (OCX)
Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP)
Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana (APOC)
Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE)
Organização do Tratado Central (CENTO)
Organização Nacional de Inteligência e Segurança (SAVAK)
Partido Islâmico Republicano (PIR)
Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP)
Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)
Comitê para a União e o Progresso (CUP)
Partido Republicano Popular (CHP)
Partido Democrático (DP)
Partido da Justiça (AP)
Comunidade Econômica Europeia (CEE)
Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE)
Comando das Forças Terrestres Turcas (TLFC)
Tanque Principal de Batalha (MBT)
Força de Implementação da Lei (LEF)
Guardas Revolucionárias (IRGC)
Partido da Ação Nacionalista (MHP)
Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)
Partido da Pátria Mãe (ANAP)
Acordo de Cooperação Econômica e de Defesa (DECA)
Partido Populista Socialdemocrático (SHP)
Partido Popular dos Trabalhadores do Curdistão(HEP)
Partido do Bem-Estar (RP)
Partido da Virtude (FP)
Partido Democrático de Esquerda (DSP)
Partido da Ação Nacional (MHP)
Partido da Felicidade (VP)
Emirados Árabes Unidos (EAU)
Conselho de Cooperação do Golfo (GCC)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Gastos Militares Nominais do Irã.....	95
Gráfico 2. Gastos Militares do Irã em Percentual do PIB.....	95
Gráfico 3. Gastos Militares Nominais da Turquia.....	99
Gráfico 4. Gastos Militares da Turquia em Percentual do PIB.....	99
Gráfico 5. Comparação dos Gastos Militares Nominais de Irã e Turquia.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Análise Quantitativa das Forças Armadas de Irã e Turquia.....	92
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 A CONSTRUÇÃO NACIONAL	14
2.1 IRÃ	14
2.2 TURQUIA	35
3. O PROJETO DE PODER REGIONAL	59
3.1 A POLÍTICA EXTERNA DO IRÃ (2005-2012)	62
3.2 A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA (2003-2012)	75
3.3 AVALIAÇÃO DAS CAPACIDADES	88
3.3.1 ECONOMIA	88
3.3.2 FORÇAS ARMADAS	92
4. CONCLUSÃO	102
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

1. Introdução

O equilíbrio regional no Golfo Pérsico tem sofrido diversas alterações ao longo dos últimos anos. Desde o final da Guerra Fria, abriram-se novas perspectivas para os países da região tentar alterar-lhe a balança de poder, objetivando expandir sua área de influência de modo a assegurar seus próprios interesses. No que diz respeito ao Irã e à Turquia, nota-se que a ausência de superpotências implicou uma alteração paradigmática em termos de política externa, pois os turcos, de alguma forma, puderam se descolar da esfera de influência norte-americana, ao passo que os iranianos imprimiram um caráter mais pragmático à sua diplomacia, visando à diminuição de tensões com os Estados Unidos. Além disso, o surgimento de novos Estados oriundos do esfacelamento da União Soviética – mesmo que não estejam, geograficamente, no Golfo Pérsico – sinalizou a rivalidade entre turcos e iranianos por seu controle.

A presença militar norte-americana também se elevou significativamente nos últimos vinte anos. Desde a Guerra do Golfo em 1990, que já indicava o enfraquecimento soviético, os Estados Unidos expandiram sua área de influência em uma região onde, até então, operavam através de países satélites, principalmente. Nesse momento, o país contou com o apoio de diversos aliados para derrocar as pretensões expansionistas de Saddam Hussein. É necessário observar que tanto turcos quanto iranianos mostraram-se favoráveis à Guerra do Golfo, o que, no entanto, foi percebido de maneira distinta em cada um desses países. Por um lado, o presidente turco Özal, que acreditava que a parceria com os Estados Unidos era essencial, foi criticado por ceder bases militar para os ataques norte-americanos, ao passo que seu homólogo iraniano, Rafsanjani, obteve êxito em melhorar a visão dos árabes sobre o Irã. Jhvjvjvv

Desde então, aconteceram mudanças relevantes na Turquia e no Irã. Os turcos tiveram um governo islâmico em 1996, que prometeu se aproximar dos países vizinhos, dentre os quais o Irã, mas que foi deposto por um golpe militar no ano seguinte. Ainda sim, em 2002, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), de viés islâmico, assumiu o poder, onde se encontra até hoje. O AKP se notabiliza por tentativas de maior participação nos assuntos regionais. Em relação ao Irã, deve-se ressaltar a ascensão de Khatami em 1997, presidente que buscou dirimir as críticas da sociedade internacional

ao seu país, através de uma política reformista. Khatami, no entanto, não teve sucesso, o que se cristaliza pela inclusão do Irã no chamado “Eixo do Mal” em 2002. Em virtude de seu fracasso, o grupo reformista perdeu espaço na política iraniana, dando lugar aos neoconservadores liderados por Ahmadinejad, que se tornou presidente em 2005.

O presente trabalho lança mão do conceito de realismo ofensivo para entender as relações entre Irã e Turquia e seu interesse na hegemonia regional. John Mearsheimer, um dos grandes teóricos do realismo ofensivo, parte da premissa segundo a qual a anarquia do sistema internacional é um elemento desestabilizador para os Estados, na medida em que um rival pode procurar maximizar poder às suas expensas. Dessa forma, como os Estados nunca estão satisfeitos com sua parcela de poder no sistema – consequência da própria anarquia –, é natural que tenham pretensões hegemônicas, para garantir sua segurança e sobrevivência. Nessa conjuntura, a vontade que um país tem de evitar ataques à sua integridade se contrapõe à incerteza em relação às atitudes dos outros Estados, tornando a hegemonia a única alternativa possível. Se essa hipótese estiver correta, um embate entre iranianos e turcos passa a ser provável.

As relações entre Irã e Turquia, porém, se desenvolveram de forma aparentemente contraditória ao longo da última década, ao menos à luz do realismo ofensivo, que suporia um sentimento de desconfiança mútua entre os atores que poderia exercer hegemonia no Golfo Pérsico e em parte da Ásia Central. No entanto, esse comportamento não necessariamente aponta uma inconsistência em relação à teoria de John Mearsheimer, mas sim um reordenamento estratégico com o intuito individual, tanto de iranianos quanto de turcos, de aumentar suas capacidades. Dessa forma, a recente aproximação seria uma tentativa de angariar fundos e forças para que possam, no médio e longo prazo, concretizar seu projeto de poder. Se assim for, a atual cooperação tenderá a se transformar em um confronto diplomático.

O Irã suscita uma série de dúvidas na comunidade internacional no que diz respeito às perspectivas que existem para que o país se torne uma potência média. Ressalta-se, por um lado, que Teerã possui um enorme potencial petrolífero e que, nos últimos anos, têm procurado dinamizar suas parcerias estratégicas, visando à atração de investimentos externos direto de países como China, Rússia, Brasil e a própria Turquia. No entanto, permanecem longe de serem dissipadas as questões relativas à insegurança que o Irã desperta na comunidade internacional. Sua retórica antiamericanista e suas

ameaças a Israel parecem justificar – perante as instituições internacionais e as grandes potências – as sanções que lhe foram aplicadas. Nessas circunstâncias, não se pode prever com acuidade se o Irã tem condições para sustentar taxas de crescimento econômico em longo prazo e de desenvolver suas capacidades militares.

A situação da Turquia se distingue da iraniana sob diversos aspectos. Em primeiro lugar, o país não é considerado um pária na sociedade internacional, e sobre ele não recaem sanções dos mais diversos matizes, o que inegavelmente é prejudicial ao desenvolvimento das capacidades de um Estado. Além disso, a Turquia tem uma economia mais avançada do Irã, o que não se mede somente em termos quantitativos, mas, sobretudo, sob o ponto de vista qualitativo, na medida em que há um maior equilíbrio entre os setores, o que não acontece no Irã, cuja economia depende muito do ramo petrolífero. Por fim, não se pode deixar de mencionar o fato de que, militarmente, Ancara conta com o apoio norte-americano desde os princípios da Guerra Fria, ao passo que Teerã conta com material defasado, e não conseguiu consolidar uma parceria militar com Rússia e China, o que poderia atenuar essas dificuldades.

É razoável imaginar, portanto, que a Turquia tenha mais condições de desempenhar um papel proeminente no Golfo Pérsico, levando-se em consideração os fatores supracitados. Dada a anarquia do sistema internacional e a pertinência do realismo ofensivo de Mearsheimer, é possível projetar uma situação de rivalidade em um futuro próximo. Caso esse prognóstico se confirme, a flagrante superioridade turca em termos de capacidade econômica e militar deixará ao Irã a possibilidade de aceitar a supremacia turca ou combatê-la. No entanto, está arraigada na sociedade iraniana a noção atávica de que o país, o herdeiro do Império Persa, é imprescritivelmente uma potência regional. Deste modo, não soa plausível a aceitação da hegemonia turca no Golfo Pérsico, o que teria de ser contraposto de alguma maneira.

A análise sobre o equilíbrio regional no Golfo Pérsico torna-se essencial à medida que evolui a presença militar dos Estados Unidos no local e que Irã e Turquia passam a estabelecer uma estratégia de hegemonia da área em questão. A proeminência do tema também se vincula aos recentes desdobramentos da política externa iraniana, cuja retórica adquiriu um caráter mais agressivo no que diz respeito aos Estados Unidos e a Israel. Assim, embora Ancara e Teerã mantenham rugas pelo fato de que os turcos reconhecem o direito do Estado de Israel há muitas décadas, é manifesto o bom

relacionamento que ambos tiveram ao longo dos últimos anos, o que se intensificou a partir do momento em que os partidos de base religiosa ganharam peso na política turca. Nos últimos anos, o interesse turco em mediar o programa nuclear iraniano demonstra o grau de empenho da Turquia para exercer influência em sua região.

Embora se tenha verificado uma aproximação entre Irã e Turquia no último decênio, é preciso constatar que, caso ambos tenham realmente interesse em se tornar um hegêmona regional (como, de fato, as evidências sugerem), não é plausível imaginar um cenário sem disputas diretas no médio e longo prazo, ao contrário do que vem acontecendo até agora. Nessas circunstâncias, é fundamental avaliar quais são as capacidades de cada um, sejam militares, econômicas ou populacionais. Esses dados são essenciais para que se estabeleça uma comparação entre os dois países, a fim de imaginar qual poderia ser o desfecho de um eventual conflito entre eles. Além disso, se houver uma disparidade considerável, será forçoso averiguar as possibilidades que o lado mais fraco teria para contrabalancear o seu oponente de uma maneira não bélica.

A inferência descritiva é o modelo a ser utilizado na pesquisa para que verifiquem as perspectivas em relação aos projetos hegemônicos de Irã e Turquia para o Golfo Pérsico. Para tanto, é fundamental a análise das variáveis que incidem sobre esse problema. Há, com efeito, uma série de variáveis independentes em relação às políticas externas iraniana e turca que são essenciais para concatenar o desencadeamento dos fatos. Por um lado, para o Irã, destacam-se a viabilidade da manutenção do crescimento econômico, os desdobramentos da política interna, os constrangimentos do sistema internacional e o programa nuclear. Por outro lado, importa para a Turquia a relação entre os setores seculares e os islâmicos, o apoio ao Ocidente e o ingresso na União Europeia. Esses fatores são essenciais para que o desenvolvimento das forças armadas de cada um desses países possa se concatenar com seu projeto hegemônico.

Esta monografia está dividida em dois capítulos. O primeiro destes procura traçar um apanhado histórico do Irã e da Turquia desde o final do século XIX, quando começaram a se firmar as bases recentes desses países. Esta parte, que possui um caráter mais descritivo, também tem aspectos analíticos, pois trata de averiguar os principais determinantes e condicionantes para iranianos e turcos em relação às suas políticas externas. Dessa forma, se observam as transformações por que passaram os dois países ao longo do período analisado. O primeiro capítulo está subdividido em duas partes,

sendo que uma está reservada para analisar os fenômenos relativos ao Irã desde a inauguração da dinastia Pahlevi, e a outra para o estudo da história turca a partir da ascensão de Kemal Atatürk. Esse recorte foi utilizado por ser considerado o momento em que os países ingressaram no cenário internacional da maneira que lhes seria peculiar ao longo das décadas subsequentes.

O Irã, em um primeiro momento, teve de se adaptar às estruturas de um Estado nacional moderno, o que se deu através da constituição de uma burocracia e de um Exército eficientes, pois à época da dinastia Qajar o país carecia desses instrumentos para assegurar o monopólio do poder por parte da autoridade central. Esse processo foi iniciado por Reza Khan, que teve êxito em sua empreitada e governou até a invasão anglo-russa em 1941, quando abdicou em nome de seu filho, Reza Pahlevi. O novo Xá só assumiu o poder, *de facto*, em 1953, após o golpe de Estado arquitetado pela CIA que derrubou o Primeiro Ministro Mohamed Mossadegh. Nesse momento, Reza Pahlevi tomou o controle efetivo do país e o alinhou com os Estados Unidos, tornando-se um dos principais responsáveis pela contenção ao expansionismo soviético na região. Em 1979, porém, uma revolução liderada por setores clericais derrubou o Xá e inaugurou uma nova era na história iraniana, na qual o país passou a buscar autonomia.

A criação da Turquia moderna aconteceu apenas dois anos após a ascensão de Reza Khan no Irã. A partir de uma revolução capitaneada por Mustafá Kemal, foi inaugurada a República da Turquia, calcada em ideais ocidentais, o que ia de encontro às características muçulmanas do antigo império. Atatürk lançou mão de uma política pacífica, pois sabia da necessidade que os turcos tinham de se fortalecer para que pudessem agir com autonomia no sistema internacional. Posteriormente, a Turquia foi um grande aliado dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, também para evitar a expansão soviética ao redor do mundo. Com o desmoronamento da URSS, contudo, Ancara precisou encontrar um novo paradigma para suas relações internacionais, que já não poderiam ficar circunscritas aos padrões da bipolaridade. A mudança de paradigmas aconteceu, com efeito, em 2002, quando ascendeu o AKP, um partido de viés islâmico, que apregoava a ideia de que a Turquia deve exercer um papel de liderança no Oriente Médio e na Ásia Central sem se curvar aos interesses norte-americanos.

O segundo capítulo dessa monografia está dividido em três partes. Em primeiro lugar, verificou-se o comportamento recente do Irã em termos de política externa

regional, com o objetivo de aferir se suas relações bilaterais com os Estados vizinhos demonstram que o país lhes dá prioridade. Segundo, estabeleceu-se uma apreciação, nos mesmos critérios, sobre a Turquia, a fim de possibilitar uma comparação posterior. Por fim, foram averiguados os aspectos relativos às capacidades econômicas e militares de cada um desses países. Entende-se que a avaliação desses elementos é indispensável para que se observe se um desses Estados se encontra à frente do outro em termos de poder relativo, uma vantagem incomensurável considerando-se que ambos têm um projeto de poder cujo eixo é sua consolidação como potência regional. Após a realização dos dois capítulos desse trabalho, foi possível elaborar uma conclusão que demonstra a supremacia turca em relação ao Irã.

2. Construção Nacional

2.1 O Irã:

A construção do Irã moderno deu-se a partir de 1925, quando o comandante militar cossaco Reza Khan Pahlevi – que já havia conquistado o poder quatro anos antes – foi coroado como Xá da Pérsia, inaugurando uma nova dinastia. A ascensão de Reza Khan representou um ponto de inflexão para a história iraniana porque permitiu a consolidação de um Estado Nacional nos padrões contemporâneos, o que contrastava com o período em que a dinastia Qajar reinava na Pérsia. Até então, embora o Xá tivesse as prerrogativas de um “déspota oriental”, sua autoridade pouco se estendia além de Teerã. Na verdade, a administração real acontecia através de notáveis locais e de chefes tribais – camadas sociais de proprietários de terra –, que detinham o controle sobre o que se passava no interior da Pérsia. A burocracia e o Exército do poder central tinham um tamanho reduzido, o que impossibilitava seu domínio na prática. Nesse período, se tornaram constantes as investidas de potências europeias, Grã-Bretanha e Rússia no território persa, o que causava um mal estar na sociedade local e uma desconfiança em relação aos Qajars. (Abrahamian, 2008, p. 08 e 09).

Um elemento de grande importância para a política externa do Irã que já se manifestava à época dos Qajars era a proeminência do Clero na sociedade local. Na verdade, a Pérsia se tornou xiita a partir de 1501, com a dinastia dos Safávidas, que procuravam se diferenciar de seus adversários otomanos, sunitas. Contudo, a importância das lideranças religiosas cresceu no momento em que os Safávidas entraram em decadência, na primeira metade do século XVIII. Nesse momento, o Clero xiita desenvolveu uma estrutura institucional que lhe permitia sobreviver à revelia do poder central. O principal exemplo da autonomia de que gozavam os clérigos vem do sistema de taxaço adotado nesse contexto: ao contrário de outros religiosos, que recebiam os impostos que o reinado lhes passava, os xiitas recolhiam os tributos diretamente da população, dispensando os intermediários. A partir das pressões imperialistas no século XIX, o Clero passou a ser reconhecido como o único defensor do nacionalismo e da independência iraniana (Perry, 2010, p. 130, 131 e 132).

Em 1892, na sequência da concessão do monopólio para a produção e distribuição de tabaco para os britânicos, o Xá Nasiruddin teve de enfrentar uma série

de manifestações que o fizeram retirar sua permissão. O Protesto do Tabaco foi articulado por clérigos que se aliaram com setores de intelectuais seculares e nacionalistas. Essa paradoxal aliança se configurou, também, no início da Revolução Islâmica de 1979, evidenciando a ampla margem de manobra dos mulás. Na esteira desses acontecimentos, surgiu outro movimento de oposição aos Qajars, mais eficiente e articulado. Os mesmos grupos que encabeçaram o Protesto do Tabaco se uniram aos proprietários de terra e aos comerciantes – temerosos da competição com os europeus – na Revolução Constitucional (1907-1911), que visava à criação de uma Assembleia Nacional (Majlis) e à limitação do poder do Xá (Hiro, 2009, p. 360 e 361).

No mesmo ano em que o movimento constitucional marcava sua entrada na política iraniana, o Reino Unido e a Rússia resolveram suas querelas e estabeleceram um acordo para dividir a Pérsia em duas áreas de influência. O Acordo Anglo-Russo determinava que o norte e o centro do país quedariam sob controle russo, ao passo que o sudeste ficaria sob os auspícios britânicos. Essa partilha não previa a dissolução do reino, pois pretendia, inclusive, a manutenção do Xá no poder, desde que subserviente aos interesses dos imperialistas. Com efeito, os russos invadiram o Irã em 1908, auxiliando a Brigada de Cossacos Persas (unidade militar de origem russo-persa controlada pelo Xá) a recuperar o terreno perdido para os constitucionalistas. Vale ressaltar que um ano antes da invasão russa, os turcos otomanos haviam sitiado regiões no Azerbaijão que pertenciam à Pérsia. Essas tropas permaneceram no local até 1911, quando foram expulsas por soldados russos (Farrokh, 2011, p. 223 e 224).

No início da década de 1920, o Irã poderia ser considerado como um “Estado falido”, uma vez que seu governo não mais detinha o monopólio do uso legítimo da força física. Várias províncias já estavam sob o controle de “senhores da guerra” interessados na desintegração da Pérsia. Os prognósticos dos contemporâneos que imaginavam que o país não se sustentaria unido, porém, não se confirmaram. Em 1921, o General Reza Khan, comandante cossaco, tomou Teerã de assalto com pouco mais de três mil homens, demonstrando a fragilidade do país. Tão logo assumiu as rédeas da política, Reza Khan prometeu facilitar a evacuação das tropas britânicas e a derrogação do Acordo de 1919. Contudo, em um primeiro momento, o general manteve o Xá oficialmente no poder, embora já sem nenhuma autoridade *de facto*. Além de cumprir suas promessas, Khan formalizou um tratado com os soviéticos, que os incitava a sair

do território iraniano e a cancelar os empréstimos e concessões realizados durante o período czarista (Abrahamian, 2008, p. 63 e 64).

O êxito de Reza Khan na retirada das tropas russas e britânicas do Irã – uma antiga reivindicação dos mais variados setores da sociedade iraniana – só foi superado por seu sucesso em eliminar os focos internos de dissenso que havia à época. Khan compreendeu que as dificuldades dos Qajars decorriam, em grande parte, de sua incapacidade em governar sem a dependência de autoridades locais. Em um período de paz, essa delegação de funções não trazia problemas, mas nas épocas de crise essa estrutura institucional acarretava desejos segregacionistas por parte das lideranças regionais. Ciente da responsabilidade que tinha, Reza Khan tratou de reorganizar o país de forma a recuperar o poder da autoridade central, o que era desejado pelos clérigos e pelos nacionalistas. Em 1926, Khan estava disposto a fundar uma república, mas foi dissuadido dessa vontade por influência dos aiatolás, que lhe sugeriram a inauguração de uma nova dinastia, os Pahlevis.

O Reza Xá representou um verdadeiro ponto de inflexão na história do Irã. Se no momento de sua ascensão o país era caracterizado pela tibieza da autoridade central, o contrário deve ser dito a esse respeito quando de sua abdicação. O novo Xá outra vez olhou para os erros dos Qajars como forma de assegurar o triunfo de sua dinastia: a carência de uma burocracia e de um Exército adequados era vista como um elemento desestabilizador por excelência. Durante a sua administração, a camada burocrática foi multiplicada por dezessete e o tamanho do Exército foi decuplicado. Naturalmente, essa expansão não era tão somente o signo de uma vontade política, mas também uma consequência do expressivo aumento de receitas obtidas através da exploração das jazidas de petróleo. Ademais, Reza Xá empreendeu uma radical transformação no sistema de coleta de impostos, que facilitava seu recolhimento por parte do poder em Teerã, em detrimento das regiões (Boer, 2009, p. 27).

Em termos de política externa, o Xá Reza Khan notabilizou-se por ter revogado as capitulações que determinavam que os europeus que cometessem um crime no Irã fossem julgados por seus próprios tribunais. O xá também cancelou a concessão à Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana, criada em 1909. Embora os britânicos tenham recebido outra permissão do gênero no ano seguinte, não se satisfizeram com a oferta iraniana. Além disso, Reza Xá aproximou-se da Alemanha nos anos 1930, país que se

tornou o maior parceiro comercial iraniano nessa época. Em 1934, Khan determinou que seu país deixasse de ser chamado de Pérsia para ser conhecido como “Irã”, nome que remetia à terra de origem dos povos “arianos”, o que foi visto como uma tentativa de afagar os oficiais nazistas. Essa situação desagradava a britânicos e soviéticos, que evidentemente estavam temerosos com a presença do Reich nas proximidades de suas tradicionais áreas de influência (Curtis & Hooglund, 2008, p. 29 e 30).

O início da Segunda Guerra Mundial sinalizou o final da administração de Reza Xá. Assim que o conflito estourou, o Irã manifestou seu desejo de permanecer neutro, como forma de não ver prejudicados seus interesses em relação à Alemanha. Contudo, essa hipótese era inaceitável para a União Soviética e para o Reino Unido, que passaram a planejar uma invasão em solo iraniano. A ocasião surgiu em 1941, quando os nazistas encetaram a Operação Barbarossa, devido à necessidade de transporte bélico através do Irã. Dessa forma, em agosto do mesmo ano as tropas britânicas e soviéticas lançaram um ataque simultâneo através do noroeste e do oeste do território iraniano, respectivamente. Nessas condições, o Xá julgou que sua permanência no poder seria improvável, e abdicou em nome dele seu filho, Mohamed Reza Xá Pahlevi. Esse acontecimento provou-se estrategicamente acurado, pois levou os iranianos para a esfera de influência dos Aliados (Boer, 2008, p. 27 e 28).

A ocupação anglo-soviética também implicou transformações significativas em termos sociopolíticos para o Irã. Entre 1941 e 1953, ocorreu um recrudescimento do poder constitucional, através do crescimento das funções da Majlis. Esse processo permitiu o retorno da influência dos notáveis na política nacional, tal como acontecia previamente à ascensão de Reza Khan (Abrahamian, 2008, p. 100). Entretanto, a presença dos aliados também propiciou uma severa falta de alimentos, o que levou a inflação às alturas. Como o êxodo rural avançava a passos largos, elevou-se a quantidade de proletários descontentes com sua situação e empenhados em ingressar em um novo movimento político para melhorá-la. Com efeito, emergiu aí o Tudeh, o Partido Comunista Iraniano, que canalizava os interesses das massas operárias. No entanto, o partido também era associado às determinações da União Soviética, como no caso da concessão de direitos à exploração de petróleo, que o Tudeh considerava um direito dos soviéticos (Curtis & Hooglund, 2008, p. 31).

A ocupação anglo-soviética também implicou transformações significativas em termos sociopolíticos para o Irã, uma vez que as dificuldades econômicas possibilitaram o surgimento do Partido Comunista, o Tudeh, cuja influência cresceu muito no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Na verdade, à época, o Irã se encontrava em uma situação *sui generis*, uma vez que experimentava o maior grau de liberdade política que já conhecera, embora não fosse uma democracia nos tradicionais moldes ocidentais. Nessas circunstâncias, o Tudeh passou a aglutinar as demandas dos setores populares e de determinados intelectuais. Ademais, uma das principais reivindicações do partido era a revogação da concessão à exploração de petróleo à Grã-Bretanha nos moldes que estavam estabelecidos, pois considerava que o governo iraniano deveria obter receitas maiores com a produção desta commodity. Ao final da guerra, o Tudeh manifestou seu apoio ao Partido Democrático Pishvari, que apregoava a independência do Azerbaijão. Na mesma época, emergiu um movimento análogo para a libertação dos curdos. A ocasião era ainda mais grave para o Irã porque a União Soviética mantinha suas tropas em seu solo e suportava os grupos irridentos (Behrooz, 2001, p. 366).

Contrariamente às forças britânicas e norte-americanas, os soviéticos não cumpriram o prometido e continuavam no norte do Irã no início de 1946. Esse fenômeno era caótico para os iranianos, pois a presença soviética assegurava o apoio material aos movimentos separatistas. Na tentativa de superar esse problema, o primeiro ministro iraniano, Ahmad Qavam acordou com as lideranças soviéticas a concessão para a exploração de petróleo. Essa proposta foi de agrado dos russos, que concordaram em evacuar o país em poucos meses. No entanto, esse acordo teria de ser ratificado pela Majlis, de acordo com a legislação iraniana, o que não foi visto como um empecilho pelos soviéticos no momento, mas se revelou um problema posteriormente. À exceção do Tudeh, a concessão foi bastante criticada no Irã, sobretudo pelos britânicos, que a consideraram como a venda do país para os russos. Apesar dessas desaprovações, a solução de Qavam foi fundamental para garantir a integridade do território iraniano, pois permitiu que o país se concentrasse em enfrentar seus frágeis inimigos sem o amparo da União Soviética (Farrokh, 2011, p. 289 e 290).

Em 1951, Mahmud Mossadegh elevou-se à condição de Primeiro Ministro, com o respaldo de sua atuação destacada na oposição às concessões para a União Soviética. Sua aparição insere-se no auge das manifestações nacionalistas no Irã, que eram influenciadas por grupos distintos: socialistas, clérigos e intelectuais seculares. Tão logo

assumiu o poder, Mossadegh passou a preconizar a nacionalização da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana (APOC), que operava em seu país desde 1909. Com efeito, Mossadegh não foi o primeiro a pensar nessa alternativa, pois em 1932 o Xá já havia manifestado sua intenção nesse sentido, mas sem sucesso. Em 1948, a Grã-Bretanha recebia muito mais com a APOC do que o Irã, e tratou de propor um pequeno aumento para os iranianos, negado pela Majlis, cujo desejo era a expropriação da companhia. Assim, em março de 1951, a nacionalização da empresa foi aprovada pelas instituições políticas iranianas (Painter, 1993, p. 01 e 02).

Na esteira desses acontecimentos, Mossadegh foi tachado de comunista pelas autoridades norte-americanas e britânicas, e não resistiu às pressões internacionais, sendo destituído em 1953, através de um golpe anglo-americano orquestrado pela CIA que ficou conhecido como Operação Ajax. Apesar da retórica anticomunista, que explica a deposição de Mossadegh através da lógica da Guerra Fria, argumenta-se também que a defesa do cartel petrolífero constituiu o principal motivador para esse fenômeno. De fato, à época da retirada de Mossadegh, o Irã era o segundo maior exportador de petróleo e possuía a terceira maior reserva em termos mundiais, o que fazia com que sua importância para o Reino Unido fosse irretocável. Ademais, uma medida nacionalista deste tipo, caso tivesse o êxito esperado, poderia suscitar exemplos ao redor do mundo – como na Venezuela, no Iraque e na Indonésia, por exemplo –, o que assombrava as autoridades norte-americanas (Abrahamian, 2008, p. 118 e 119).

O golpe também está vinculado à transição presidencial nos Estados Unidos, pois o presidente Harry Truman se mostrara razoavelmente solidário às pretensões nacionalistas iranianas, situação que se alterou completamente com a eleição de Dwight Eisenhower, que aprovou a operação da CIA. Em um primeiro momento, o plano pareceu ineficiente, e o Xá fugiu do país por temer um espírito revanchista do governo de Mossadegh. Alguns dias depois, contudo, as tropas leais a Reza Pahlevi conseguiram conter as manifestações populares, o que possibilitou a sua volta e, enfim, a deposição do Primeiro Ministro. Na sequência, seguiu-se uma série de ofensivas contra os setores contrários ao Xá, com destaque para o Tudeh, cujos líderes foram presos ou assassinados, o que ocasionou o desfecho de sua atuação na política. Em alguma medida, a depuração dos setores seculares nacionalistas abriu espaço para os clérigos voltarem a ter a primazia na oposição a Reza Pahlevi (Curtis & Hooglund, 2008, p. 34).

A saída de Mossadegh não só aumentou o poder do Xá – que passou a restringir a capacidade das instituições –, mas também marcou a entrada do Irã no sistema norte-americano de alianças, o que se deu através da criação do Pacto de Bagdá (organização militar que incluía o Iraque, a Turquia, o Paquistão e a Grã Bretanha), que se propunha como uma instituição securitária para o Oriente Médio e a Ásia Central, nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO). Essa aliança se estruturava em torno do projeto de contenção do expansionismo soviético ao redor do mundo. No caso específico do Irã, ainda se destaca o fato de que este serviria como um elo entre a OTAN e a SEATO. Entretanto, em 1958, um golpe no Iraque derrubou a monarquia do Rei Faisal e tirou o país do Pacto de Bagdá, que se tornou a Organização do Tratado Central (CENTO) subsequentemente (Feldberg, 2007, p. 75).

Tão logo o Irã e os Estados Unidos firmaram sua aliança, recrudescu o tamanho e o poderio do Exército iraniano, impulsionado pela assistência norte-americana. Entre 1949 e 1952, por exemplo, foram enviados 32 milhões de dólares para Teerã, tanto para auxílio econômico quanto militar. Entre 1955 e 1957, porém, os EUA reservaram ao país dos aiatolás mais de 500 milhões de dólares, dois quais 125 eram para equipamentos bélicos. Ademais, a partir dos anos 1960 observa-se um aumento significativo dos efetivos militares iranianos, que somavam 218 mil homens em 1963 e passaram a totalizar 413 mil em 1977. Ao longo desses anos, emergiu no seio da comunidade árabe um movimento nacionalista – o pan-arabismo –, capitaneado pelo Egito de Gamal Nasser. Além de ser profundamente antiamericano, o pan-arabismo encetou uma parceria militar com a União Soviética, o que exasperava as lideranças norte-americanas. Mesmo após a morte de Nasser e do pan-arabismo, a influência soviética se fazia presente através do armamento do Iraque. Esses movimentos tornavam a importância do Irã cada vez maior (Farrokh, 2011, p. 304).

As duas últimas décadas do governo de Reza Pahlevi foram assinaladas por uma significativa alta no preço do petróleo, o que fez crescer a economia e multiplicou o orçamento. Ao invés de significar uma melhoria na qualidade da população em geral, esse fenômeno serviu para fomentar as admoestações a Reza Pahlevi, pois a maior parte dos recursos ou foi desviada em benefício das classes altas (sobretudo a família do Xá) ou foi utilizada pelo Exército. Os gastos com defesa entre 1953 e 1970 avançaram de 67 milhões de dólares para 844 milhões, um valor doze vezes maior. Em seguida, entre

1970 e 1977, estes montantes atingiram os 9,4 bilhões de dólares, o que representou um crescimento superior aos 1000% (Looney, 1988, p. 54). Reza Pahlevi, então, era visto somente como um déspota corrupto que lançava mão da riqueza de seu país para se locupletar e favorecer as instituições que lhe davam suporte, o Exército e a Organização Nacional de Inteligência e Segurança (SAVAK), a polícia repressiva de seu governo.

Após a proscrição definitiva do Tudeh, os clérigos xiitas assumiram o papel de bastiões da oposição às práticas do Xá. Os aiatolás reprovavam as maneiras ocidentais que Reza Pahlevi introduzira em seu país, por considerá-las como indignas da fé islâmica. Consideravam, ainda, que a aliança com os Estados Unidos – vista como um elemento de subserviência – representava um crime de lesa-pátria, na medida em que subordinava o Irã ao papel de gendarme norte-americano no Oriente Médio e na Ásia Central. Já estava arraigada na mentalidade dos líderes religiosos a ideia de que os iranianos deveriam ser mais do que um satélite de uma superpotência: o Irã estava fadado a ser uma potência regional autônoma, um Estado cujas atitudes deveriam ser tomadas à revelia dos interesses dos Estados Unidos e da União Soviética. Dentre as lideranças clericais, despontava a figura de Ruhollah Khomeini, célebre por suas críticas à monarquia. Em 1964, temeroso da popularidade do aiatolá, Reza Pahlevi forjou sua expulsão, e Khomeini se exilou no Iraque, em uma região de maioria xiita.

À medida que aumentavam as manifestações sociais, crescia o medo de Pahlevi, que receava uma revolução social. Para tentar evitar esse processo, o Xá estabeleceu um partido único no Irã, que trouxe consequências dramáticas para o governo iraniano. Com o intuito de agradar a população menos favorecida, o Xá determinou a criação de um salário mínimo, que deveria ser pago por todos os empregadores, incluindo a classe dos pequenos comerciantes, os *bazaars*. Essa classe foi incitada a participar das organizações estatais – muitos varejistas foram obrigados a se filiar ao Rastakhiz, o partido oficial –, tendo suas descentralizadas cooperativas dissolvidas em favor de uma nova instituição, que estava vinculada ao poder central. Essa medida foi particularmente problemática porque os setores ligados ao comércio nunca haviam se manifestado contrariamente ao governo, o que passou a acontecer desde então. Dessa forma, Reza Pahlevi novamente falhou em atrair apoio à sua administração, e ainda abriu um novo foco de dissenso onde nunca imaginou.

Às vésperas da revolução, logo, a instabilidade política iraniana já não parecia ter contorno. A retórica de Khomeini em relação ao regime do Xá havia se alterado substancialmente: durante a década de 1960, o aiatolá admoestava Reza Pahlevi pontualmente, sem fazer comentários explícitos sobre a necessidade de uma revolução que o destronasse. No decênio subsequente, entretanto, essa situação se alterara, pois Khomeini enfatizava cada vez mais a importância da queda da monarquia e da instituição de um governo islâmico. Essa inversão era particularmente importante na medida em que as antigas forças de oposição ao Xá haviam sido perseguidas e depuradas. No caso dos religiosos, porém, era mais difícil de evitar sua influência, pois sua atuação não se dava no campo dos partidos políticos, mas sim através de uma rede de mesquitas e escolas religiosas, que eram bastante descentralizadas, o que amplificava sua autonomia frente ao poder estatal. Nessas circunstâncias, portanto, Khomeini e seus discípulos mais próximos aglutinavam os grupos contrários a Reza Pahlevi, sobretudo os setores mais populares (Shadmehr, 2010, p. 18, 19 e 20).

No início de 1979, eclodiram inúmeras manifestações populares que fizeram com que Reza Pahlevi e sua família deixassem o Irã. Assim, abriu-se um momento de aparente vácuo no país em termos de liderança, em virtude da importância que o Xá tinha para a organização política nacional. Todos sabiam, porém, que esse vácuo não perduraria, pois os revolucionários nas ruas clamavam pelo retorno de Ruhollah Khomeini, o que agora poderia acontecer. Com efeito, em fevereiro de 1979, o aiatolá desembarcou em Teerã, onde foi recebido por mais de três milhões de pessoas. Não obstante todos soubessem que o futuro do país estava nas mãos de Khomeini, ainda não estava clara qual seria a estratégia que os novos líderes utilizariam para governá-lo. A única certeza que tinham era a necessidade de subverter a ordem institucional que vigia desde a deposição de Mohamed Mossadegh. O governo de Reza Pahlevi era visto como a encarnação de todos os males da sociedade ocidental, o que suscitava o caráter imperativo de uma transformação em todos os níveis. Era manifesta, portanto, a necessidade de uma verdadeira revolução.

Assim como as revoluções são caracterizadas pela destituição de um governo e pelo rompimento de uma ordem sociopolítica, a intensidade de uma revolução é avaliada pelo grau de transformação das elites políticas e pelas mudanças práticas e ideológicas que ocorrem no seio de uma comunidade. Nesse sentido, vê-se claramente que o impacto da revolução de 1979 foi avassalador. No período anterior a 1979, a elite

política iraniana era ocidentalizada, secular e tinha um apreço pelo ideário modernizador. Após a revolução, porém, esses setores foram rapidamente depurados em favor de uma nova classe política formada pelos clérigos e por leigos religiosos. Para que essas mudanças pudessem entrar em curso, a primeira medida que os revolucionários tiveram de tomar foi a instauração de uma organização para viabilizar a proclamação de uma nova Constituição, que substituísse a de 1907 e estabelecesse as bases para a emergência de um novo Irã no sistema internacional (Rakel, 2009, p. 107 e 108).

O primeiro foco de dissenso entre os novos governantes apareceu justamente no momento da elaboração da Constituição. Khomeini e seus discípulos, por um lado, desejavam a instauração de uma república islâmica tradicional, despojada das nocivas características ocidentais; Mehdi Bazargan, o Primeiro Ministro, discordava dessa ideia, apregoando a importância de um regime democrático, inspirado na Quinta República Francesa, criada por Charles de Gaulle. Essa cisão, na verdade, era somente um subproduto de uma divisão muito maior, que surgiu assim que Khomeini retornou do exílio. A fim de assegurar a continuidade da burocracia, o aiatolá fundou o Governo Provisório, liderado por Bazargan. No entanto, a despeito da autoridade formal dessa instituição, Khomeini também criou um Conselho Revolucionário e um Comitê Central. Na prática, as últimas organizações detinham o poder *de facto*, o que logo ficou visível para Bazargan, que ficara aliado do poder. Em março de 1979, por exemplo, o povo iraniano tinha de plebiscitar a instauração de uma República Islâmica. Bazargan queria que o país fosse uma República Islâmica Democrática, mas Khomeini desdenhou do termo “democrático” por considerá-lo ocidental (Abrahamian, 2008, 162 e 163).

Além do Conselho Revolucionário e do Comitê Central, Khomeini instituiu a Guarda Revolucionária, supostamente um conjunto de homens em torno de Khomeini e das lideranças clericais para apoiá-los. Ficou conspícuo desde o princípio, no entanto, que a Guarda havia sido estabelecida para contrabalancear o poder das Forças Armadas tradicionais, que eram vistas com suspeição pelos revolucionários. Ademais, ela seria importante para combater eventuais guerrilhas de esquerda que aparecessem para desestabilizar a nova república. O crescimento dos quadros da Guarda Revolucionária foi impressionante, sobretudo após a eclosão da Guerra Irã-Iraque, quando esta assumiu diversas prerrogativas habitualmente reservadas ao Exército, como será analisado mais adiante. Já antes desse momento, todavia, a Guarda Revolucionária teve grande

importância, pois à Revolução se sucederam movimentos de independência entre turcomanos, curdos e árabes que habitavam no Irã. Apesar da ineficiência do governo de Bazargan para combater essas insurreições, as instituições de poder paralelas conseguiram pôr termo a esses movimentos (Curtis & Hooglund, 2008, p. 54 e 55).

A Revolução Islâmica significou um ponto de inflexão para as relações externas dos Irã. Esse fato não é surpreendente, pois os críticos reprochavam veementemente a aliança que o Xá havia firmado com os Estados Unidos. Logo nos dias subsequentes à fuga de Reza Pahlevi, o Irã anunciou sua retirada da CENTO e cancelou a compra de armamentos norte-americanos. Ficou decidido, também, que o país não mais venderia petróleo para Israel e a África do Sul, à época sob a égide de um governo apartheidista. Posteriormente, quando a Constituição foi promulgada, foram estabelecidas as diretrizes principais da política externa iraniana: o país se colocava contrário a todas as formas de colonialismo, autoritarismo e imperialismo e prestava integral solidariedade aos interesses das outras nações muçulmanas. Mais importante, estava explícita a noção de que a exportação da revolução constituía um objetivo fundamental para o novo governo. O Irã se comprometeu com o não alinhamento às superpotências, o que surpreendeu aqueles que pensaram que o país se aproximaria da URSS (Hiro, 2009, p. 374 e 375).

Os princípios supracitados representaram a base da política externa do Irã ao longo dos dez primeiros anos pós-revolução, quando Khomeini exerceu a função de Líder Supremo. Nesse período, eram duas as ideias que sintetizavam a diplomacia iraniana: “Nem Oeste nem Leste, e sim a República Islâmica”, o que cristaliza a oposição das elites religiosas aos Estados Unidos e à União Soviética, e “Exportar a Revolução”, que incitava os países muçulmanos a destituírem os governantes que traíssem a fé islâmica. Este último preceito tornou-se fundamental quando o país foi invadido pelo Iraque, pois os iranianos tentaram incitar os xiitas iraquianos a debilitar o regime de Saddam Hussein. Nessas circunstâncias, fica evidente a ocorrência de diversos elementos religiosos imprescindíveis para moldar as relações internacionais do Irã. Esse paradigma, entretanto, não se manteve perpetuamente, pois sofreu várias correções de rumo, o que se verifica, sobretudo, durante as administrações de Rafsanjani (1989-1997) e Khatami (1997-2005), que foram marcadamente mais pragmáticas, como se verá adiante (Rakel, 2007, p. 186 e 187).

O primeiro momento que cristalizou as mudanças da política externa iraniana deu-se em novembro de 1979, quando um grupo de estudantes universitários invadiu a embaixada norte-americana em Teerã e fez sessenta e seis reféns. Os sequestradores alegavam que os Estados Unidos haviam permitido a entrada do Xá Reza Pahlevi para que tratasse seu câncer, o que não consideravam aceitável. Caso quisessem obter a liberação dos reféns, os norte-americanos teriam de assegurar a volta do antigo Xá, para que este fosse julgado por seus crimes políticos. Esse acontecimento foi fundamental para a queda de popularidade do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, que passou a ser visto como fraco. Com efeito, Carter não obteve sucesso nas negociações com o Irã, e o caso só veio a ser resolvido quando seu sucessor e rival político, Ronald Reagan, já estava empossado. Ao longo desse ínterim, Reza Pahlevi morreu em função de sua doença, o que fez com que a reivindicação inicial dos estudantes perdesse o sentido. A partir daí, a única exigência iraniana foi a devolução de recursos iranianos congelados em contas nos EUA (Halliday, 1997, p. 60, 61 e 62).

Embora a crise dos reféns tenha sido entendida como um sintoma da fraqueza de Carter em conter as crises de sua administração, veio a público posteriormente a informação de que o aiatolá Khomeini e o então candidato à presidência Ronald Reagan já vinham negociando a resolução da crise durante o ano de 1980. De fato, ainda em janeiro de 1981, poucos dias após a posse de Reagan – e depois de 444 dias de cativo –, foi confirmada a solução do problema: os dólares iranianos que estavam em contas norte-americanas seriam devolvidos ao Irã e os reféns voltariam imediatamente aos Estados Unidos. Além disso, ficou acordado secretamente que Teerã receberia uma compensação em armamentos pela liberação dos capturados, o que lhe foi muito importante durante a Guerra Irã-Iraque. Esse fato, que se popularizou sob a alcunha de Irãgate, gerou um escândalo no governo Reagan (Coggiola, 2007, p. 84 e 85).

A situação econômica do Irã quando da ascensão de Khomeini era periclitante. A taxa de desemprego superava os 25% e o país encontrava-se alijado da possibilidade de obter créditos internacionais para empreender novos investimentos. A partir daí, então, decidiu-se pela nacionalização de diversas empresas, com o fito de aumentar o caixa do governo, o que era imprescindível em virtude das promessas que Khomeini havia feito de garantir assistência médica, transportes, água e luz gratuitos para toda a população, além de subsídios para outros bens considerados essenciais. Apesar dessas medidas populistas, o governo também estabeleceu uma legislação que previa a

punição para os grevistas que pusessem em perigo a ordem pública. Em termos políticos, foi criado o Partido Islâmico Republicano (PIR), que congregava os interesses dos pequenos comerciantes e dos religiosos. Esse fenômeno indica o fim da aliança que havia se firmado entre os seculares de esquerda e os clérigos para depor o Xá: doravante as forças liberais seriam eclipsadas pelo poder dos mulás. Em 1983, o Tudeh foi proscrito e o PIR passou a ter o monopólio na política nacional.

A sociedade iraniana foi profundamente islamizada após a revolução. Em 1982, o governo determinou que a legislação do país estivesse sempre de acordo com a Sharia, seja no âmbito civil, penal ou comercial. Ademais, foram revogadas as determinações que incitavam as mulheres a se vestir de maneira ocidental: doravante, o véu tornou-se obrigatório nos estabelecimentos públicos. Apesar dessas mudanças, as mulheres continuaram a representar um papel importante, sobretudo no mercado de trabalho e nas universidades, onde elas são maioria, o que constitui uma anomalia entre os países muçulmanos. Outras modificações se seguiram: as restrições ao homossexualismo cresceram, os contraceptivos foram proibidos – por serem considerados anti-islâmicos – e aumentou o cerco à prostituição e às drogas. As bebidas alcoólicas também foram proibidas, pois vão de encontro ao Corão. No entanto, para as pessoas que professam uma fé diferente da islâmica – como é o caso dos judeus, por exemplo –, o consumo de álcool segue legal, desde que não seja feito em ambientes públicos (Hiro, 2009, p. 370, 371, 372 e 373).

A instabilidade política do Irã e seu isolamento diplomático eram um atrativo para que seus inimigos se aproveitassem dessa situação. Dentre esses, se destacava a figura da Saddam Hussein, que já se opunha ao Irã desde o início da década de 1970, pois o Xá apoiara uma revolta curda no território iraquiano. Em 1975, Pahlevi prometeu parar de auxiliar os revoltosos em troca de compensações territoriais. Assim, a queda de Reza Pahlevi e o insulamento do novo regime eram vistos como um sintoma de fraqueza, que obrigatoriamente teria desdobramento no campo militar. A circunstância, então, era perfeita para que o Iraque recuperasse os territórios perdidos. Ademais, o país era governado pelo Partido Baath, um dos primeiros defensores do pan-arabismo. Seus membros advogavam que a província do Khuzestão (majoritariamente árabe) deveria ser incorporada à Grande Nação Árabe. A despeito desse componente nacionalista, os reais objetivos de Saddam Hussein eram pragmáticos: aumentar a extensão da costa

iraquiana e seu acesso ao Golfo Pérsico e ao Oceano Índico e impulsionar a indústria petrolífera com a anexação de novos poços de petróleo (Farrokh, 2011, p. 344).

A eclosão da Guerra Irã-Iraque deu-se no período em que o Egito se tornava o primeiro país árabe a reconhecer Israel, o que introduziu um novo elemento às relações internacionais do Oriente Médio, região onde o Cairo tivera a proeminência durante o governo de Gamal Abdel Nasser. Após a conclusão dos Acordos de Camp David, portanto, ficou patente o vácuo de liderança na região, o que foi percebido por Saddam Hussein como uma grande oportunidade para que o Iraque desempenhasse o papel que antes fora do Egito. Com efeito, durante o confronto, Bagdá contou com o apoio da maior parte dos países árabes e só enfrentou a oposição da Síria, desde então um dos principais aliados do Irã. Essa situação fica ainda mais confortável para Hussein na medida em que os Estados Unidos e a União Soviética lhe auxiliavam militarmente, além do apoio recebido de Brasil, França e Egito e Arábia Saudita. Contudo, mesmo que a maioria dos árabes estivesse do lado iraquiano, poucos estavam interessados na transformação deste em uma potência regional (Ferabolli, 2009, p. 105 e 106).

A Arábia Saudita e as outras petromonarquias do Golfo sentiram-se muito ameaçadas com a Revolução Islâmica. A emergência de um governo fundamentalista no Irã expunha as suas contradições, ao ressaltar a aliança que tinham com os Estados Unidos, o Grande Satã. Esses países até então se manifestavam como defensores do Islã, sendo suas famílias responsáveis pela manutenção da ordem e dos preceitos muçulmanos, o que as legitimava no poder. Para os aiatolás, no entanto, esses regimes eram corruptos de todas as formas possíveis, e seus súditos deveriam fazer o máximo que pudessem para destituí-los. Em 1981, a Arábia Saudita articulou uma aliança com o Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos e o Kuwait e criou o Conselho de Cooperação do Golfo (CGC), uma organização que visava à coordenação das políticas de seus membros em torno do combate ao ideário revolucionário que surgira no Irã e começava a se espalhar no Oriente Médio (Abdulla, 1999, p. 163).

No momento em que eclodiu o conflito irano-iraquiano, muitos acreditavam que Teerã não teria forças para resistir ao seu inimigo, o que fatalmente levaria à queda do regime islâmico instaurado em 1979. Ao contrário dessas expectativas, porém, a guerra fortaleceu o grupo dominante em termos de legitimidade e sinalizou a impossibilidade de Saddam Hussein tornar-se o líder do mundo árabe. Em termos bélicos, no entanto, o

que se observou foi um longo impasse durante os anos de batalha, embora o Iraque e o Irã tenham conseguido adentrar no território adversário no início e no final do conflito respectivamente. Ademais, apesar do elevado número de fatalidades de ambas as partes e do desenfreado uso de armas químicas, nenhum dos lados parecia interessado nas negociações de paz, só sendo ventilada a hipótese de uma vitória total como razão para o cessar das hostilidades. No caso iraniano, já em 1982 se verifica a presença de inúmeros suicidas, boa parte sem qualquer treinamento militar, que se dispunham a morrer em missões pela única recompensa de serem considerados mártires na posteridade (Baylis, et al, 2007, p. 04 e 05).

O Iraque iniciou sua acometida em 22 de setembro de 1980, através de um ataque simultâneo de seu Exército e de sua Aeronáutica. Malgrado seus prognósticos, os iraquianos pouco ingressaram em solo iraniano e já haviam perdido todas as suas conquistas em junho de 1982, quando o conflito inflexionou, e o Irã esteve na ofensiva. Desde esse período, os adeptos de Khomeini imaginavam que a vitória havia se tornado uma simples questão de tempo, o que fez com que recusassem sistematicamente todas as tentativas de cessar-fogo propostas pelo Conselho de Segurança da ONU. O conflito foi comparado, sob o ponto de vista tático-militar, à Primeira Guerra Mundial, pois os combatentes lançaram mão de armas químicas, guerras de trincheira e armamentos da época. É interessante notar, no entanto, que os iraquianos foram os únicos a fazer uso desse tipo de equipamento, fato que nunca foi esclarecido nas declarações da ONU. Na verdade, os Estados Unidos pressionaram essa instituição a tratar a questão como um fenômeno da guerra, eximindo o Iraque dessa responsabilidade (Hiltermann, 2003).

A investida iraniana seguiu à marcha forçada. Os jovens foram encorajados a se sacrificar em nome do regime e da causa que este representava. Eram frequentes, à época, os dizeres de “Guerra, Guerra até a Vitória” e “O Caminho para Jerusalém passa por Bagdá”, cristalizando o sentimento anti-sionista das lideranças do Irã. Mais uma vez, as expectativas dos invasores acabaram frustradas, e o impasse voltou a ser a tônica do conflito. Os iraquianos dispunham de uma vantagem logística, pois contavam com uma boa infraestrutura para abastecer suas tropas. Os iranianos, ao contrário, tinham de percorrer um caminho muito mais longo para fazer o mesmo, e as estradas por que precisavam passar eram de difícil acesso. Outra novidade foram as defesas iraquianas nas proximidades de Basra, a segunda maior cidade do país. Diferentemente da estrutura montada para defender as conquistas do início da guerra, estabelecidas às pressas, a

defesa no território iraquiano estava à altura das necessidades, o que elevou o moral de seus soldados e fatigou seus inimigos (Karsh, 2002, p. 37).

No começo de 1983, a União Soviética formalizou seu apoio ao Iraque, o que rendeu uma enorme soma de equipamentos ao país árabe, acrescentando outro empecilho às pretensões iranianas. Dessa forma, Bagdá contava com o suporte material das duas superpotências, além de vários outros países. Teerã, por outro lado, era auxiliado somente por China, Coreia do Norte, Síria e Líbia, o que fazia com que todos os seus assaltos se provassem infrutíferos. Assim, apesar de estarem na defensiva, os iraquianos lançaram inúmeros bombardeios aéreos às cidades iranianas, o que passou a suscitar críticas internas ao confronto. No ano seguinte, Saddam Hussein encetou a “Guerra dos Petroleiros”, que consistiu no contínuo ataque de cada lado às embarcações que carregassem petróleo. Com efeito, seu intuito era acarretar o fechamento do Estreito de Ormuz, o que implicaria uma significativa redução da oferta desta commodity, forçando as grandes potências a ingressar na disputa em favor do Iraque (Karsh, 2002, p. 50).

Os anos que se seguiram foram assinalados por sucessivas investidas e retiradas de ambos os lados, sem que houvesse um vencedor definitivo. Várias cidades iraquianas foram tomadas pelas tropas iranianas, mas estas não conseguiam mantê-las em seu controle por um longo período. Enquanto isso, Saddam Hussein fazia uso da “Guerra das Cidades”, quando suas Forças Aéreas lançavam milhares de mísseis no território iraquiano a fim de destruir a infraestrutura local. Dessa maneira, embora o Irã estivesse teoricamente na ofensiva, Bagdá mantinha seus ataques aéreos e tinha êxito em impedir uma conquista iraniana peremptória. Em maio de 1988, os iraquianos recapturaram a cidade de Fao, além de expulsar seus rivais de Salamchech e Majnun, o que foi um duro golpe para o moral dos combatentes iranianos. Em julho deste ano, então, Teerã concordou em sentar à mesa de negociações, aceitando a proposta de 1982. No mês seguinte, os lados chegaram a um acordo, que pôs fim à Guerra Irã-Iraque, conhecida pelos iranianos como “Guerra Imposta” e “Defesa Sagrada”.

A etapa do supracitado confronto praticamente coincidiu com o mandato da Ali Khamenei como presidente da nova república (1981-1989). Em termos sociopolíticos, é fundamental observar que o Estado iraniano deixou de ser uma entidade que pairava acima da sociedade, pois o regime revolucionário instituiu mudanças que o intrincaram

aos mais diversos setores sociais. Dentre essas, destaca-se a expansão do corpo burocrático: em 1979 o país contava com vinte ministérios e 304 mil funcionários, índices que saltaram para vinte e seis e 850 mil apenas três anos depois. Esse fenômeno nada tem de singular na história iraniana, pois repete as medidas tomadas por Reza Khan em seus primeiros anos de governo. Essas realizações foram favorecidas pela guerra contra o Iraque, uma vez que a partir daí as antigas milícias se tornaram uma unidade oficial das Forças Armadas, o Exército das Guardas Revolucionárias, que contava com seu próprio ministério, com unidades navais e aéreas. Esse processo cristaliza a desconfiança dos clérigos em relação a um dos principais bastiões da dinastia Pahlevi (Abrahamian, 2008, p. 169 e 175).

Essas transformações não foram as únicas em termos de aumento do papel do Estado. O governo criou mecanismos para aliviar a pobreza extrema: instituiu subsídios agrícolas, cooperativas de alimentação e determinou uma cota mínima de comida para toda a população. As nacionalizações e a participação estatal na economia, portanto, pautaram o primeiro decênio da Revolução Islâmica. É fundamental ressaltar, porém, que a classe dirigente se recusou a interferir nos negócios dos pequenos comerciantes, os *bazaars*, sem jamais tocar na questão da propriedade privada, argumentando que sua instituição era sagrada e estava de acordo com os preceitos islâmicos. O Estado, todavia, não se furtou a cercear a liberdade de expressão, proibindo diversas manifestações consideradas ofensivas à fé muçulmana (Abrahamian, 2008, p. 176 e 177).

As medidas tomadas em nome da melhoria da qualidade de vida da população foram acompanhadas da depuração dos possíveis opositores ao recém-instalado regime. Conquanto o número de prisioneiros políticos executados no Irã seja pequeno quando se faz uma comparação com outras revoluções, os tribunais revolucionários tiveram êxito em eliminar os principais focos de dissenso, o que incluía antigos integrantes do Tudeh, altos quadros da Savak e oficiais do Exército. Através da eliminação desses grupos políticos, Khomeini conseguiu neutralizar a oposição ao seu regime, antes composta por liberais de esquerda e monarquistas seculares. Nota-se, logo, que a República Islâmica não só se consolidou em um período bastante curto como assentou as bases para a estabilidade política das décadas subsequentes. Em junho de 1989, o guia espiritual do Irã, Ruhollah Khomeini, faleceu. Sua morte, entretanto, não ocasionou quaisquer sobressaltos na política iraniana, pois o presidente Ali Khamenei foi escolhido para

substituir Khomeini. No mesmo ano, Hojjat al-Islam Rafsanjani sagrou-se presidente do país (Visentini, 2010, p. 01 e 02).

A ascensão de Rafsanjani implicou algumas transformações na política externa e na economia do Irã. O país abdicou das ideologias “Nem Leste, nem Oeste” e “Exportar a Revolução” em favor de uma maior aproximação com os outros países. A diplomacia assumiu um caráter mais pragmático, o que se cristalizou na diminuição do fervor revolucionário em relação aos Estados vizinhos. Essas mudanças, naturalmente, não são tão somente fruto da personalidade de Rafsanjani, mas espelham as alterações do sistema internacional, na medida em que a União Soviética deixava de existir e os Estados Unidos expandiam sua presença no Oriente Médio através da Guerra do Golfo. Assim, o Irã propôs o estabelecimento de um diálogo crítico com a União Europeia, e tratou de se reaproximar das petromonarquias, sobretudo da Arábia Saudita. Em relação aos Estados Unidos, porém, não se verificaram alterações paradigmáticas, o que se averigua pela promulgação do Ato de Não Proliferação Iraniana (1992) e do Ato de Sanções Irã-Líbia (1996), que proibia o IED nos setores energéticos desses países (Rakel, 2007, p. 170 e 171).

A despeito dessa pressão norte-americana, o reordenamento estratégico do Irã trouxe resultados. Em 1995, por exemplo, algumas empresas europeias assinaram acordos para a prospecção do petróleo iraniano, e se recusaram a retirar seus investimentos mesmo após o Ato de Sanções Irã-Líbia, prometendo levar o caso à OMC caso os Estados Unidos resolvessem aplicá-lo. Para a diplomacia de Clinton, era fundamental o isolamento diplomático do Irã e do Iraque, que passou a ser visto como uma ameaça à estabilidade regional após a invasão do Kuwait. De fato, Bagdá não só falhou em seus objetivos quando ocupou o país vizinho como se transformou na principal ameaça à segurança do Golfo Pérsico, substituindo o papel antes reservado a Teerã. Nessas circunstâncias, o Irã pode se acercar dos países dessa região, o que constituía a prioridade da política externa de Rafsanjani, em virtude da sua importância geográfica (as petromonarquias eram essenciais para garantir o fluxo do comércio iraniano) e política (o Irã contava com elevadas receitas oriundas do petróleo, o que só poderia ser feito em coordenação com a OPEP).

Na sequência da Guerra do Golfo, o Irã concentrou esforços para viabilizar sua parceria com o GCC em termos de cooperação securitária. Se tivesse sucesso, essa

iniciativa engendraria inúmeros problemas aos Estados Unidos, pois limitaria drasticamente sua margem de manobra em uma das principais regiões do mundo para sua economia. Nesse caso, no entanto, o fracasso iraniano foi retumbante, pois logo ficou conspícua a falta de interesse das petromonarquias em se alijar dos Estados Unidos em favor de uma integração regional. Em alguma medida, o insucesso deveu-se à ativa participação do Egito, cujos interesses iam de encontro à primazia iraniana no Golfo Pérsico. Até então, o Cairo não vinha exercendo grande influência, pois os acordos de Camp David foram considerados como uma traição à causa árabe, o que afastou os egípcios das instituições regionais. Após a invasão iraquiana no Kuwait, entretanto, ficou manifesta a necessidade da participação egípcia para a manutenção do equilíbrio regional, o que prejudicava o Irã (Noble, 1999, p. 75).

O colapso da União Soviética também teve grande importância para a política externa iraniana. A partir desse momento, o lema “Nem Leste, nem Oeste” foi substituído por “Tanto o Norte quanto o Sul”, indicando a vontade de Rafsanjani de estreitar laços com os mais diversos países. Como o Irã não teve sucesso em construir uma agenda securitária com os Estados do Golfo, a prioridade de sua diplomacia passou a ser a aproximação com os novos países da Ásia Central e com a Rússia e a China. Em relação aos últimos, percebe-se um ponto de inflexão, pois os russos se tornaram fornecedores de armamentos e os chineses elevaram sua demanda pelo petróleo iraniano. Essa mudança estratégica, com efeito, representou uma verdadeira “desarabização” da política externa do Irã, pois refletia um novo ordenamento do sistema internacional que lhe permitia prescindir dos países árabes (Ramazani, 1992, p. 393 e 394).

A economia também atravessou câmbios ao longo do mandato de Rafsanjani. Ao final da Guerra Irã-Iraque, o país se encontrava em uma situação difícil, pois a concessão de benefícios sociais à população não foi compensada pela elevação das receitas do governo. Dessa forma, seguindo o receituário de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, o país procedeu a reformas visando à liberalização e à privatização de alguns setores da economia. O objetivo, naturalmente, era fomentar o investimento privado a fim de diversificar a produção e promover o crescimento econômico. Ao contrário do que acontecia em outros países, no entanto, esse processo não implicava uma descrença no papel do Estado, mas sim uma fonte de complementaridade às suas ações, o que fez com que a pujança das empresas estatais

crescesse durante esse período. Ademais, Rafsanjani estava ciente da necessidade de trazer investimentos externos para seu país, devido à importância da aquisição de novas tecnologias que possibilitassem a modernização de sua economia (Curtis & Hooglund, 2008, p. 150, 151 e 152).

De maneira geral, portanto, é possível afirmar que a política externa do Irã entre 1989 e 1997 sofreu alterações, mas continuou primando o não alinhamento e não abdicou de seu caráter islâmico (o Irã continuou a ser um dos maiores financiadores do Hezbollah no Líbano), embora tenha adotado um matiz mais pragmático. De acordo com Rakel (2007, p. 177), porém, essas mudanças não simbolizam uma substituição de paradigmas, mas sim o reflexo da péssima situação em que se encontravam a economia e as Forças Armadas iranianas. De fato, o estado desses setores fazia com que fosse premente a urgência por novas medidas, mas estas só puderam ser tomadas porque as circunstâncias eram distintas, uma vez que a falência do modelo soviético fez com que os países aceitassem a necessidade de uma liberalização econômico-comercial. Não menos importante foi a invasão do Kuwait por Saddam Hussein, o que permitiu que o Irã restabelecesse laços diplomáticos com Marrocos, Egito e Arábia Saudita, o que demonstra que as avaliações de Rafsanjani também se deveram à conjuntura externa.

Rafsanjani terminou seu mandato em 1997, sem poder concorrer a outra reeleição em virtude dos limites constitucionais do sistema político iraniano. Neste ano, o vencedor das eleições foi o professor universitário Mohamed Khatami, que introduziu – ou procurou introduzir – várias reformas na agenda política do Irã. O novo presidente era conhecido por ser um liberal, pois apregoava a necessidade da ampliação de direitos civis e de maior pluralidade na política. Khatami acreditava que a essência da história iraniana era a luta por democracia, e pautava suas propostas com base nessa ideia. Além de obter uma expressiva votação nas eleições daquele ano, Khatami e seus adeptos obtiveram maioria absoluta na Majlis. Esse resultado é consequência das dificuldades econômicas da época, pois o preço do petróleo vinha em baixa, o que acarretava uma baixa capacidade de mobilização por parte do governo, o principal empregador para a população. Assim, o desemprego atingiu os 30%, o que foi bem explorado por Khatami em sua campanha presidencial (Abrahamian, 2008, p. 185, 186 e 188).

Conquanto criticasse seu antecessor pela degradante situação socioeconômica do país, Khatami elogiava os rumos que a política externa havia tomado. Era preciso, logo,

aprofundar as reformas já empreendidas e assentar os alicerces para a construção de uma nova ordem em termos sociais, políticos e econômicos. No entanto, a despeito de sua vontade, o presidente não dispunha das prerrogativas necessárias para levar a cabo seu projeto político, tendo que contar com a aquiescência do Líder Supremo, Ali Khamenei, que deveria dar as diretrizes para a realização das modificações, sobretudo no tocante à política externa. Nessa conjuntura, mesmo que Khatami contasse com o apoio popular e a maioria no Congresso, Khamenei conservava o direito de vetar as suas determinações, o que o impelia a construir uma boa relação com o clérigo (Mackey, 1996, p. 407 e 408). O Líder Supremo, entretanto, não se mostrou entusiasmado com a possibilidade de uma renovação social, principalmente nos temas que iam de encontro aos dogmas religiosos. O conflito entre Khatami e Khamenei, então, pautou sua presidência, impossibilitando a aplicação de suas medidas em sua total extensão.

As posições distintas de Khatami e Khamenei espelham a divisão existente entre os setores conservadores e reformistas em relação à política externa. Enquanto estes procuram utilizá-la para melhorar a posição do país no sistema internacional e promover reformas internas, aqueles a entendem como uma forma de fortalecer o regime e bloquear mudanças (Chubin, 2002, p. 22). É interessante observar, portanto, que o insucesso de um desses grupos políticos traz necessariamente desdobramentos para a política interna, favorecendo a consolidação de medidas da oposição. Khatami pôde colher os frutos de sua estratégia, quando conseguiu acercar o Irã de europeus, chineses e russos. No entanto, no momento em que o presidente norte-americano George W. Bush classificou o Irã entre os países que compunham o “Eixo do Mal”, os conservadores puderam convencer a população de que os reformistas haviam abdicado de alguns preceitos da revolução sem obter nada em troca.

As relações do Irã com Rússia e China seguiram seu florescimento com a eleição de Khatami. Para Moscou, a parceria com Teerã era uma maneira de contrabalancear o poderio da OTAN, não só em termos militares, mas também econômicos, pois os Estados Unidos e a Turquia já objetivavam a criação de uma nova infraestrutura nos países da Ásia Central. Esse fenômeno desagradava a russos e iranianos, pois faz com que o escoamento dos recursos energéticos dessas economias não tenha de passar por seus territórios. No que diz respeito à China, o êxito iraniano é ainda mais destacado, pois esta se tornou seu principal parceiro comercial, além de grande fonte de investimentos. Para cristalizar o triunfo iraniano, em 2001 o país foi aceito na Organização para

Cooperação de Xangai como membro observador, o que foi percebido como um sinal de provocação por parte dos Estados Unidos, que não têm nenhum interesse na inclusão do Irã em um órgão de cooperação securitária.

O lema “diálogo de civilizações” pautou as relações internacionais do Irã durante a administração de Khatami. Esse ideário, no entanto, era mitigado pelo contínuo apoio prestado por Ali Khamenei aos grupos terroristas muçulmanos, notadamente o Hamas e o Hezbollah. Ademais, a capacidade de o presidente iraniano implementar seus planos seria severamente comprimida se excluísse os Estados Unidos da agenda do Irã. Com efeito, Khatami sabia ser imperativa a necessidade de uma aproximação com Washington. Em 1998, em uma entrevista ao canal norte-americano CNN, o presidente do Irã teceu comentários positivos em relação aos Estados Unidos e à sua cultura, e afirmou seu compromisso em trabalhar para atenuar a rivalidade entre os dois países. Esse esforço, todavia, foi em vão, pois a eleição dos republicanos em 2000 frustrou quaisquer expectativas de transformações nas relações irano-americanas. Conquanto seja justo afirmar que a administração democrata também vinha de encontro a esse processo, o surgimento da “Guerra ao Terror” pôs termo às pretensões de Khatami e possibilitou a ascensão de um governo neoconservador (Rakel, 2007, p. 179).

Os objetivos de Khatami tampouco se concretizaram no plano doméstico. As emendas de reforma que foram propostas não obtiveram a aprovação do Conselho dos Guardiões, que as considerou como contrárias à prática da *sharia*. Essa instituição também barrou a candidatura de inúmeros reformistas à Majlis, o que minou a sustentação política do governo. Nessas circunstâncias, o discurso de Bush que classificava o Irã como peça importante do “Eixo do Mal” veio ao encontro dos interesses dos conservadores, que puderam legitimar suas posições pela falha dos reformistas nas relações internacionais. A partir desse momento, os conservadores puderam concentrar esforços na crítica aos Estados Unidos e ao presidente Khatami, que havia proposto uma conciliação com um país que manifestava seu repúdio à República Islâmica. Em 2005, foi lançado o candidato Mahmud Ahmadinejad, um professor universitário relativamente desconhecido, que prometia reforçar a segurança nacional e promover melhorias sociais (Abrahamian, 2008, p. 192 e 193).

2.2 Turquia

A República da Turquia nasceu em 1923, sucedendo o Império Turco-Otomano, após uma série de exitosos confrontos militares contra países vizinhos. O surgimento deste novo Estado é fruto das reformas que foram iniciadas ao longo do século XIX pelas lideranças otomanas, que procuravam dar uma sobrevida ao seu Império. Após inúmeras tentativas de modernização capitaneadas pelos sultões, emergiram movimentos políticos que perceberam vícios já arraigados na máquina imperial. Para esses grupos, era manifesta a necessidade de profundas transformações que pudessem tirar o país do atraso em que se encontrava e lançá-lo ao patamar das grandes potências. A princípio, as agremiações políticas que apregoavam as reformas não defendiam o fim da monarquia, pois desejavam tão somente modificá-la para que pudesse enfrentar as vicissitudes da época. Após as flagrantes derrotas impostas ao Império, porém, surgiu uma nova onda revolucionária, que não só exigia a introdução de mudanças como clamava pela proclamação de uma república.

As relações entre o Império Turco Otomano e os países europeus, até o século XIX, eram pautadas por uma discrepância, pois havia delegações europeias no território otomano, mas a contrapartida não existia, em virtude do desinteresse otomano. A característica mais marcante até então eram as Capitulações, um conjunto de tratados que assegurava aos comerciantes europeus o direito de serem julgados por seus próprios tribunais. Os otomanos só foram integrados no sistema europeu de relações internacionais quando a Grã-Bretanha passou a temer pela integridade deste Império, o que poderia muito beneficiar a Rússia. Em 1840, após uma crise no Egito, foi assinada a Convenção de Londres, assegurando os direitos do sultão sobre essa região. Esse acordo foi o primeiro no qual diplomatas otomanos assinaram em nome do seu sultão. Nesse momento, também ficou determinado por Grã-Bretanha, Áustria, Prússia e Rússia, em um protocolo secreto, que nenhum destes países poderia obter ganhos territoriais ou comerciais no Império Otomano sem o consentimento geral (Rogan, 2009, p. 22 e 23).

Na segunda metade do século XIX, as reformas que haviam sido introduzidas nas décadas anteriores foram alvo de críticas de um novo grupo de intelectuais, que propugnavam transformações no Império Otomano, mas que reprochavam o caráter dominador das mudanças, que haviam sido impulsionadas por potências europeias. Esse movimento, cunhado como “Jovens Otomanos”, procurava conciliar os elementos

islâmicos da sociedade otomana com a necessidade das reformas, que não poderiam acarretar a falência do Império. No seio desse grupo, havia diferentes perspectivas sobre os rumos que deveriam ser tomados para viabilizar a modernização do Império: alguns julgavam fundamental ressaltar o passado glorioso do Islã, o que deveria servir como motor para o porvir; outros, entretanto, não focavam seu projeto nos preceitos muçulmanos, ainda que não procurassem deslegitimar o papel da religião na sociedade otomana. É fundamental ressaltar, portanto, que os jovens otomanos eram adeptos da modernização do Estado, mas não eram revolucionários que queriam uma derrubada da monarquia (Helvacı, 2010, p. 442 e 443).

A despeito do surgimento de grupos que defendiam uma modernização “conservadora”, os governos turcos continuaram lançando mão de práticas autoritárias, alegando a necessidade de conter as forças centrífugas. Essa situação desagradava aos partidários da modernização, que insistiam na importância da instauração de um Parlamento no país. Como o sultão não atendia a essas demandas, emergiu um novo movimento político, herdeiro das tradições dos jovens otomanos, mais inovador em seu bojo: os jovens turcos. Esse novo grupo de ativistas diferenciava-se radicalmente do anterior porque não só propunham reformas, mas desejavam uma verdadeira revolução, que subvertesse as bases do Império Otomano e acarretasse a sua queda. Os jovens turcos são produtos de seu tempo, pois espelham a mudança de mentalidade que adveio das alterações no sistema educacional, o qual possibilitou a chegada do iluminismo, do racionalismo e do positivismo (Altanuşık & Tür, 2005, p. 06 e 07).

No final do século, aconteceram diversas manifestações de grupos separatistas, mas estas não estremeceram as bases do sultanato. Ao longo deste período, cretenses, macedônios e armênios se rebelaram contra a autoridade central, exigindo autonomia política. Nesse ponto, deve-se destacar a revolta dos armênios, pois esta suscitou uma violenta resposta do governo otomano. Em 1894, 1895 e 1896, foram registrados três massacres contra a população armênia, no que constitui um dos principais casos de genocídio da história recente. Esse tema enceta fervorosos debates até hoje, pois governo turco se nega a considerar o acontecimento como um genocídio, lembrando que outras atrocidades contra populações turcas se passaram no território armênio. À época, as potências europeias criticaram o acontecimento, mas pouco fizeram. A Alemanha, por exemplo, fez duras admoestações às ações dos otomanos, mas não mediu esforços

para estreitar laços econômicos e militares com estes, abrindo as portas para a subsequente aliança na Primeira Guerra Mundial.

Às vésperas da Grande Guerra, o ideário dos jovens turcos começou a atrair oficiais do Exército, pois estes estavam frustrados com as medidas do governo que, em seu ponto de vista, haviam ocasionado a deterioração desta instituição. Em 1908, uma ala do Exército estacionou em Salônica e demandou a completa restauração da Constituição de 1876, no que foram atendidos pelo sultão. Dessa forma, ficou permitida a organização dos movimentos políticos, o que levou os jovens turcos ao poder tão logo as eleições parlamentares foram realizadas. Os revolucionários ingressaram no Parlamento através do Comitê para a União e o Progresso (CUP), que havia sido fundada duas décadas antes, mas que fora fechada posteriormente. Entre 1908 e 1913, a CUP já estava no controle do governo, mas ainda tinha algumas dificuldades para garantir o monopólio do poder, pois tiveram de enfrentar muitos focos de dissenso em virtude dos movimentos separatistas que emergiram a todo vapor após a reabilitação da Constituição (Zürcher, 2002, p. 02 e 03).

O novo regime teve de lidar com vários desafios logo em seu primeiro ano de existência. Ainda em 1908, a Bulgária declarou sua independência, o Império Austro-Húngaro anexou formalmente a Bósnia-Herzegovina e a Grécia proclamou a incorporação de Creta ao seu território. Em 1911, a Itália invadiu a Líbia (ainda parte do Império Otomano), o que suscitou aquilo que os otomanos tanto evitavam: um confronto aberto com um país europeu e seu isolamento diplomático, pois as outras potências não se interessaram em defendê-los. Na esteira desses acontecimentos, os eslavos que viviam no território otomano organizaram-se em torno da Liga Balcânica, encorajada pela Rússia, o que fazia com que, se houvesse uma alteração do *status quo* na região, acarretando a guerra com algum dos países membros, os outros teriam de socorrê-lo. Com efeito, em outubro de 1912, búlgaros, sérvios, macedônios e gregos invadiram o Império Otomano, forçando a CUP a submeter-se a um tratado que lhe retirava praticamente todos os territórios situados na Europa, além das ilhas do Mar Egeu (Milza, 2007, p. 105 e 106).

Ao longo da Primeira Guerra Mundial, os armênios que residiam no Império Otomano sentiram-se encorajados pelas investidas que os russos vinham fazendo em seu território. Dessa forma, em abril de 1915, inúmeras sublevações de populações

armênias despertaram, o que foi respondido pelo governo otomano através de uma deportação em massa de armênios para a Síria, a fim de que suas manifestações não incentivassem outros povos da região a fazer o mesmo. Essa transferência não se deu de maneira pacífica, pois aqueles que se recusaram foram violentamente mortos. Para retaliar, os armênios que controlavam as áreas em torno de Kars, e Ardahan (que faziam parte da República da Armênia, formada à época) massacraram as populações turcas e curdas que lá habitavam. Ademais, a explicação oficial dada pelas autoridades turcas, até hoje, é de que não houve uma intenção deliberada em exterminar os armênios, o que desclassificaria, então, a acusação de que o massacre seria um caso de genocídio (Kakizaki, 2007, p. 87-90).

A situação de instabilidade interna do Império Otomano fazia com que seus inimigos a percebessem como uma possibilidade para se aproveitarem de seus espólios. Em 1920, os Aliados permitiram que os gregos ocupassem o porto de Izmir, localizado em território turco. À medida que os invasores avançavam – com o claro intuito de anexar a parte ocidental da Anatólia e formar uma Grande Grécia –, os habitantes desta região se uniram para resistir à ocupação. Essa resistência era liderada pelo General Mustafá Kemal, que conclamava os turcos a se unirem e venceram esta “Guerra de Independência”. Durante a invasão, o sultão Mehmet VI colaborou com os Aliados, imaginando que sua vitória poderia pôr um desfecho no ideário dos jovens turcos. Essa posição, porém, acabou fortalecendo a ideia de que o sultanato era antinacionalista, e que precisava ser derrubado. Em agosto de 1920, Mehmet aceitou o Tratado de Sèvres, que estabelecia o fim do Império Turco-Otomano, mas o Parlamento o rejeitou imediatamente, frustrando as perspectivas do sultão (Hiro, 2009, p. 69-71).

O Tratado de Sèvres sinalizou a discrepância entre as determinações de Mehmet e a autoridade do Parlamento, em Ancara. Apesar dos acordos do sultão, o governo em exercício assinou um tratado de paz com a Armênia, que logo se tornaria uma província soviética. Os turcos também assinaram um acordo de amizade com a União Soviética, o que previa auxílio econômico e militar. Nesse meio tempo, a Itália e a França perderam a confiança em Mehmet, e passaram a negociar com as lideranças de Ancara, o que fez com que abandonassem o território turco. Em 1922, após garantir a segurança da fronteira leste, os turcos venceram e expulsaram os gregos de seu país, o que pôs fim ao conflito. Tão logo cessaram as hostilidades, as autoridades britânicas firmaram um acordo com o governo turco, já capitaneado pela carismática figura de

Mustafá Kemal. Além disso, ficou determinada a criação de uma conferência multilateral para substituir o Tratado de Sèvres, o que aconteceu no ano seguinte, com a assinatura do Tratado de Lausanne.

A ascensão de Mustafá Kemal, que recebeu a alcunha de “Ataturk” (pai dos turcos), levou ao estabelecimento da República da Turquia e representou um ponto de inflexão para a história do país. Kemal apregoava a necessidade de transformações, mas as mudanças que desejava não tinham precedentes na história turca. Além da extinção do sultanato, foi promovida a abolição do califato – principal instituição do islamismo sunita –, o que era visto como fundamental para promover a ocidentalização do país. A partir de então, o governo não mediu esforços para separar o Estado das instituições religiosas, principalmente àquelas vinculadas ao ensino. Ataturk também determinou que os turcos utilizassem roupas de acordo com a indumentária ocidental. Em relação às mulheres, o presidente nunca publicou um decreto que proibisse o uso do véu, mas sempre fazia questão de ressaltar a importância do uso de roupas europeias para que o país fosse respeitado na comunidade internacional (Mango, 2004, p. 401-404).

Quando chegou ao poder, Kemal assegurou que defenderia a soberania popular na nova república, o que se daria através da promoção de instituições democráticas e de eleições livres. Uma das primeiras medidas foi a substituição da capital, que saiu de Istambul para Ancara, cidade cujo imaginário estava vinculado ao Parlamento e à Constituição. No decorrer de sua administração, porém, Ataturk alterou suas declarações, afirmando que a Turquia deveria passar por intensas transformações que não seriam levadas a cabo se a Assembleia Nacional detivesse o controle do governo. Em 1924, foi promulgada uma nova Constituição, que espelhava a intenção das lideranças governamentais de modernizar a Turquia e ocidentalizá-la. O documento não deixou clara a separação entre o Executivo e o Legislativo, o que multiplicava as prerrogativas do presidente, e também estabeleceu *de facto* um regime monopartidário, pois a única organização política que tinha o direito de participar do Parlamento era o Partido Republicano Popular (CHP), que dominou as ações ao longo das primeiras décadas da República da Turquia (Ünsal, 1979, p. 31 e 32).

As relações internacionais da Turquia durante o governo de Ataturk foram pautadas pelo princípio de “paz interna e paz externa”, o que refletia o entendimento segundo o qual o país ainda se encontrava muito fragilizado para entrar em grandes

disputas. A geopolítica, no entanto, representava um elemento de perigo iminente, pois a Turquia se encontrava às voltas de Grã-Bretanha (Iraque), França (Líbano) e União Soviética. Nessas circunstâncias, o país era impelido a lançar mão de uma política *low profile*, pois qualquer comportamento agressivo poderia encetar uma invasão de um desses países, o que colocaria em risco o projeto kemalista de modernização. Ao longo dos primeiros anos de governo, portanto, Ataturk defendeu uma política externa nacionalista e independente, mas teve de tomar cuidados para não transformar sua ideologia em um elemento destabilizador ao próprio regime, o que fatalmente aconteceria se os turcos entrassem em choque com alguma grande potência (Altanusk & Tür, 2005, p. 94 e 95).

O primeiro dilema que Kemal enfrentou, a questão de Mossul, em virtude dos fatores supracitados, teve de ser lidado diplomaticamente, e terminou sem sucesso. Esta cidade fizera parte do Império Turco-Otomano, mas fora tomada pelos britânicos em decorrência de seu potencial petrolífero. A Grã-Bretanha, logo, desejava que Mossul fosse transferida para o Iraque, demanda avalizada pela Liga das Nações, a despeito das reclamações turcas. Apesar do fracasso no tocante à questão de Mossul, a Turquia foi exitosa na consecução de uma parceria com a União Soviética, o que representava uma novidade, dado o caráter atávico da rivalidade que o país mantinha com Moscou. Essa parceria, contudo, era integralmente pragmática, pois Ataturk sempre fazia questão de frisar que a ideologia socialista não tinha qualquer relação com a cultura e as tradições turcas. Além disso, Kemal conseguiu reverter as determinações que haviam internacionalizado os Estreitos de Bósforo e Dardanelos, o que possibilitava seu controle e militarização por tropas turcas (Dicle, 2008, p. 10 e 11).

O governo de Ataturk ficou assinalado, também, pelo crescimento da participação do Estado na economia turca. A elite dirigente era fortemente nacionalista, e acreditava que a Turquia deveria prescindir do capital externo, que era associado à imagem da dominação europeia do século XIX. A fim de estimular o desenvolvimento agrícola e industrial, foi fundado, em 1924, o Banco Nacional Turco, a cuja criação se seguiu o surgimento das Ferrovias Estatais Turcas. Essas instituições eram vistas como os bastiões da promoção do desenvolvimento, a partir das quais o governo conseguiria assentar as bases do crescimento econômico. Essas reformas, no entanto, foram minadas pela Grande Depressão de 1929, que assolou a economia turca, provocando uma severa crise no balanço de pagamentos e elevando o desemprego. Ataturk, aí, decidiu criar um

Banco Central, o que daria ao governo a possibilidade de controlar efetivamente a política monetária, com o objetivo de evitar flutuações na taxa de câmbio (Mango, 2004, p. 470).

A Turquia voltou a atravessar obstáculos em sua economia no período imediatamente posterior à morte de Atatürk, em 1938. O homem que inaugurou a república em seu país foi sucedido por seu principal aliado, Ismet Inonu. O novo presidente tratou de seguir as diretrizes iniciadas por seu antecessor, tanto no tocante aos assuntos internos quanto externos. Contudo, os acontecimentos subsequentes se mostraram contraditórios em termos de resultados. Se, por um lado, o governo obteve sucesso ao concluir um Tratado de Amizade com França e Grã-Bretanha em 1939 – que, pela primeira vez, ligava o país à esfera de influência ocidental –, o mesmo não se pode dizer em relação à economia, pois o início da Segunda Guerra Mundial impediu a Turquia de concluir seu segundo plano quinquenal, que foi iniciado em 1936. Ademais, Inonu lançava mão de políticas protecionistas (principalmente a sobretaxação de produtos importados) que encareciam a aquisição de bens de capital, o que acarretou o encolhimento do setor industrial no período (Barlas, 1998, 172-176).

Inonu manteve o preceito kemalista “paz interna e paz externa” e assegurou a neutralidade da Turquia na Segunda Guerra Mundial. O país só entrou no confronto em 1945, quando declarou guerra à Alemanha, a fim de poder ingressar na Organização das Nações Unidas (ONU). Ao final do conflito, porém, a situação turca era caótica, pois a economia vinha cambaleando, o que fazia com que a popularidade do CHP estivesse em baixa. Em virtude desses fatores, Inonu temia a eclosão de um movimento revolucionário que procurasse destituí-lo do poder; para evitar esse fenômeno, o presidente permitiu a formação dos partidos políticos em 1946. Dentre as novas agremiações, ressalta-se o Partido Democrático (DP), formado por antigos membros do CHP, que apregoava uma redução do papel do Estado na economia e um aumento das liberdades religiosas, cristalizando seu caráter islâmico, ainda que suas lideranças se dissessem comprometidas com os princípios do kemalismo (Ozden & Yilmaz, 2010, p. 200 e 201).

A instabilidade política não foi a única motivação de Inonu para suavizar as restrições à oposição. Ao longo da Segunda Guerra Mundial, as relações turco-soviéticas estremeceram, pois Moscou manifestou duas condições para que o Tratado de

Amizade fosse renovado: Ancara deveria devolver os territórios que haviam sido russos entre 1878 e 1918 e precisaria concordar com a criação de uma força de defesa turco-russa na área dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos, a fim de viabilizar a segurança no Mar Negro. Como essas pretensões iam de encontro às diretrizes da política externa turca, Inonu viu-se compelido a se aproximar dos Estados Unidos. Em seguida, após o lançamento do Plano Marshall, a consecução de uma parceria com os norte-americanos tornou-se ainda mais interessante. No entanto, como as ditaduras fascistas recém haviam sido derrotadas, as ideias de liberdade política e democracia ganharam força, o que constituía um problema para um país monopartidário. A abertura política, portanto, é também uma tática para estreitar laços com Washington, com o intuito de que se beneficiassem da proteção econômica e militar dos EUA (Zurcher, 2004, p. 208).

A emergência da Guerra Fria alterou a matriz da política externa turca. A neutralidade que pautava as relações internacionais durante o governo de Atatürk não era mais vista como uma possibilidade, em virtude dos estrangimentos sistêmicos de uma sociedade internacional que se tornava bipolar. Nesse sentido, a Turquia se virou para o bloco ocidental, e com ele fundou uma aliança permanente. Ao longo do período em questão, mesmo as relações com os países vizinhos quedaram-se em segundo plano, sendo normalmente tratadas como um subproduto da aliança com o Ocidente (como claramente demonstra o Pacto de Bagdá). Conseqüentemente, Ancara passou a ser vista com suspeição pelos Estados árabes, que a percebiam como um espião ocidental em um território muçulmano. Em 1949, a Turquia reconheceu diplomaticamente o Estado de Israel, sendo o primeiro país islâmico a tal. Essa medida, que só seria tomada por um país árabe três décadas depois, espelhava e exemplificava os rumos da política externa turca até o esfacelamento da União Soviética (Dicle, 2008, p. 13).

As eleições de 1950 consagraram a vitória do Partido Democrático – que conquistou 408 assentos no Parlamento, ao passo que o CHP obteve 79 –, o que evidencia a impopularidade do governo kemalista à época. Nesse momento, Celal Bayar tornou-se o presidente e Adnan Menderes assumiu a função de primeiro ministro. As primeiras medidas do novo governo foram relativas à diminuição das restrições às manifestações da fé islâmica: foram oferecidas, a partir daí, aulas de religião aos sábados à tarde, obrigatórias para o ensino fundamental e facultativas para o ensino médio, medida que foi bem recebida pela população. O DP também encetou modificações economia, pois o partido estava ligado a setores do agronegócio – o

próprio Menderes era filho de um grande latifundiário –, o que fazia com que as medidas na economia estivessem menos vinculadas à promoção da industrialização do que ao fomento à agricultura e à iniciativa privada. O DP lançou mão de uma política econômica que se assentava no apoio ao setor agrícola, através da distribuição das terras estatais a pequenos agricultores e cooperativas, o que acarretou uma vigorosa expansão da área produtiva. O governo também se valeu da diminuição das restrições às importações para incentivar a compra de maquinário, favorecendo a mecanização e o aumento da produtividade no campo. Esse processo também se deveu ao auxílio do Plano Marshall e à formação de *joint ventures* para a fabricação de tratores.

Ainda que tenha dado menos importância à indústria do que à agricultura, o DP foi um dos principais responsáveis pelo surgimento de uma burguesia nacional turca. O governo deixou manifesta sua vontade de coordenar as políticas industriais com os interesses dos setores empresariais, o que levou à proliferação dos negócios privados. Até hoje, os principais conglomerados industriais que operam na Turquia datam da década de 1950. O DP beneficiou-se, também, do Plano Marshall, que fez com que Ancara entrasse, pela primeira vez, na rota dos créditos internacionais, o que inflou as receitas governamentais. Nessa conjuntura, Bayar e Menderes trataram de demonstrar seu compromisso com o ideário liberal, o que aconteceu por meio do estímulo ao investimento externo, que consideravam indispensável para a acumulação de capital necessária para a industrialização. No entanto, os empresários à época preferiram despende no setor de serviços, visto como mais rentável e seguro, inviabilizando o crescimento industrial (Altanusik & Tür, 2005, p. 69-72).

A partir de 1954, uma série de péssimas colheitas acarretou uma escassez de gêneros alimentícios, elevando a inflação e fazendo com que a situação econômica se deteriorasse. Malgrado as dificuldades, o DP manteve-se no governo nas eleições de 1958, mas teve de lidar com o crescimento da oposição. A fim de enfrentá-la, as lideranças do governo instituíram um conjunto de leis que lhes permitia demitir funcionários públicos e juízes conforme quisessem. Além disso, ficou determinada a criação de um inquérito para debater a oposição e a imprensa, o que foi sucedido por inúmeras manifestações de protesto, severamente reprimidas. Assim, em 1960, um grupo de generais do Exército reuniu-se e promoveu um golpe de Estado, para que os princípios do kemalismo fossem salvaguardados. Na sequência, Menderes foi posto em julgamento, no qual foi condenado por violação da Constituição, o que lhe rendeu pena

de morte. Não obstante os protestos internacionais contra a medida, o ex-primeiro ministro foi enforcado em 1961 (Hiro, 2009, p. 78 e 79).

A Junta Militar que tomou o poder e banuiu os partidos políticos logo se encarregou de estabelecer uma nova Constituição, a fim de assegurar o respeito ao ideário kemalista. Este documento fazia claras referências à personalidade de Atatürk e à sua importância para a República da Turquia. Nesse sentido, fazia-se imperativo impedir que as agremiações políticas subvertessem o secularismo com o intuito de atrair os votos dos mais religiosos. Ademais, ficou definida a criação de um novo Parlamento, agora bicameral, com o objetivo de tornar mais difíceis as possibilidades de alterações constitucionais. Na sequência, os partidos políticos foram liberados, mas o DP teve seu registro negado, em virtude de seu alegado caráter não secular. Suas lideranças, então, fundaram uma nova instituição, o Partido da Justiça (AP), que já não contava com a mesma popularidade do DP, em razão da crise econômica que vinha assolando a população turca. Em outubro de 1961, o CHP venceu as eleições e retornou ao governo após onze anos, liderado por Suleyman Demirel.

A saída do DP antecipou o início de mudanças para a Turquia no plano das relações internacionais. A partir dos anos 1960, a Guerra Fria entrou em uma nova fase, a *détente*, em que prevaleceu a distensão entre as duas superpotências. Essa mudança produziu-se em 1962, quando, em Cuba, foram instalados mísseis direcionados aos Estados Unidos. Essa situação elevou as tensões entre EUA e URSS, mas foi resolvida posteriormente, quando foi acordada a retirada dos mísseis soviéticos de Cuba. Em contrapartida, Moscou obteve a remoção dos mísseis norte-americanos alojados em território turco. Essa transformação teve grandes desdobramentos para a Turquia, pois o país perdeu o caráter estratégico que tinha desde o final da Segunda Guerra Mundial, quando se alinhou com os Estados Unidos. Nos anos seguintes, então, verificou-se uma aproximação entre Ancara e os países comunistas e não alinhados. É fundamental ressaltar, entretanto, que as mudanças que aconteceram foram pontuais e não espelharam um reordenamento da política externa turca (Dicle, 2008, p. 24 e 25).

A questão do Chipre tornou-se outro elemento desestabilizador para as relações turco-americanas. Este país pertencera ao Império Otomano de 1571 até 1878, quando foi invadido e ocupado por tropas britânicas, em decorrência de sua excelente posição geográfica. Em 1960, o Chipre obteve sua independência, o que atiçou a cobiça da

Turquia imediatamente. Contudo, ainda que 18% de sua população fosse de origem turca, cerca de 80% era etnicamente grega, o que fazia com que Atenas também se interessasse pelo país. No momento da desvinculação com a antiga metrópole, então, houve um acordo entre gregos, turcos e britânicos para que estes mantivessem suas bases navais em território cipriota, desde que os outros pudessem enviar tropas para a região também. Em 1963, porém, o presidente do Chipre – um arcebispo grego – introduziu medidas para limitar os direitos da minoria turca, o que foi visto como ultrajante por Ancara, que prometeu lançar mão de todos os recursos possíveis para assegurar o respeito à população turca (Vlanton & Alicia, 1984, p. 05 e 06).

A reação turca às determinações do governo cipriota preocuparam as autoridades norte-americanas, que não esperavam que ocorresse um confronto entre dois países membros da OTAN. Assim, Washington declarou que não permitiria o uso de armamentos fabricados nos Estados Unidos se a Turquia declarasse guerra ao Chipre. Além disso, abdicou-se da responsabilidade de defender a integridade do território turco caso houvesse uma invasão soviética em decorrência dos acontecimentos com os cipriotas. A resposta de Ancara às ameaças norte-americanas expôs o descontentamento turco, o que se desdobrou em uma alteração na maneira que a atividade norte-americana em solo turco passou a ser tratada: a partir daí, a Turquia estabeleceu várias limitações a esse tipo de movimento, ressaltando que o seu caráter soberano não permitia que outra nação pudesse utilizar seu território como se fosse região neutra. Em 1969, os Estados Unidos reconheceram a soberania turca sobre as instalações que lá havia, enfatizando que o país deveria ser respeitado como qualquer membro da OTAN.

A década seguinte aumentou as tensões entre a Turquia e a Grécia, o que teve efeitos negativos para as relações turco-americanas. Em 1974, Atenas arquitetou um golpe de Estado contra o presidente cipriota, Makarios, pois este havia se recusado a promover a *enosis*, a união com o território grego. Ancara, então, encetou operações militares no Chipre, sob a alegação de que as populações turcas desse país corriam grande perigo. Ainda que esse grupo constituísse menos de 20% do total de habitantes da ilha, as tropas da Turquia ocuparam 36% das terras cipriotas, estabelecendo uma Linha Verde, que tinha o intuito de separar as duas comunidades. Nesse momento, ocorreram violentas deportações de lado a lado, a fim de homogeneizar cada uma das regiões. Essas medidas levaram a uma situação de impasse que perdura até os dias de

hoje. Como retaliação à intervenção turca, os Estados Unidos promoveram um embargo armamentista ao país (Carley, 1997, p. 02 e 03).

Enquanto diminuía a relevância da Turquia para a política externa norte-americana, começava a emergir um dos principais temas da agenda internacional turca: a integração com a Europa. Em 1959, o DP iniciou as tratativas para assinar um acordo de cooperação com a Comunidade Econômica Europeia (CEE), visando à atração de investimentos externos. Esse movimento seguia a linha da associação da Turquia às instituições ocidentais, conforme já acontecido em 1952, quando o país ingressou na OTAN, e em 1960, quando se tornou membro da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE). Em um primeiro momento, a proposta turca foi bem recebida, pois, em 1963, todos os países acordaram o Tratado de Ancara, que assentava as fundações legais para a definitiva integração da Turquia com a CEE. Dessa forma, ainda que o documento não formalizasse a adesão dos turcos à organização, tampouco poderia ser considerado como um simples acordo comercial, visto que já previa possíveis desdobramentos para o longo prazo (Çalis, 2004, p. 73-75).

A crise do final da década de 1950 também sinalizou mudanças na área da economia. O governo retomou o planejamento estatal através da aplicação de planos quinquenais, cujo fito era impulsionar a industrialização. Esse projeto representava um retorno da política de substituição de importações, que se assentava no controle estatal sobre determinados setores, a fim de assegurar o crescimento e proteger a indústria turca da concorrência externa. Nesse momento, já havia uma divisão entre a participação do setor público e do privado, pois as estatais eram responsáveis pela indústria de base e de bens intermediários, ao passo que a burguesia nacional estava encarregada da produção de bens de consumo. O fomento à industrialização através da proteção do mercado interno e da ostensiva presença estatal na economia permaneceu firme até 1980. De maneira geral, os resultados dessa política foram representativos, pois o papel da agricultura no PIB caiu de 38% para 25% no período, fenômeno acompanhado por uma intensa urbanização (Yapp, 1996, p. 309).

Mesmo que o CHP tenha retornado ao poder após o golpe de 1960, não obteve maioria suficiente para conseguir formar um governo sozinho, o que o impeliu a buscar uma composição com o AP, liderado por Suleyman Demirel. Com o passar do tempo, porém, as relações entre os dois partidos tornaram-se conturbadas, pois o CHP afirmou

ser de centro-esquerda, o que foi mal recebido pelas lideranças do AP, que declararam que o CHP estava se aproximando da União Soviética. A partir de 1965, portanto, o combate ideológico entre esquerda e direita passa a pautar as disputas eleitorais, ainda que o debate não se limitasse a esse tema. Nessas circunstâncias, o discurso do AP provou-se exitoso, pois o partido venceu os pleitos de 1965 e 1969, impulsionado pelas altas taxas de crescimento econômico do período. Em contrapartida, a polarização da sociedade turca acentuou-se, o que impulsionou os movimentos sociais e sindicais. À medida que a ideologia de esquerda ganhava terreno, entretanto, surgiam grupos de extrema direita, sendo o Partido da Ação Nacionalista (MHP), cujos membros eram conhecidos como “lobos cinza”, o mais notável (Tanja, 2009, p. 01-03).

As tensões sociais atingiram o ápice em julho de 1970, quando um grupo de operários organizou uma manifestação de oposição à legislação trabalhista que lhes havia sido imposta. Esse protesto obteve o acolhimento de outros setores da população, o que fez com que mais de cem mil pessoas se reunissem para criticar o governo. Na sequência, Demirel lançou outro plano de austeridade, o que levou à criação de guerrilhas urbanas que procuravam desestabilizar o governo. Assim, embora lançasse mão de uma política repressiva para combater as manifestações, Demirel não conseguia eliminá-las, o que lhe tirava a legitimidade. Em março de 1971, alguns generais enviaram um documento para Demirel, solicitando a aplicação de medidas drásticas que pudessem restabelecer a ordem. Caso o governo falhasse, o Exército exerceria sua prerrogativa constitucional de intervir. Demirel, contudo, resignou tão logo recebeu a carta, o que fez com que uma junta militar assumisse o controle da situação e pusesse um fim nos protestos através da Lei Marcial (Altanusik & Tür, 2005, p. 37 e 38).

As eleições seguintes cristalizaram a adoção de um caráter esquerdista por parte do CHP, que fez questão de ressaltar seu compromisso com os trabalhadores durante as campanhas, o que lhe rendeu a vitória em 1973 e 1977. Seu líder, à época, Bülent Ecevit, era visto como um sinal da renovação do partido, que poderia realizar as reformas necessárias para a população. A administração de Ecevit, todavia, foi severamente prejudicada pela conjuntura externa, pois no ano em que assumiu aconteceu a crise do petróleo – particularmente preocupante para a Turquia, que tinha de importar quase a totalidade do que consumia – e, no ano seguinte, o conflito no Chipre. Além disso, o governo teve de enfrentar as pressões dos movimentos sindicais, que demandaram sucessivas reposições salariais em decorrência do aumento da

inflação. Em virtude dessas dificuldades, a economia turca degingolou ao final da década de 1970, o que causou a renúncia de Ecevit em 1978. No ano subsequente, o AP sagrou-se vitorioso nas eleições, marcando a volta de Demirel à chefia do governo.

O retorno de Demirel, porém, não trouxe estabilidade à Turquia, que ainda teve de assistir ao surgimento do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que apregoava a criação de um Estado independente para a população curda, o que deslegitimava ainda mais o governo turco. A fim de tirar o país da grave crise em que se encontrava, Demirel lançou um plano para reorientar a economia turca, assentado na necessidade de introduzir reformas liberalizantes. Dentre as medidas de que se valeu o governo, destacam-se o corte dos subsídios, a desvalorização cambial e o aumento da carga tributária. Naturalmente, essas resoluções iam de encontro aos interesses da população em geral, que já reclamava dos altos custos da vida na Turquia. Assim, a situação de Demirel tornou-se insustentável, o que fez com que o Exército tomasse, mais uma vez, a decisão de intervir na política do país. Dessa vez, no entanto, o golpe representou um ponto de inflexão para o país, pois antecedeu a um novo governo que espelhou a decadência do ideário kemalista (Aydin, 2005, p. 02 e 03).

Quando os militares reassumiram o controle do governo, havia um grande temor sobre a instabilidade política na Turquia e suas eventuais consequências. Temia-se que a agitação social da época pudesse ocasionar a fragmentação do país. De acordo com os generais que estavam à frente do poder, essa conjuntura havia sido causada pela excessiva liberalização que ocorreu após a Constituição de 1961. Esse documento teria dado amplas prerrogativas aos partidos políticos e reduzido a importância da autoridade central. Nessas circunstâncias, as eleições tornavam necessária a formação de governos de coalizão, mas os partidos acabavam se digladiando, o que impedia o controle do Executivo sobre o país. Os militares, então, acreditavam que a instabilidade só acabaria quando houvesse uma centralização política e uma redução das liberdades individuais, para despolitizar a Turquia. Dessa forma, em 1982, foi aprovada uma nova Constituição, com base nessas premissas. Com efeito, o aumento das prerrogativas do Executivo provou-se eficiente para a normalização da política (Hiro, 2009, p. 87 e 88).

Assim que realizaram essas reformas, os militares se retiraram e marcaram novas eleições para 1983. Nesse pleito, sagrou-se vencedor o Partido da Pátria Mãe (ANAP), de Turgut Özal. Essa agremiação divergia das tradições do CHP em vários

aspectos, sendo o caráter islâmico e o liberalismo econômico os principais. Essas diferenças fizeram com que o governo do ANAP levasse a cabo várias transformações na Turquia. Em primeiro lugar, destaca-se que Özal já havia trabalhado no último governo de Demirel, quando foi o responsável pela introdução das medidas ortodoxas na economia turca. Após o interregno militar, portanto, Özal continuou as políticas que já havia iniciado, pondo termo ao processo de substituição de importações e à liderança estatal no fomento à industrialização. Tão logo assumiu, o líder do ANAP contactou o Banco Mundial (no qual havia trabalhado anteriormente) e o FMI, a fim de obter créditos para sanear as contas públicas turcas (Önis, 2005, p. 10).

Özal acreditava que a liberalização econômica representava a chave para o crescimento, pois permitia que as empresas do país ficassem expostas à competição, o que faria com que sua produtividade se elevasse. Ademais, a flexibilização da legislação poderia atrair capitais externos, que elevariam a taxa de investimento e dinamizaria o mercado interno. Contrariando a mentalidade autárquica das lideranças kemalistas, Özal propugnava a expansão do setor exportador como a variável que fomentaria o desenvolvimento da economia turca. De fato, a Turquia atravessou um momento auspicioso ao longo da administração de Özal, pois suas premissas revelaram-se acuradas. É imperativo frisar, entretanto, que a importância geoestratégica de Ancara foi essencial para que essa política tivesse frutos, pois viabilizou a atração de capitais ao país. Ainda ressalta-se o fato de que essas alterações foram facilitadas pela centralização política promovida pela Constituição de 1982, que dispensou Özal de negociar seus vários de seus projetos com o resto da sociedade (Önis, 2005, p. 11-14).

Poucos anos antes da posse de Özal, em 1979, teve lugar um acontecimento de primordial importância para a Turquia: a invasão soviética ao Afeganistão. Uma vez que os efeitos dessa ocupação se diluíram no curso de seus anos, é essencial ressaltar sua relevância para o governo de Özal, pois foi a partir dele que Ancara, sob o ponto de vista geoestratégico, voltou a ser vital para Washington, o que permitiu a reaproximação turco-americana. Ao longo desta guerra, conseqüentemente, os laços entre Turquia e Estados Unidos se estreitaram de maneira efetiva, o que teve repercussões tanto em termos militares quanto econômicos. Em 1980, os países assinaram o Acordo de Cooperação Econômica e de Defesa (DECA), que institucionalizava essas mudanças. Então, como a economia turca registrou elevadas taxas de crescimento durante a década de 1980, o governo pôde elevar significativamente os gastos militares, o que não se

restringia ao aumento dos efetivos, mas também à modernização do Exército, realizada com o suporte norte-americano (Dicle, 2008, p. 31-34).

A Revolução Islâmica no Irã, que aconteceu quase concomitantemente à invasão soviética ao Afeganistão, também teve grande relevância para a política externa turca durante os anos 1980. Acima de tudo, a deposição do Xá causou uma sensação de insegurança nos Estados Unidos, que contavam com o Irã para garantir a segurança no Golfo Pérsico desde a deposição de Mossadegh. Nessas circunstâncias, a Turquia tornava-se um aliado imprescindível, pois havia o temor de que a revolução se espalhasse para outros países no Oriente Médio, o que poderia acarretar a ruína do sistema de alianças norte-americano na região. Ademais, as petromonarquias (Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein e Emirados Árabes Unidos) também passaram a recear o fundamentalismo islâmico preconizado pelos aiatolás, na medida em que Khomeini considerava profanas as relações que estes mantinham com os Estados Unidos. Simultaneamente, portanto, Ancara conseguia firmar uma parceria militar com Washington e se aproximar de alguns Estados árabes (Ataman, 2002, p. 136-138).

Özal balizou a política externa turca durante sua administração sob o princípio de que o país não poderia se circunscrever à parceria com o Ocidente, mesmo que dela se aproveitasse. O primeiro ministro acreditava que as boas relações com os países desenvolvidos eram primordiais para viabilizar a modernização e o crescimento econômico da Turquia. No entanto, esse entendimento só seria benéfico se fosse complementar à atuação autônoma de Ancara no tocante aos assuntos regionais, que diziam respeito, na visão de Özal, ao território entre a Europa Oriental e a China Ocidental. Deste modo, vê-se que as relações internacionais turcas sob o governo do ANAP assentaram-se em dois eixos: por um lado, o país estreitava laços com Estados Unidos e Europa Ocidental, a fim de atrair investimentos e reorganizar o Exército; por outro lado, rejeitava a hipótese ser um mero peão das potências ocidentais, visto que atuaria firme e independentemente no Oriente Médio, fato indispensável para que sua importância para a segurança regional fosse inquestionável.

Conquanto o período em questão tenha sido bastante favorável para a aproximação da Turquia com os Estados Unidos e com as petromonarquias, o mesmo não se pode dizer em relação à Europa Ocidental. À medida que a CEE adquiria um contorno político, os países membros começaram a tecer duras críticas à falta de

democracia e ao desrespeito aos direitos humanos, o que havia sido escancarado nos acontecimentos subsequentes ao golpe de 1980. A normalização política do país, com a eleição de Özal, não aliviou o tom das reclamações, que se direcionaram à rispidez com que o governo lidava com a questão curda, cujas repercussões estouraram na década de 1980. Em termos econômicos, contudo, houve uma razoável recuperação em comparação com o governo da junta militar, mas Özal não teve sucesso em firmar um acordo para facilitar a exportação de têxteis turcos para a CEE. Apesar dessas dificuldades, a Turquia formalizou sua candidatura para se tornar um membro pleno da CEE em 1987, mas teve seu pedido rejeitado (Aydin, 2005, p. 32-34).

A questão curda representou um dos principais problemas para o governo de Özal. Na verdade, as origens da questão remontam à ascensão de Ataturk, pois o fundador da República da Turquia estava determinado em fundar um sentimento de identidade turca, razão pela qual proibiu o uso de línguas não turcas em seu país. Dessa maneira, os curdos – que representavam aproximadamente um quinto da população e que habitavam no sudeste do território turco – não mais puderam utilizar sua língua mãe em público. Com efeito, até o final da década de 1970, menos de um terço dos curdos era capaz de falar na linguagem de seus antepassados, mas o governo militar turco quis retomar a política de turquização dessa população, o que desencadeou uma forte pressão do movimento separatista, liderado pelo PKK. Em 1984, esta agremiação alojou-se na Síria e lançou uma ofensiva militar para concretizar seu projeto independentista. Essa situação estremeceu as relações turco-sírias, mas acercou Ancara de Washington, pois o caráter marxista do PKK causava temores para os norte-americanos, que colaboraram com a Turquia para combater essa insurreição (Hiro, 2009, p. 106 e 107).

As reformas econômicas que foram iniciadas por Özal permitiram um amplo aumento das exportações, a pedra angular deste projeto de fomento ao crescimento econômico. Esse fator foi extremamente importante para que a Turquia estreitasse laços comerciais com seus vizinhos, conforme propugnava Özal. Assim, entre 1979 e 1990, as exportações turcas saltaram de 2,3 bilhões de dólares para 13 bilhões, fazendo com que o país obtivesse o melhor índice de crescimento de vendas para o exterior no período. Esse desempenho foi possível pela mudança na pauta de exportações, pois até 1980 as commodities contavam por 60%, ao passo que as manufaturas totalizavam 35%. Ao término do decênio, os produtos industrializados representavam 75% e as commodities apenas $\frac{1}{4}$ do total de exportações. Além das mudanças internas, a Guerra

Irã-Iraque também contribuiu para este fenômeno, uma vez que levou às alturas as demandas de iranianos e iraquianos por produtos turcos (Altanusik & Tür, 2005, p. 79 e 80).

Embora a política econômica do governo de Özal tenha obtido bons resultados em termos de crescimento econômico e promoção das exportações, a Turquia atravessou dificuldades ao longo do período, sobretudo no final da década de 1980. A desregulamentação promovida pelo governo teve como consequência um sensível aumento da taxa de desemprego, em virtude das privatizações que foram promovidas. Além disso, o corte dos subsídios e o combate ao movimento sindicalista encareceram o custo de vida e pressionaram para baixo os salários. Essa situação também foi bastante grave para o setor agrícola, um dos principais prejudicados pela retirada dos subsídios e pela abertura econômica, o que levou a um êxodo rural desenfreado, outro motor do desemprego. Vê-se, portanto, que as reformas encabeçadas por Özal foram muito proveitosas para a burguesia turca, que pôde se inserir no mercado internacional pela primeira vez. Para as camadas menos abastadas, contudo, a chegada de um governo neoliberal não teve os mesmos efeitos.

A implementação do liberalismo na área da economia na administração de Özal não coincide com a sua atuação em termos políticos, na medida em que o primeiro ministro lançou mão da centralização de poder para viabilizar a aplicação de suas medidas. Na verdade, essa contradição é apenas aparente, pois Özal estava ciente de que teria de enfrentar uma forte oposição se expusesse seus projetos a um diálogo democrático. Nessa conjuntura, não é estranho imaginar o porquê de o governo, costumeiramente, optar por decretos-lei ao invés de promulgar a legislação aprovada pelo Parlamento. Uma das características mais marcantes do período foi o uso contínuo dos Fundos Extra-Orçamentários, que canalizaram a maior parte dos gastos governamentais. Esses recursos não estavam sujeitos à anuência do Congresso, o que fez com que seu uso se tornasse cada vez mais frequente. Com o passar do tempo, porém, essa prática acarretou a insanidade das contas públicas – uma das conquistas de Özal –, o que voltou a pressionar a inflação (Önis, 2005, p. 13 e 14).

O final da Guerra Fria teve importantes repercussões para a Turquia, pois sinalizava o surgimento de novas oportunidades e adversidades. Acima de tudo, é preciso ressaltar que o sistema internacional bipolar foi um fator fundamental para a

formulação da política externa turca, na medida em que o país se posicionava como um aliado do Ocidente, mesmo quando se acercava de seus vizinhos. Deste modo, o desaparecimento do conflito poderia indicar um afastamento norte-americano, conforme já havia ocorrido durante o degelo da década de 1960. Por outro lado, o aparecimento de novos países na Ásia Central e o término da influência soviética no Oriente Médio abriam espaço para que Ancara exercesse maior presença econômica e diplomática. Nota-se, portanto, que as relações internacionais da Turquia durante os anos 1990 se pautaram por um maior ativismo, ainda que balanceado por um receio de errar o cálculo do risco de suas ações (Makovsky, 1999, p. 01-03).

A eclosão da Guerra do Golfo em 1990 foi percebida como um ensejo para que a Turquia demonstrasse seu comprometimento com os Estados Unidos. Por conseguinte, a invasão iraquiana ao Kuwait foi condenada veementemente pelo governo turco, que ingressou no grupo de países que ocupou o Iraque na sequência. Esse evento, ainda que tenha se passado pouco antes da implosão da URSS, já marcava o desfecho da Guerra Fria, pois a recente queda do Muro de Berlim havia simbolizado a fraqueza soviética e a promoção norte-americana à condição de única superpotência. Além de entrar na coalizão dos Aliados, a Turquia impediu o fluxo do petróleo iraquiano por seu território e o cedeu para que as bases aéreas norte-americanas e da OTAN lá se instalassem. A atitude do governo do ANAP, então, tinha o fito de mostrar ao Ocidente que seu país ainda tinha uma relevância geoestratégica imprescindível. Ademais, tornava-se cada vez mais pacífico na sociedade turca o entendimento de que Ancara não poderia deixar de participar nos assuntos regionais (Sayari, 2000, p. 169-171).

Após Özal deixar a liderança do governo e assumir a presidência do país, em 1989, o ANAP manteve-se no poder por mais dois anos, através de Yildirim Akbulut e de Mesut Yilmaz. Entretanto, a Turquia já havia entrado em um período de estagflação – combinação de baixo crescimento econômico e elevados índices de inflação –, o que minguou o apoio ao partido. Dessa forma, em 1991, as eleições foram vencidas por uma coalizão capitaneada pelo Partido da Via Justa (DYP), de Suleiman Demirel, que retornou ao cargo de primeiro ministro. De maneira geral, o DYP era uma sucessão do DP e do AP, que haviam sido banidos em 1960 e 1980, respectivamente. A base de suporte desta nova agremiação compunha-se dos mesmos setores, com destaque para os agricultores. Conquanto Demirel tenha reassumido o controle do governo em uma conjuntura marcada por atribulações, seu mandato pôde usufruir de um acontecimento

ímpar: o desmoronamento da União Soviética e o surgimento de quinze novos Estados, dos quais quatro eram formados por populações etnicamente túrquicas.

A emergência de Azerbaijão, Cazaquistão, Quirquistão, Turcomenistão e Uzbequistão como Estados soberanos ofereceu novas possibilidades de expansão de influência para a Turquia. Esses países também viam positivamente essa investida, porque acreditavam que a aliança turco-americana poderia favorecer a entrada dos Estados Unidos na região. Além de promover a integração cultural através do envio de professores e da concessão de bolsas para os estudantes provenientes desses países, Ancara tratou de estreitar laços com essa região a fim de encontrar outras fontes de energia – sobretudo gás natural –, com o intuito de diminuir a participação da Rússia na importação deste produto. Ao longo do decênio, a Turquia estabeleceu inúmeros acordos bilaterais e multilaterais para assegurar a entrada das empresas turcas na prospecção de petróleo e gás na Ásia Central e no Cáucaso. Também é importante realçar a construção de uma nova infraestrutura ligando essas regiões à Turquia sem passar pela Rússia e o Irã, com destaque para o gasoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC), que será analisado mais adiante (Sayari, 2000, p. 174-176).

Sob o ponto de vista político, Demirel assentou seu governo em uma parceria com o Partido Populista Socialdemocrático (SHP), cujo chefe era Erdal Inonu, filho do maior aliado de Atatürk. Uma das principais características do SHP era sua coligação com o Partido Popular dos Trabalhadores do Curdistão (HEP), o que alijava os nacionalistas de suas fileiras. Contudo, a eleição de Demirel fez com que os setores islâmicos e curdos fossem representados, o que alterou a questão do separatismo, uma vez que o governo turco passou a reconhecer a identidade curda na Turquia. Nessa época, porém, o país encontrava-se praticamente em guerra civil, pois o PKK e o Exército se enfrentavam frequentemente no sudeste do território turco. Logo, ainda que o governo modificasse algumas de suas premissas em relação à população curda, a repressão ao PKK atingia seu ápice, e o terrorismo tornava-se a principal questão de Estado. Em 1993, porém, Demirel faleceu, o que acarretou a eleição de Tansu Çiller, também do DYP, ainda com o apoio do SHP (Altanusik & Tür, 2005, p. 53 e 54).

Os anos 1990 foram marcados por uma severa instabilidade política na Turquia, pois a questão da identidade e da nacionalidade passou a permear o tom dos debates. Esse fenômeno não se verifica somente em relação aos curdos, mas também à camada

religiosa da sociedade turca, que vinha exigindo uma alteração das tradições kemalistas que vigiam há décadas. Nesse contexto, um grupo de políticos que se juntara em torno do Partido do Bem-Estar (RP), cujas lideranças assumiam seu caráter islâmico de uma maneira antes nunca vista, começa a ganhar popularidade e influência. Nas eleições de 1995, a pulverização dos votos entre os diversos partidos suscitou uma necessidade de outro governo de coalizão. Como o DYP e o ANAP não teriam a maioria no Congresso, Çiller propôs uma aliança com o RP – partido ao qual havia se oposto anteriormente, em virtude de seus atributos islâmicos –, desde que este retirasse suas acusações de corrupção contra ela. Determinou-se, então, que Erkaban (líder do RP), seria o primeiro-ministro por dois anos, sendo seguido por Çiller (Hiro, 2009, p. 102 e 103).

A administração de Erkaban deu voz aos religiosos que se sentiam ofuscados pelo ideário kemalista. Neste momento, assistiu-se a um verdadeiro florescimento dos símbolos religiosos, que voltaram a aparecer nas ruas. Esse acontecimento, no entanto, era reflexo da sensação de liberdade que os muçulmanos tinham para se manifestar, o que não ocorria da mesma forma em governos anteriores. Em termos de política de Estado, não se verifica uma transformação cultural, principalmente porque Erkaban era constantemente reprochado pelos militares e pela mídia secular, que se objetavam a introdução de mudanças nesse sentido. No entanto, houve alterações na política externa, uma vez que Erkaban firmou a construção de um gasoduto com o Irã e apregouo o estabelecimento de um Mercado Comum Islâmico. O ativismo turco, entretanto, foi alvo de críticas dos Estados Unidos, o que fez com que Bill Clinton solicitasse o cancelamento do acordo entre turcos e iranianos, porquanto ia de encontro às disposições do Acordo de Sanções Irã-Líbia, mas Erkaban recusou-se, argumentando a importância da diversificação das fontes energéticas (Dicle, 2008, p. 69 e 70).

Erkaban estava comprometido com o projeto de integrar comercialmente os países islâmicos, o que o levou a organizar uma conferência entre os Estados em questão. Essa iniciativa era vista com maus olhos pelos militares, que receavam que esta simbolizasse o fim da parceria entre Turquia e Israel. Esse temor, porém, não encontrava respaldo nos fatos, pois em agosto de 1996, já no mandato de Erbakan, o governo turco assinou um acordo militar com Israel, nos moldes que haviam sido aceitos pelos militares. Com efeito, o RP tinha como uma de suas bandeiras o rompimento das relações diplomáticas com Jerusalém, o que de fato seria um ponto de inflexão para Ancara. Apesar dessa retórica, Erkaban não hesitou em contrariar seus

correligionários e aprovou o acordo. É possível imaginar, ainda sim, que a atitude do primeiro ministro se deva ao fato de que sua posse era muito recente, de modo que tivesse medo de um novo golpe de Estado capitaneado pelos generais (Sayari, 2000, p. 180 e 181).

A apreensão de Erkaban revelou-se acurada em fevereiro de 1997, poucos dias após a realização de um evento que congregou os setores religiosos mais extremistas da Turquia. Durante essa manifestação, para a qual foi convidado o embaixador iraniano, foram veiculadas imagens do Hamas e do Hezbollah e se ouviram protestos que exigiam a instauração do fundamentalismo islâmico na Turquia. Nessas circunstâncias, os militares assumiram mais uma vez o papel de guardiões do secularismo e enviaram tanques e tropas para controlar a oposição. Malgrado a constante interferência dos generais na política, o golpe deste ano trouxe um novo componente, visto que o final da Guerra Fria e a aceitação do liberalismo como ideologia hegemônica restringiam a margem de manobra para esse tipo de atitude. Todavia, a esperada condenação não aconteceu, o que tem de ser percebido, também como sintoma do desagrado da administração Clinton com Erkaban (Burak, 2011, p. 152-155).

A intervenção militar que depôs Erkaban foi considerada como um “golpe pós-moderno”, pois não apresentou as mesmas características das anteriores. Nota-se, acima de tudo, que os generais não assumiram o poder desta vez, mas forçaram a demissão de Erkaban, sem causar um rompimento direto com a estrutura institucional vigente. Assim, o presidente turco teve de indicar um novo primeiro ministro, Mesut Yilmaz, que era o chefe do ANAP. Na sequência, a Corte Constitucional determinou que o RP havia agido contrariamente aos princípios seculares, o que ocasionou a sua proscrição. Ademais, Erkaban ficou proibido de participar da política turca durante os cinco anos seguintes. Devido ao fechamento do RP, a maior parte de seus membros ingressou no Partido da Virtude (FP), onde se destacavam as figuras de Abdullah Gül e Recep Tayyip Erdogan – prefeito de Istambul –, que seriam líderes do governo poucos anos depois. Os condutores do FP argumentavam que esta agremiação divergia do RP porque favorecia a integração total da Turquia com o Ocidente.

O governo de Yilmaz não conseguiu sustentar sua coalizão, o que engendrou a necessidade de um novo pleito em 1999. Apesar do bom desempenho do FP, a vitória dessas eleições foi do Partido Democrático de Esquerda (DSP), que escolheu

Bülent Ecevit para o cargo de primeiro ministro. Para compor o governo, o DSP aliou-se com o ANAP e com o Partido da Ação Nacional (MHP), também de esquerda. Fato destacado em relação a essa eleição, aliás, foi o fracasso do CHP, que sequer atingiu os 10% dos votos necessários para entrar no Parlamento. De fato, a Turquia enfrentava uma severa crise econômica no período, o que permitiu uma reordenação da tradicional composição do Congresso e a ascensão da esquerda. A convulsão que ocorria devia-se à instabilidade financeira, por sua vez causada pela incapacidade que o setor bancário tinha de atender às demandas da economia. Essa recessão também era vista como consequência da liberalização econômica dos anos 1980 (Hiro, 2009, p. 113 e 114).

Enquanto Ecevit mostrava-se incapaz de recolocar a economia turca nos eixos, o ANAP decidiu abandonar a coalizão governamental, o que abria o caminho para a promoção do FP. Justamente nesse momento, entretanto, a Corte Constitucional decidiu que o partido havia se tornado um centro para atividades antisseculares, o que provocou sua interdição. Posteriormente, os noventa e nove deputados do FP se dividiram em dois novos partidos: quarenta e oito criaram o Partido da Felicidade (SP) e cinquenta e um formaram o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP). Ao mesmo tempo em que se desenrolava esse processo, o Parlamento aprovava alterações constitucionais que dificultavam o fechamento das agremiações políticas, aboliam a pena de morte e garantiam direitos para a minoria curda como educação e imprensa nesta língua. Essas medidas, que eram apoiadas pelo AKP, atendiam às demandas da União Europeia, crítica do desrespeito aos direitos humanos na Turquia.

Em agosto de 2002 a instabilidade político-econômica atingia seu clímax, na medida em que o governo de Erdogan perdera a maioria no Congresso, motivando novas eleições. Esse pleito ficou conhecido como um “terremoto político”, uma vez que seus desdobramentos não têm precedentes na história turca. De fato, apenas dois partidos superaram a barreira dos 10% de votos, o AKP (34,28%) e o CHP (19,39%), o que fez com que o Parlamento fosse bipartidário pela primeira vez. Além disso, os resultados da eleição permitiram que o AKP governasse sem a necessidade de uma coalizão, o que também constituía uma novidade para a Turquia. Deste modo, a classe política tradicional turca ficou alijada, o que viabilizou várias reformas de um partido com raízes islâmicas. Após as eleições, Gül foi escolhido para ser primeiro-ministro, pois Erdogan estava proibido de participar da política desde o fechamento do RP. Em seguida, porém, Gül anulou essa sentença, firmando a ascensão de Erdogan e do AKP.

3. Projeto de Poder Regional:

No capítulo anterior, procedeu-se à análise da construção do Estado nacional no Irã e na Turquia. Em ambos os casos, nota-se que os primeiros decênios se pautaram por uma estratégia diplomática de *low profile*, uma vez que a consolidação dos novos regimes se fazia imperativa, o que só poderia acontecer, segundo suas autoridades, se não houvesse disputas com seus vizinhos. A partir da Guerra Fria, a Turquia alinou-se aos Estados Unidos, e foi seguida pelo Irã após a deposição de Mossadegh, na expectativa de colher frutos em termos econômicos e militares. Em 1979, contudo, a Revolução Islâmica rompeu essa paradigma, pois alijou Teerã da esfera de influência norte-americana. Ancara, por sua vez, apresentou alguns desvios em relação à política externa que adotara nos anos 1950, mas se manteve próxima das potências ocidentais, sobretudo após a invasão soviética ao Afeganistão, ainda que o governo de Turgut Ozal tenha tentado diversificar seus parceiros.

O desfecho da Guerra Fria provocou uma alteração sistêmica que teve importantes consequências tanto para o Irã quanto para a Turquia. Enquanto este conservou sua aliança com os Estados Unidos, mas buscou uma política regional mais assertiva, aquele despiu sua política externa de alguns dos componentes ideológicos que marcaram o período anterior, tratando de se acercar dos seus vizinhos para melhorar sua imagem internacional. Observa-se, logo, que o fim da bipolaridade expandiu seus horizontes, modificando o entendimento que tinham em relação ao equilíbrio regional. Até então, a Turquia ajustava seus movimentos no sistema internacional de acordo com as implicações da Guerra Fria, acreditando que tinha de atuar em consonância com os interesses norte-americanos, para não arriscar sua parceria com estes, o que poderia ocasionar uma pressão da URSS. Já o Irã se encontrava em uma situação ainda mais difícil, pois temia uma interferência tanto de Washington quanto de Moscou.

Após a virada do século, as políticas externas turca e iraniana pautaram-se pelo esforço para expandir suas áreas de influência em sua região. Esse fenômeno, em que se alicerça o presente trabalho, pode ser explicado a partir da elucidação de duas variáveis que o condicionam. Em primeiro lugar, verifica-se a importância da questão da identidade para o Irã e para a Turquia: ambos os países, em virtude de seu passado e de suas potencialidades, consideram-se como potências regionais, o que se materializou após a ascensão de Ahmadinejad e do AKP, respectivamente. Ademais, o realismo

ofensivo, de John Mearsheimer, demonstra que os Estados têm uma série de incentivos para maximizar poder, pois esta é a única maneira de garantirem sua própria segurança. No entanto, como o status de potência hegemônica é inatingível tanto para a Turquia quanto para o Irã, a única solução que aplacaria os ânimos seria a transformação em uma potência regional, o que naturalmente só poderia acontecer para um deles.

É preciso salientar, no entanto, que ambos os elementos julgados essenciais para explicar os comportamentos turco e iraniano no tocante aos assuntos regionais já estavam presentes há anteriormente. Contudo, os países atravessavam inúmeros problemas decorrentes, além de outros fatores, do estágio primitivo de desenvolvimento econômico, cujo efeito lógico era a precariedade de suas capacidades militares. Esse processo de fortalecimento, que permanece em evolução, só deixou de ser um estorvo incontornável nos últimos anos, favorecendo a transformação de suas políticas regionais. Da mesma maneira, a bipolaridade que se seguiu à Segunda Guerra Mundial abria poucos espaços para a promoção do regionalismo como a prioridade da política externa, na medida em que o aumento de participação na política de outros países poderia desagradar às superpotências, indicando a existência de um verdadeiro constrangimento sistêmico que limitava a margem de manobra.

É ponto pacífico para a elite iraniana que seu país apresenta todas as condições necessárias para que exerça fundamental influência nos assuntos regionais. Esse sentimento tem raízes históricas, pois o Império Persa teve uma longa tradição de participação na política de seus vizinhos. Após a Revolução Islâmica, enfatizou-se, também, o caráter religioso do novo regime, que deveria capitanear os Estados muçulmanos que não teriam os recursos demandados para que seus interesses fossem respeitados. Seguindo essa linha, os iranianos também não deixam de lado seu sentimento de vitimização, em virtude das invasões que sofreram pelas grandes potências ao longo de sua história. Assim, como a maior parte dos países no Oriente Médio e na Ásia Central já foi ocupada por potências estrangeiras, o Irã enfatiza sua empatia com os Estados que o circundam, apregoando que os Estados Unidos exercem, hoje, uma influência nefasta na região, o que abriria espaço para que Teerã se firmasse como uma nova liderança (Thaler, *et al.* 2009, p.)

A estratégia turca para se tornar uma potência regional está intrinsecamente vinculada às transformações sistêmicas acarretadas pelo final da Guerra Fria, ao início

da Guerra ao Terror em 2001 e, sobretudo, à ascensão de um partido islâmico, o AKP, ao comando do país. Conforme foi anteriormente analisado, a política externa turca foi fortemente influenciada pelos constrangimentos da Guerra Fria, uma vez que o país alinhou-se ao bloco ocidental. Embora tenham ocorrido movimentos em direção a um aprofundamento das relações regionais, sobretudo no governo Ozal, a lógica da bipolaridade manteve sua preponderância. Após a derrocada soviética, os turcos ensaiaram uma política mais ativa no Oriente Médio, mas não alteraram suas relações com os Estados Unidos, como atesta sua participação na Guerra do Golfo. Em 1996, o governo de Erbakan pareceu iniciar algumas transformações, mas foi subitamente abortado pelo golpe do ano seguinte. Então, na esteira da invasão norte-americana no Afeganistão e da emergência do AKP, a Turquia afirma suas pretensões regionais, que passam a representar a prioridade de sua política externa.

As mudanças na política externa turca estão cristalizadas na teoria de Ahmet Davutoglu, um acadêmico filiado ao AKP, o conselheiro de relações internacionais de Erdogan e o Ministro de Relações Exteriores a partir de 2007. Davutoglu, em 2001, apregou a necessidade de uma “Profundidade Estratégica” para a política externa da Turquia, alegando que o país, por suas características históricas e geográficas, está atrelado a um grande e importante grupo de Estados, o que determina sua elevada potencialidade. Para o autor, Ancara tem condições de exercer liderança no Oriente Médio, Ásia Central, Balcãs, Cáucaso, Mediterrâneo, Mar Negro e no Golfo Pérsico, através do uso do *soft power* cultural e econômico, rejeitando a visão segundo a qual o país seria tão somente uma ponte entre o Ocidente e o Oriente. A fim de atingir seus objetivos, a Turquia deveria resolver seus problemas internos, como a influência dos militares na política e a questão curda (Grigoriadis, 2010, p. 04 e 05).

O realismo ofensivo de Mearsheimer, por sua vez, parte do pressuposto de que o “dilema da segurança” configura a pedra angular das prioridades dos países que aspirem à condição de potências, o que se aplicaria ao caso do Irã e da Turquia. Como os Estados desejam sobreviver a qualquer custo, tomam medidas que visem ao aumento de sua segurança, o que invariavelmente determina o recrudescimento da cautela alheia, pois o meio utilizado para consegui-la é a busca pelo poder. Nessas circunstâncias, há uma grande incerteza sobre as atitudes que cada um poderia tomar, uma vez que o sistema internacional não tem uma autoridade central que limite a capacidade de atuação de cada ator, o que eleva a sensação de receio em relação às grandes potências.

Dessa forma, observa-se que os Estados não só procuram aumentar seus ganhos absolutos, mas sim os relativos, na medida em que só estes têm os meios para lhes proporcionar a sensação de dever cumprido (Mearsheimer, 2001, p. 35 e 36).

De acordo com Mearsheimer (2001), a eterna busca por poder, à qual todas as potências estão sujeitas, deriva de cinco proposições que, quando articuladas, tornam a disputa inevitável. A anarquia apresenta a primeira condição para que as grandes potências se comportem como tal, uma vez que a ausência de uma autoridade reguladora no sistema internacional faz com que a soberania de cada país só possa ser assegurada por ele próprio. O segundo pressuposto é de que todos os Estados possuem alguma capacidade militar, o que lhes possibilita causar danos em seus pares, fato que é altamente gerador de temores. Em terceiro lugar, deve-se salientar que nenhum país pode se considerar seguro em relação às intenções de outro, o que faz com que ajam com receio. O quarto preceito diz respeito à noção de que a sobrevivência é prioridade para qualquer grande potência, dadas as características do sistema. Por fim, todos os Estados são atores racionais, o que os deixa cientes do ambiente internacional e os faz pensar estrategicamente sobre como sobreviver a ele.

3.1 A Política Externa do Irã (2005-2012)

A eleição de Ahmadinejad reproduz a congregação de setores conservadores religiosos e grupos militares e paramilitares, que se propõem a realizar as promessas não cumpridas da Revolução Islâmica. A aliança entre esses grupos se cristalizou na formação da *Abadgaran*, um movimento político surgido em 2003. Ainda que Ahmadinejad tenha sido o primeiro presidente não clérigo em mais de vinte e cinco anos, ele era um membro das Guardas Revolucionárias, e teve ativa participação no conflito contra o Iraque, o que o credenciava ao papel de liderança na *Abadgaran*. O novo presidente tinha uma base de apoio ampla: os setores menos abastados, os mulás, os militares e os paramilitares. É necessário enfatizar que as Guardas Revolucionárias têm prerrogativas sobre setores econômicos fundamentais como comércio, telecomunicações, energia e obras públicas, o que as torna uma espécie de Estado dentro do Estado. Nessas circunstâncias, seu apoio é imprescindível para garantir a coordenação entre as políticas públicas e a burocracia (Pinto, 2007, p. 199 e 200).

Na política externa, a promoção de Ahmadinejad pôs de lado o ideário pragmático de Rafsajani e as diretrizes reformadoras de Khatami. O presidente iraniano

apregoa a incompatibilidade entre o Ocidente e o Islã, argumentando que os Estados Unidos e Israel são os bastiões da opressão à comunidade islâmica, o que suscita a necessidade de combatê-los e derrotá-los. Sua ação externa, logo, pauta-se por uma postura agressiva e pouco capaz de transigir. As pedras angulares de sua diplomacia – a defesa do programa nuclear iraniano, o suporte aos grupos islâmicos terroristas e a oposição aos Estados Unidos e a Israel – nunca foram questionadas, apesar das consequências que acarretam para a posição do país no sistema internacional. Durante seu mandato, portanto, a diplomacia iraniana adquiriu um caráter mais ideológico em comparação com seus antecessores, pois suas práticas espelham muitos dos ideários da Revolução Islâmica, que Ahmadinejad considera que vinham sendo negligenciados após a morte de Khomeini (Kazemzadeh, 2007, p. 424).

Malgrado as diferenças de Mahmud Ahmadinejad em relação aos seus antecessores, é imperativo salientar que a política externa iraniana não se tornou irracional após sua eleição, como é frequentemente aventado. De fato, as atitudes do presidente iraniano em relação aos temas internacionais nunca desconsideraram determinados elementos ideológicos, como o apoio ao Hamas e ao Hezbollah, a promoção de um governo xiita no Iraque e a ferrenha oposição a Israel e aos Estados Unidos. Sem embargo, Ahmadinejad sempre se posicionou favorável à aproximação com a China e com a Rússia, muito embora seu histórico de repressão aos movimentos islâmicos em Xinjiang e na Chechênia respectivamente. O Irã tampouco entrou em confronto com a Arábia Saudita ou com as outras petromonarquias, como aconteceu durante os primeiros anos após a Revolução Islâmica, posto que lhe sejam regimes antitéticos (Ramazani, 2009, p. 12-14).

A estabilidade da política externa iraniana em longo prazo é assegurada institucionalmente, pois o Líder Supremo, cuja autoridade normalmente atravessa os mais diversos governos, detém a palavra final sobre os assuntos referentes ao tema. Essa determinação, às vezes, gera atritos entre o presidente e o aiatolá, como se averigua na questão dos reféns norte-americanos, pois Banisadr era favorável à sua imediata liberação, mas Khomeini não aprovou essa medida, frustrando as pretensões do presidente à época. A supremacia do Líder Supremo, porém, tornou-se menos marcante após a morte de Khomeini, na medida em que seu sucessor aceitou aumentar as prerrogativas do Executivo nas relações internacionais. Ainda assim, os acontecimentos do governo de Mehmet Khatami evidenciam que determinadas transformações são

impossíveis de serem realizadas à revelia dos interesses do Líder Supremo, o que naturalmente favorece a inércia.

As relações internacionais iranianas durante o mandato de Ahmadinejad tiveram de lidar com os novos desafios securitários advindos da ocupação norte-americana no Iraque e no Afeganistão. A presença de tropas dos Estados Unidos em dois Estados fronteiriços suscita temores nas lideranças iranianas, que veem a segurança de seu país em risco. Esse sentimento, com efeito, não decorre unicamente dessa ameaça militar, mas reflete o medo que o Irã tem de ser invadido, que está bastante arraigado na cultura de sua população em razão da quantidade de ocupações que o país sofreu ao longo de sua história: gregos, árabes, mongóis, turcos, afegãos, britânicos, russos e iraquianos já realizaram incursões em seu território. Também causa preocupação aos iranianos o histórico norte-americano de interferência em outros países – como demonstra a Operação Ajax, que depôs o primeiro-ministro Mohamed Mossadegh –, além de seu apoio a Bagdá durante a Guerra Irã-Iraque (Barzegar, 2010, p. 173-175).

No contexto regional, vê-se que as relações exteriores do Irã, pautam-se pela premente tentativa de situar o país como uma liderança regional através da apresentação de estreitos laços com os seus vizinhos. A existência de favoráveis relações comerciais com os países em desenvolvimento faz-se necessária, na medida em que estas lhe possibilitariam a chance de exercer o papel de *player* na região. As questões comerciais, entretanto, não esgotam as políticas iranianas para os países adjacentes. Verificam-se, também, tentativas empreendidas pelo governo iraniano de estreitar laços com os países da Ásia Central, lançando mão do argumento da afinidade religiosa e da herança persa no caso Tadjiquistão e de algumas petromonarquias. O Irã também trata de viabilizar a manutenção de governos xiitas no Iraque e no Líbano para colocá-los em sua área de influência. Não menos significativas, por fim, são as iniciativas para promover a integração regional através da construção de uma nova infraestrutura que confirme seu papel de polo integrador de comércio e investimentos.

Conquanto a invasão norte-americana no Iraque e no Afeganistão deixe os iranianos preocupados em relação à presença dessas tropas em territórios adjacentes, é importante ressaltar que a queda de Saddam Hussein e do Talibã abre espaços para que o Irã exerça um papel mais proeminente na região. De fato, a mudança de governo em Bagdá possibilita que a maioria xiita ascenda ao poder, o que pode implicar um

estreitamento de laços com Teerã. Em relação ao Afeganistão, importa para o Irã a derrocada de um regime antixiita, razão pela qual o país lançou mão do *bandwagoning* seletivo e se juntou à Aliança do Norte para derrubá-lo. Por fim, a emergência de um governo liderado por xiitas no Líbano e do Hamas na Palestina confirmou o sucesso do apoio iraniano a esses grupos fundamentalistas, o que altera o panorama político do Oriente Médio em seu favor (Barzegar, 2009, p. 34-37).

A percepção de que o Irã está predestinado a exercer um papel proeminente no Oriente Médio está bastante arraigada na visão dos formuladores da política externa iraniana. Essa região, logo, tem sido a mais importante para suas relações internacionais nos últimos anos. Ainda que a vontade de ser uma potência regional já moldasse as decisões do Irã em relação aos seus vizinhos, essa questão se tornou ainda mais premente neste período em virtude de dois fatores: a presença militar norte-americana e a multiplicação do preço do petróleo entre 2003 e 2008. Em primeiro lugar, a presença dos Estados Unidos – que são considerados como o arquiinimigo da República Islâmica – faz com que Teerã perceba sua capacidade de liderança regional como uma maneira de enfraquecê-los, o que eleva sua motivação para tratar de assuntos regionais. Ademais, o vultoso aumento das receitas com o petróleo possibilitou o financiamento de grupos fundamentalistas como o Hamas e o Hezbollah (Thaler, *et al.* 2009, p. 83 e 84).

A sólida aliança com a Síria, o maior parceiro regional do Irã, foi mantida sem reparos por Ahmadinejad. A ligação entre os dois países está diretamente associada à Revolução Islâmica de 1979, momento a partir do qual se acercaram em virtude da afinidade ideológica que havia entre suas lideranças políticas. Em 1982, essa parceria se consolidou, uma vez que os sírios foram o único país árabe a apoiar o Irã contra o Iraque. Além disso, ambos somaram esforços para enviar tropas ao Líbano, em uma manifestação de assistência ao grupo islâmico Hizbollah. Atualmente, os países mantêm um ótimo relacionamento, o que se cristaliza pela defesa incondicional que a Síria faz do programa nuclear do Irã (GELBART 2010, 37 e 38). Contudo, os recentes distúrbios que têm acontecido no governo de Assad pressionam Teerã, que teme a deposição do seu principal aliado no Oriente Médio, o que pode proporcionar, por tabela, a ruína do governo xiita no Líbano.

As petromonarquias do Golfo Pérsico têm proporcionado dificuldades para que o Irã se firme como uma potência regional. A despeito desses problemas, é preciso

ressaltar que esses países não mantêm uma sólida oposição ao regime iraniano em razão das diferenças entre sunitas e xiitas, como frequentemente se veicula. A prática, na realidade, é bastante complexa, pois o Irã de fato se aproximou do Conselho de Cooperação do Golfo a partir do governo de Rafsanjani, mas houve um novo recrudescimento de tensões durante a presidência de Ahmadinejad. O Bahrein, por exemplo, tem sua soberania contestada há décadas pelos iranianos, que julgam fundamental sua incorporação ao Irã, dadas suas semelhanças culturais (ambos são majoritariamente xiitas). No tocante ao Kuwait, destaca-se que suas autoridades brigam com o Irã pela demarcação de sua fronteira marítima, pois essa abarca grandes reservas de gás *offshore*. Há um litígio, também, em relação aos EAU, pois ambos consideram suas as ilhas de Abu Musa e Tunb, estrategicamente localizadas no Estreito de Ormuz.

Essas querelas, no entanto, não podem ser superestimadas, pois os países em questão, sobretudo os Emirados Árabes Unidos, têm uma significativa parcela de suas populações de ascendência persa, o que torna a cooperação com o Irã de seu interesse. O maior destaque sob este aspecto dá-se em Dubai, cidade hóspede de centenas de milhares de iranianos, que lá realizam maciços investimentos, aproveitando-se da proximidade geográfica e da liberdade para a circulação de capitais. Entre 2000 e 2007, o comércio entre o Irã e a GCC quintuplicou, sendo o EAU responsável por 70% desse montante. Com efeito, os Emirados Árabes Unidos têm disputado com a China o primeiro lugar na lista de importações iranianas. Além desses pontos de encontro, as grandes reservas de gás natural localizadas no Irã despertam a cobiça das petromonarquias, carentes de energia elétrica. Em 2008, foi assinado um acordo entre o Omã e o Irã para a exploração conjunta de uma reserva de gás natural *offshore* (Shanahan, 2009, p. 03 e 04).

A Arábia Saudita evidencia os óbices enfrentados pelo Irã para se tornar uma potência regional. O país mantém excelentes relações com os Estados Unidos, o que se traduz em uma sólida parceria militar que permite aos sauditas a constante atualização de seus aparatos bélicos. Riad também tem feito o possível para minar o que considera como uma pretensão expansionista de Teerã: os sauditas se recusam a enviar uma missão diplomática ao Iraque – por considerar que o novo governo xiita lá instalado é pró-iranianos –, apoiam a oposição ao Hezbollah no Líbano e procuram se acercar da Síria para fragilizar sua tradicional aliança com o Irã. Deve-se sublinhar, ainda, que a Arábia Saudita já mostrou interesse no desenvolvimento de tecnologia nuclear, o que

deve ser ponderado como uma resposta ao programa nuclear iraniano e sua suposta natureza militar. Até agora, contudo, não há evidências de que os sauditas estejam desenvolvendo esse tipo de armamento, mas suas lideranças já confirmaram que irão comprá-lo de outro país se o Irã oficializar sua aquisição.

Em decorrência de sua proximidade geográfica, o Cáucaso é uma região de primordial importância para o Irã. Deve-se notar, sobre esse tema, que a disputa entre armênios e azeris é um elemento chave para a compreensão das atitudes iranianas nesta área. Entre 1992 e 1994, esses países entraram em guerra para assegurar o controle da província de Nagorno-Karabakh, majoritariamente armênia, mas situada no Azerbaijão. Durante o conflito, o Irã prestou assistência para a Armênia, que sagrou-se vitoriosa e passou a ocupar esse território. Desde então, Baku refuta qualquer cooperação com o Teerã, além de incentivar a separação das regiões que têm maioria azeri no Irã. Por outro lado, as relações irano-armênicas são excelentes, o que se materializa pela construção de uma ferrovia e de um oleoduto para promover o comércio. Com a Geórgia, entretanto, o Irã não tem relações desenvolvidas até o presente momento (Zadeh, 2008, p. 02-05).

A Ásia Central adquiriu nova relevância para a política externa iraniana após o desmembramento da União Soviética, com o surgimento de cinco novos países, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. O primeiro ponto de contato que havia entre o Irã e os países supracitados era a questão cultural, na medida em que a maioria destes é islâmica, ainda que sunita. O Tajiquistão também se liga à cultura iraniana por ter uma população de origem persa. Assim, tão logo foram declaradas essas independências, Teerã fez questão de prestar sua solidariedade aos recém-formados países, enfatizando a importância de um estreitamento de laços entre eles. Em um primeiro momento, entretanto, a dependência que esses Estados tinham da Rússia era incontornável, pois sua industrialização e produção haviam sido estabelecidas pelos soviéticos, que só construíram uma infraestrutura direcionada para Moscou. Por conseguinte, desde o princípio ficara clara a necessidade de outros atrativos para que a influência do Irã lá se consolidasse (Kashgari, 2011, p. 01 e 02).

O Uzbequistão é o país que, até agora, se mostrou mais relutante a se acercar do Irã. Esse fato se deve ao entendimento que os uzbeques mantêm com os Estados Unidos, que já instalaram bases militares nesse território. Há ainda o medo de que o

suporte iraniano aos grupos islâmicos fundamentalistas possa chegar ao Uzbequistão, o que poderia instabilizá-lo. Por outro lado, o Turcomenistão e o Tadjiquistão sustentam uma ótica relação com Teerã, principalmente porque há uma forte ligação econômica com empresas iranianas. Em 1997, a fim de que as reservas de gás natural do território turcomano fossem aproveitadas, foi inaugurado um gasoduto entre o Irã e o Turcomenistão, o primeiro do país que não estava posicionado para a Rússia. Em 2010, os mesmo países estrearam um novo gasoduto, que visa a dobrar o comércio de gás entre as duas economias. O Irã também tem sido responsável pela modernização da infraestrutura tadjique. Vale notar, por fim, que Ahgabat e Dushanbe se posicionam contrariamente à aplicação de sanções internacionais à República Islâmica (Peyrouse, 2012, p. 01 e 02).

As relações entre o Irã e o Cazaquistão são ternas, uma vez que ambos têm interesses em comum e poucos temas de discórdia. Embora os países não compartilhem fronteira, eles estão ligados por uma ferrovia que atravessa o Turcomenistão desde 2001. Em 2007, as autoridades iranianas, turcomanas e cazaques formalizaram um projeto para a construção de uma nova ferrovia, agora com mais capacidade para permitir o crescimento do comércio entre os três. Em relação ao programa nuclear iraniano, porém, o Cazaquistão se mostra mais reticente do que o Tadjiquistão e o Turcomenistão e expressa com veemência seu repúdio à presença de armamentos atômicos na região. O Quirguistão, finalmente, também tem um bom relacionamento com o Irã, mas a distância que há entre os dois vem impedindo uma maior aproximação. Até agora, a pauta dos infrequentes debates que há entre Teerã e Bishkek tem sido exclusivamente comercial, sem que haja um enfoque sobre temas estrategicamente mais relevantes (Shelala, *et al.* 2012, p. 27-32).

Irã e China mantêm boas relações há décadas, conforme se observa pelo fato de que Pequim foi um dos principais provedores de armamentos para Teerã durante o seu conflito contra Bagdá. A partir da década de 1990, todavia, o relacionamento entre os países tornou-se mais pragmático, pois os chineses passaram a depender da importação de petróleo e os iranianos careciam de investimentos em sua economia. Esses acontecimentos favoreciam uma aproximação sino-iraniana, o que de fato ocorreu desde então. Com a virada do século, os países europeus foram cada vez mais pressionados a retirar seus investimentos do Irã, abrindo espaço para os chineses (Harold & Nader, 2012, p. 03-05). Destaca-se, também, a posição geográfica do Irã, localizado entre

Oriente Médio, Ásia Central e Europa, que o faz um país pivô para a região. Essa questão é essencial em virtude do fato de que a China vem tentando construir um novo eixo geoeconômico cujo centro decisório seria Pequim, o que torna imprescindível a manutenção de laços estreitos com o Irã.

A ajuda chinesa foi fundamental para a recuperação e modernização do Exército iraniano. Além de ter provido armamentos leves para o Irã durante a guerra contra o Iraque, a China foi responsável pela venda de mísseis anti-navios no período. Posteriormente, devido às pressões do governo norte-americano, Pequim cessou a entrega desse tipo de material, mas colaborou para a implantação de um setor militar-industrial em território iraniano, que possibilitou a fabricação de mísseis balísticos de curto e longo alcance no Irã. Esse auxílio, contudo, se deu em um contexto de sanções internacionais impostas ao regime dos aiatolás, o que fez com que essas operações não se realizassem de maneira transparente, dificultando um cálculo acurado da parceria militar sino-iraniana. De qualquer maneira, é importante frisar o apoio chinês à indústria bélica iraniana, que desde então pôde contar com um sistema de *self-reliance* para estruturar seu sistema de dissuasão (Garner, 2011, p. 68-70).

Assim como a participação da China no Irã cresceu substancialmente em termos militares e econômicos, o mesmo pode se dizer sobre a parceria desses países no tocante à infraestrutura. No decorrer das últimas décadas, engenheiros chineses foram responsáveis pela construção de pontes, represas, estradas e túneis em diversas cidades iranianas. Ademais, Pequim tem sido responsável pela modernização da malha ferroviária do Irã, a fim de integrá-la com Quirguistão, Tadjiquistão e Afeganistão através da província chinesa de Xinjiang. Há, também, um plano que visa a estender essa linha a Iraque, Síria e Turquia, até chegar ao continente europeu. Esse projeto, no entanto, carece de viabilidade em virtude da instabilidade política que impera nos territórios iraquiano e sírio. Esse desenvolvimento de infraestrutura vai ao encontro da ideia de que os chineses pretendem criar uma “Nova Rota da Seda”, com o intuito de assegurar sua proeminência no maior corredor energético do mundo, o que é indispensável em decorrência de sua alta dependência da importação de petróleo (Kemenade, 2010, p. 110-112).

O Irã atende aos interesses chineses, logo, por seu potencial energético, o que tende a se agravar com o correr dos anos. Não bastasse esse fator, a localização

geográfica iraniana contribui ainda mais para agravar a sua importância. Essas razões, todavia, não esgotam as explicações para o acercamento entre Teerã e Pequim: as conturbadas relações que o Irã mantém com os Estados Unidos fazem com que as autoridades chinesas considerem o bom relacionamento com os iranianos como uma forma de contrabalancear a influência norte-americana na região, sobretudo após as invasões do Afeganistão e do Iraque. Não obstante, a China conduz com precaução essa tática, pois teme que uma aliança com o Irã possa estremecer as relações sino-americanas e prejudicar sua imagem perante a comunidade internacional. Conseqüentemente, suas atitudes em relação ao Irã são dúbias, uma vez que refletem preocupações conflitantes (Garver, 2011, p. 75-77).

O ingresso na Organização para Cooperação de Xangai (SCO) é um dos principais desejos da diplomacia iraniana. Essa instituição – da qual fazem parte China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão – tem como princípio basilar o combate ao terrorismo e ao secessionismo, apregoando o respeito à soberania alheia. O caráter eminentemente securitário da SCO vem se alterando paulatinamente, à medida que os assuntos de integração econômica passam a pautar as discussões entre os países membro. Em 2005, o Irã foi reconhecido como observador, juntando-se à Índia, ao Paquistão e à Mongólia, que também têm esse status. Embora seja uma organização multilateral, a liderança da SCO se dá em Pequim, o que faz com que os iranianos pressionem os chineses para que aprovelem sua candidatura. No entanto, a China teme que a entrada do Irã possa minar suas relações com os Estados Unidos. Além disso, é contraditório acolher, em uma instituição cujo fito é combater o terrorismo, um Estado que reconhecidamente patrocina o Hamas e o Hezbollah (Boer, 2009, p. 113-116).

A aproximação sino-iraniana, portanto, configurou um movimento de sucesso ao longo do governo de Ahmadinejad. O comércio entre os países, que totalizava 10 bilhões de dólares em 2005, somou 29 bilhões em 2008. Há, ainda, perspectiva para que o valor atinja a marca dos 45 bilhões já em 2012. Desse modo, a China se firma como o principal parceiro comercial do Irã, além de ser a sua principal fonte de investimento. O êxito em termos econômicos, porém, contrasta a ambigüidade da posição chinesa no tocante ao programa nuclear iraniano, uma vez que o país se mostra, ao mesmo tempo, favorável ao desejo norte-americano de que não haja proliferação nuclear e em prol da diversificação energética do Irã e da solução pacífica desse conflito. As recentes deliberações do Conselho de Segurança da ONU, onde Teerã sofreu novas sanções com

o apoio chinês, entretanto, parecem indicar um afastamento de Pequim, que não deseja estremecer suas relações com os EUA em virtude desta questão.

A influência da Rússia na política iraniana data do século XIX, quando Moscou buscava expandir sua área de proeminência na Ásia Central, como já foi visto anteriormente. Posteriormente, o país promoveu duas ocupações no Irã, durante os conflitos mundiais, lembrança que desperta rancores em Teerã. Na sequência, a invasão soviética no Afeganistão e seu apoio material às tropas de Saddam Hussein contribuíram para impossibilitar uma aproximação russo-iraniana, o que sequer era desejado por Khomeini, um ávido crítico do socialismo, por ter materialista e ateu. A partir do esfacelamento da União Soviética e da ascensão de Khamenei e Rafsanjani, porém, ocorre uma alteração desses paradigmas, pois as novas lideranças desses países enxergam seu acercamento como fundamental para o enfrentamento das mudanças acarretadas pelo reordenamento do sistema internacional. Para o Irã, o estreitamento de laços era benéfico em termos militares e energéticos – acesso à tecnologia que os países ocidentais se recusavam a lhe fornecer –, ao passo que, para a Rússia, os ganhos seriam geopolíticos e econômicos (Koolae, 2008, p. 04 e 05).

A venda de armamentos configura um dos principais pontos de sustentação da cooperação russo-iraniana desde o início da década de 1990. O Irã se tornou, nesse momento, o terceiro maior comprador de armamentos russos, logo atrás de China e Índia, o que foi percebido com apreensão por norte-americanos, que passaram a temer a criação de um eixo russo-iraniano para balancear a influência dos Estados Unidos na região. A compra dos equipamentos russos foi importante para a modernização do Exército iraniano, sobretudo em relação a tanques, aviões e submarinos, mas não pode ser considerada como um símbolo da aliança entre Irã e Rússia. Com efeito, embora Moscou tenha concordado em vender os mísseis S-300 – essenciais para viabilizar a segurança aérea do território iraniano – encomendados por Teerã, essa decisão foi revogada em 2010, sob a justificativa de que o envio seria ilegal em virtude das sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU.

A relação russo-iraniana apresenta algumas características em comum com a sino-iraniana: a dubiedade e a incerteza sobre sua solidez. Se, por um lado, é claro que a aproximação entre os dois países está vinculada a questões pragmáticas (a necessidade de obtenção de tecnologia militar e energética pelo Irã e de recursos pela Rússia),

também não se pode ser descartado o componente estratégico, ou seja, o desejo de alijar a influência dos Estados Unidos nessa área. No entanto, assim como se observa em relação a Pequim, Moscou não tem interesse em colocar em risco seu relacionamento com Washington por causa do projeto nuclear iraniano: pelo contrário, a possibilidade de um Irã militarmente nuclearizado configura uma fonte de preocupações para o equilíbrio regional, de acordo com as autoridades russas. Nessa conjuntura, ainda que forneça armamentos e especialistas para o enriquecimento de urânio no Irã, a Rússia atua junto aos EUA para impedir que Teerã consiga uma bomba atômica, como atesta a aprovação da Resolução 1929 da ONU (Kozhanov, 2012, p. 14-17).

Os receios russos em relação ao Irã não se limitam ao medo de desagradar os Estados Unidos, porquanto a possibilidade de que Teerã se transforme em uma potência regional nuclear é, por si só, motivo de apreensão por seus prováveis desdobramentos nos países do Cáucaso e da Ásia Central, especialmente o Turcomenistão e o Tajiquistão, onde a participação iraniana já se faz marcar. O entendimento de Moscou é que se os iranianos viabilizarem uma efetiva modernização econômica e militar – já tendo adquirido a tecnologia para a construção de artefatos nucleares –, sua presença nos Estados vizinhos vai ser enorme, o que é particularmente preocupante no que tange às regiões que são tradicionalmente de influência russa. Dessa maneira, a venda de armamentos e a construção da central nuclear de Bushehr só aconteceram por que a economia russa estava severamente debilitada, tornando indispensável o estabelecimento de novos negócios para a modernização de seu parque industrial (Trenin & Malashenko, 2010, p. 18-21).

O principal tema do governo Ahmadinejad tem sido a retomada do programa nuclear iraniano. Conquanto as autoridades afirmem que o projeto tem fins pacíficos – e que, portanto, não viola as regras do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) –, há um temor na comunidade internacional sobre as reais intenções de Teerã. Na verdade, o programa nuclear iniciou-se em 1957, ainda no governo de Reza Pahlevi, com a parceria dos Estados Unidos, através do chamado “Átomos para Paz”. Nas décadas subsequentes, ficou acordada a construção da usina de Bushehr, que seria realizada por empresas alemãs, a Siemens AG e a AEG. Após a Revolução de 1979, no entanto, o programa foi paralisado, em virtude das dificuldades para levá-lo a cabo. Essa situação alterou-se nos anos 1990, quando foi criada uma organização russo-iraniana (Persepolis), cujo intuito era auxiliar o Irã através de especialistas em energia nuclear.

Em 1995, a Rússia assinou um contrato que previa a conclusão da usina de Busheer, que deveria ficar pronta em quinze anos (Kerr, 2009, p. 01 e 02).

Já vinham ocorrendo tensões em decorrência do programa nuclear iraniano desde 2003, mas essa situação foi agravada em 2006, quando Ahmadinejad decidiu recomeçar os trabalhos do centro de pesquisa nuclear de Natanz, o que foi percebido com temor pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O Irã alicerça suas demandas no artigo IV do TNP, que prevê o uso pacífico da energia atômica, do qual se vale também o Brasil. De qualquer forma, mesmo que se discorde das pretensões iranianas, não é manifesto o desejo de Teerã de iniciar um conflito de larga escala no Oriente Médio. Com efeito, as armas nucleares não têm uma natureza ofensiva, sendo normalmente importantes por seu efeito dissuasório, isto é, por prevenir o ataque de um país inimigo. Dada a difícil conjuntura em que se encontra o Irã, as lideranças do regime temem um ataque norte-americano ou israelense, o que entendem que poderia se evitar com a aquisição de material nuclear (Pinto, 2007, p. 206 e 207).

O elevado potencial energético iraniano decorrente de suas vastas reservas de petróleo e gás é, muitas vezes, entendido como a prova de que o programa nuclear do Irã tem natureza militar. Essa hipótese, entretanto, não encontra sustentação empírica, pois o país de fato tem enfrentado dificuldades para assegurar o abastecimento de energia elétrica ao longo dos últimos anos. Esse fenômeno se deve ao atraso de seu setor petrolífero, carente de investimentos para sua modernização. Atualmente, o Irã é um dos principais exportadores de petróleo, mas o país não tem capacidade de refinar o produto, tendo que importar a maior parte da gasolina que consome. Da mesma forma, a carência energética inviabiliza o pleno aproveitamento do setor de gás natural, que é utilizado majoritariamente para o consumo interno. Logo, ainda que o território iraniano tenha a segunda maior reserva de gás natural, o Irã não figura entre os maiores exportadores desta commodity. Nessas circunstâncias, fica patente a necessidade de novas fontes de energia para a dinamização da economia iraniana.

Embora as acusações de que o Irã tem pretensões militares com seu programa nuclear sejam corriqueiras nos debates sobre o tema, não há um consenso na sociedade iraniana em relação à necessidade da construção de material atômico para afiançar a segurança da integridade territorial do país. Na verdade, nos círculos religiosos se observa uma verdadeira oposição aos armamentos nucleares, o que se verifica pela

emissão de uma fatwa – um pronunciamento legal islâmico – que determinava sua ilegalidade. O próprio aiatolá Khamenei já afirmou ser moralmente contrário à aquisição da bomba nuclear ou de quaisquer armas de destruição em massa, mesmo em um período de guerra, sob a alegação de que essa medida constituía *haraam*, termo que se refere a tudo o que é proibido pelos preceitos islâmicos (Lotfian, 2008, p. 54 e 55). Os iranianos, porém, não abrem mão do direito assistido pelo TNP de enriquecer urânio para a produção de energia. A posição ocidental que incita o Irã a abandonar seu projeto nuclear é rechaçada pelos mais diversos setores do país, que a consideram como outra tentativa imperialista de intervenção nos assuntos internos iranianos.

Em maio de 2010, Brasil e Turquia firmaram um acordo para receber urânio levemente enriquecido do Irã e trocá-lo pelo mesmo material, depois de passar por um novo processo de enriquecimento, o que se daria em reatores turcos. Esse acordo ia ao encontro das determinações da AIEA, que não desejava que o urânio fosse enriquecido em território iraniano. Essa proposta, porém, não agradou aos Estados Unidos e aos outros membros do Conselho de Segurança da ONU, que a perceberam tão somente como uma tática iraniana para procrastinar o processo. Dessa maneira, no mês seguinte este órgão aprovou a Resolução 1929, que instituiu a quarta rodada de sanções econômicas ao Irã, o que foi acatado por todos os membros, à exceção de Brasil, Turquia, que votaram contra, e do Líbano, que se absteve. A Rússia e a China, que antes vetaram esse tipo de medida, argumentaram que estiveram de acordo porque conseguiram atenuar a sua brutalidade (Smith, 2011, p. 14 e 15).

As sanções econômicas aplicadas contra o Irã não só bloquearam a chegada de material nuclear, mas também impediram a aquisição de mísseis antiaéreos que o país pretendia comprar da Rússia, o que poderia representar um escudo às ameaças feitas por Israel. Na verdade, desde 2006, já foram aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas cinco sanções econômicas contra o Irã. Ademais, além de Estados Unidos e União Europeia, dez países (África do Sul, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Índia, Israel, Japão, Rússia, Suíça e Turquia) impuseram, isoladamente, medidas do tipo contra Teerã. Consequentemente, o enorme potencial petrolífero iraniano não pôde ser aproveitado, o que assusta os líderes iranianos, que sabem que o setor de petróleo representa 1/5 da economia nacional. Com efeito, o Irã não conseguiu recobrar o crescimento econômico desde a crise econômico-financeira de 2008, que sinalizou a

queda do preço do petróleo – que vinha em alta – e o afastamento dos investidores internacionais (D’mato, 2011, p. 44-46).

3.2 Política Externa da Turquia (2003-2012)

A Turquia assistiu a uma grande transformação em sua política externa a partir da emergência do AKP. Nesse momento, consolida-se a visão segundo a qual o país tem as condições, e a missão, de se firmar como uma potência regional, cuja atuação se faça ativa em todos os países à sua volta. Oblitera-se, então, a ideia de que Ancara deva ficar circunscrita à aliança com o Ocidente, sendo uma mera ponte entre este e o Oriente. Em linhas gerais, pode-se afirmar que as ações diplomáticas da Turquia desde a eleição de Erdogan se vinculam à teoria da “profundidade estratégica”, também chamada de “neotomanismo” de Ahmet Davutoglu. Deve-se ressaltar, no entanto, que não se trata de uma ruptura, mas sim de um desdobramento, pois alguns dos elementos da “profundidade estratégica” já podiam ser encontrados durante o mandato de Turgut Özal e após o desmoronamento da União Soviética, quando o governo turco se comprometeu a manter uma política mais assertiva no Oriente Médio.

A teoria de Davutoglu se assenta na premissa de que o final da Guerra Fria engendrou novas possibilidades para a Turquia, na medida em que o país não precisava mais estar alinhado com as potências ocidentais e suas instituições. Ainda que não defendesse um afastamento dos tradicionais aliados, Davutoglu acreditava que Ancara deveria fortalecer laços comerciais com novos países e se mostrar válido à comunidade internacional através do auxílio da resolução de conflitos como no Afeganistão e na Palestina. Para que essa estratégia fosse viabilizada, a Turquia deveria adotar uma política de “nenhum problema com seus vizinhos”, o cerne do pensamento deste acadêmico. Essa ideia, entretanto, ia de encontro às habituais práticas turcas em termos de política externa, uma vez que o país mantinha relações conturbadas com Iraque, Irã e Síria e era visto com desconfiança pela comunidade árabe em geral por seus estreitos laços com Israel. A questão cipriota tampouco facilita essa empreitada, pois opõe os interesses de turcos e gregos (Baran et al, 2008, p. 08-10).

O expressivo crescimento econômico por que passou a Turquia desde os anos 1980 é outro elemento que favorece sua aproximação com novos parceiros comerciais. Na realidade, assim como foi visto anteriormente, a economia turca atravessou um período de mudança paradigmática durante a administração de Özal, pois o país abdicou

de sua política de substituição de importações em favor de um programa que alvejava o recrudescimento das exportações como a variável fundamental para a expansão da indústria, do emprego e da renda. Dessa forma, surgiu uma classe empresarial cujos interesses repousam na procura de novos mercados para seus produtos, o que já não poderia ser obtido na Europa e nos Estados Unidos, onde a Turquia já consolidara suas exportações. A economia turca também se desenvolveu a tal ponto que seus empresários se mostram desejosos de realizar investimentos no exterior, principalmente no setor de construção civil, o que não é exequível nos países centrais (Barkey, 2010, p. 04-06).

A ocupação norte-americana no Iraque é um acontecimento que sinaliza a mudança de rumos da política externa turca. Tão logo foi anunciada a operação, o governo dos Estados Unidos expôs seu desejo de utilizar o território turco para facilitar o desembarque em solo iraquiano. Contudo, o Parlamento turco, formado por uma maioria de deputados do AKP, rejeitou esse pedido por uma estreita maioria, o que surpreendeu as autoridades norte-americanas. Ainda que as lideranças governamentais tenham manifestado sua vontade para que a proposta de Washington fosse aprovada, Erdogan não pressionou os congressistas em nenhum momento, o que não passou despercebido pelos Estados Unidos. Em seguida, o governo turco conseguiu obter algumas concessões que atenderam parte das demandas norte-americanas, mas a rejeição do Congresso manchou as relações entre os países, que apresentaram alguns pontos de atrito desde a manifestação desse episódio (Alessandri, 2010, p. 02 e 03).

É preciso salientar que a oposição de alguns congressistas não demonstra simplesmente um sentimento de antiamericanismo, pois sua atitude tem raízes bastante concretas. Com efeito, havia um temor – que depois se mostrou respaldado pelos acontecimentos – de que a invasão norte-americana pudesse deixar o governo iraquiano acéfalo, o que oportunizaria a instalação de uma base militar do PKK em seu território. Mesmos os setores militares, que costumeiramente apoiam a parceria da Turquia com os Estados Unidos, se mostraram reticentes à guerra, em virtude dos fatores há pouco elencados. A despeito desses receios, a ocupação norte-americana e a deposição de Saddam Hussein tiveram desdobramentos positivos para Ancara, que pôde se apresentar como uma nova liderança na região. Como a participação dos Estados Unidos no Oriente Médio é vista com hostilidade pela população árabe, o surgimento de uma Turquia independente e ativa é uma oportunidade para que os países da região possam

buscar novas parcerias que lhes proporcionem maiores ganhos do que os observados até então (Gregoriadis, 2010, p. 06 e 07).

O princípio de “nenhum problema com os vizinhos” tem sido a pedra angular da política externa turca durante o governo de Erdogan. Sobre este aspecto, nota-se que a Síria foi um caso de expressivo sucesso – ao menos até os conflitos internos proporcionados pela Primavera Árabe –, na medida em que o país deixou de ser um dos principais rivais da Turquia para considera-lo um importante parceiro. As tensões entre os países tornaram-se particularmente agudas durante a década de 1980, período em que as pressões segregacionistas do PKK começavam a aflorar. Nesse contexto, os sírios decidiram apoiar a causa curda, em virtude de sua antiga rivalidade com os turcos, motivada pelo fato de que o país fizera parte do Império Otomano. Posteriormente, Ancara iniciou a construção de represas nos rios Tigre e Eufrates, o que lhe permitia o controle da água que chegava ao território sírio, atitude que exasperou Damasco. Em seguida, em 1999, o governo turco ameaçou declarar guerra ao seu vizinho caso este não extraditasse o líder do PKK, Abdullah Ocalan, mas teve seus desejos atendidos, o que dissipou as tensões nesse momento (Zafar, 2012, p. 150-153).

Tão logo se instalou no poder, Erdogan mostrou seu projeto de reaproximação com a Síria. Em 2004, o premiê turco recusou o convite de Ariel Sharon para visitar Israel, optando por encontrar-se com lideranças do Hamas e do Partido Trabalhista israelense. No ano seguinte, Erdogan visitou Damasco e ignorou os pedidos norte-americanos para que os sírios evacuassem de Beirute. Essa situação teve importantes desdobramentos no Irã, pois abriu perspectivas para que a Síria encontrasse um outro aliado na região. Com efeito, tanto sírios quanto turcos mostravam-se receosos com a derrubada de Saddam Hussein no Iraque, fato que era do interesse de Teerã, a quem interessava a promoção de um governo xiita. Vê-se, portanto, que a boa relação entre sírios e iranianos tem uma natureza programática e não é mera consequência de eventuais afinidades ideológicas. No tocante à Turquia, porém, uma vez que as antigas querelas sejam resolvidas, assentam-se as bases para uma sólida parceria (Moubayed, 2008, p. 02 e 03).

O estreitamento de laços entre Ancara e Damasco verifica-se pela evolução do volume de seu comércio, sobretudo pelas exportações turcas, que constituem seu bojo. Em 2000, as exportações turcas para a Síria somavam 184 milhões de dólares, valor que

atingiu 1,6 bilhão em 2010. Conquanto os sírios ainda não estejam entre os principais parceiros comerciais da Turquia, averigua-se que o AKP foi exitoso em encontrar novos mercados para a indústria de seu país. Malgrado o impressionante sucesso turco em relação à Síria, os confrontos do regime de Assad abalaram esse processo. Quando começou a repressão a seus opositores, o presidente sírio foi bastante criticado pelo governo turco, que propalou reformas constitucionais e a saída de Assad, da mesma forma que havia feito em 2010 no Egito, com Mubarak. No entanto, o regime baatista não só se mostrou mais resistente do que o egípcio, mas passou a expulsar os opositores para o território turco, o que faz com que o conflito sírio ganhe enorme importância para Ancara. Nos últimos meses, Erdogan suspendeu o comércio com a Síria e apoiou a atuação da ONU para a resolução da questão. Ademais, atritos na região fronteira elevaram as tensões e o risco de uma guerra turco-síria (Ertugrul, 2012, p. 01-03).

O Iraque também demonstra as mudanças que aconteceram na política externa turca desde a ascensão do AKP. Conforme analisado anteriormente, a ocupação norte-americana neste país não foi bem recebida por diversos setores da sociedade turca, incluindo os membros do AKP ligados aos religiosos e os militares, que temiam a influência que os curdos teriam após a derrocada de Saddam Hussein. A partir de 2007, entretanto, após a expressiva vitória que o partido de Erdogan teve nas eleições nacionais, houve uma completa inversão na política para o Iraque. À revelia dos interesses dos militares, o governo turco estabeleceu relações com o Governo Regional do Curdistão (KRG), o órgão oficial de governo da província do Curdistão, no norte do Iraque. Essa atitude revela a intenção de Erdogan de resolver a questão curda da própria Turquia, o que aconteceria através da pacificação do PKK. Após essa iniciativa, o KRG tem colaborado para que o PKK deponha suas armas, argumentando que o AKP já se mostrou favorável a uma solução pacífica deste conflito (Barkey, 2010, p. 02 e 03).

Assim como no caso da Síria, as relações comerciais turco-iraquianas comprovam a aproximação entre os países. Entre 2003 e 2010, as exportações da Turquia para o Iraque passaram de 829 milhões de dólares para 6 bilhões, o que fez com que os iraquianos se transformassem no quinto maior comprador dos produtos turcos. Naturalmente, a precária situação em que se encontra a economia iraquiana dificulta que se atinja uma reciprocidade nessas relações comerciais, mas os movimentos registrados até agora sinalizam que a Turquia pode ser um dos principais aliados do Iraque em sua reconstrução, sobretudo após a saída das tropas norte-americanas. Além do crescimento

comercial, um grande grupo de empresários turcos se encontra atualmente no Iraque, onde realizam vultos investimentos diretos, principalmente na construção civil, que foi severamente afetada pelas três guerras por que o país passou desde que invadiu o Irã, em 1980.

A Líbia é um país com o qual a Turquia já mantinha boas relações econômicas desde os anos 1980, quando as primeiras empreiteiras turcas ingressaram no mercado líbio para atuar no setor de infraestrutura. Entretanto, havia uma dificuldade para a institucionalização dessas relações, na medida em que Muammar Gaddafi constantemente fazia críticas à política externa turca, por considerá-la subserviente aos interesses dos Estados Unidos e de Israel. A eleição do AKP, porém, alterou esse paradigma, pois o líder líbio vislumbrou uma possibilidade de aliança com as novas lideranças turcas, o que aprofundou o relacionamento entre Ancara e Trípoli, sobretudo sob o prisma econômico-comercial. Entretanto, as revoltas da “Primavera Árabe” pressionaram a Turquia, uma vez que o país tinha uma importante base econômica em solo líbio, mas não queria ser visto pela comunidade internacional como um apoiador desse regime. Dessa maneira, Erdogan aceitou participar na ação internacional que visava à deposição de Gaddafi, ainda que os arraigados interesses econômicos tenham postergado essa decisão (Turan, 2011, p. 02 e 03).

A recente evolução das relações turco-libanesas é fruto da aproximação entre a Turquia e a Síria desde 2003. Até então, Ancara e Beirute não apresentavam um sólido relacionamento, o que acontecia bastante em virtude da oposição de vários grupos libaneses à Turquia. Na realidade, o Líbano é um país multiétnico e multicultural, onde se destacam xiitas, sunitas, drusos, cristãos maronitas, armênios e palestinos. Dentre os grupos citados, observa-se que apenas os sunitas e os drusos têm uma visão positiva em relação aos turcos, pois xiitas e armênios criticam a perseguição que sofriam durante o Império Otomano, ao passo que os palestinos se mostram ressentidos pela ligação entre a Turquia e Israel. Ainda sim, a saída dos soldados sírios do território libanês, em 2005, e a Guerra do Líbano do ano seguinte – na qual Erdogan teceu duras críticas à ação israelense – acercaram os dois países, processo que seguiu no período subsequente. Aos libaneses, agradou a postura do premiê turco, além do fato de que a Turquia mandou grandes somas para ajudar o Líbano após a guerra (Ayhan, 2009, p. 16).

Em relação ao Egito, mais uma vez se confirma a transformação da política externa turca sob a égide do AKP, ainda que sua extensão não seja a mesma do que foi observado em outros países. Até 2003, as relações turco-egípcias eram frias, sem que fossem verificadas tensões ou manifestações de cordialidade. Contudo, a administração de Erdogan tem se assinalado pela procura da coordenação com os países vizinhos, o que não foi diferente no Egito. Em 2007, por exemplo, entrou em vigor um tratado de livre comércio entre os dois países, que objetiva a intensificação do tráfego de produtos e de investimentos. Além disso, Mubarak e Erdogan firmaram o compromisso de estender essa nova parceria à área energética, através da construção de um novo gasoduto. Recentemente, Ancara defendeu o direito dos manifestantes egípcios durante a “Primavera Árabe”, e tem se esforçado para estreitar laços com a Irmandade Muçulmana, nova liderança política do Egito. Em 2011, Erdogan foi ao Cairo, onde discutiu a implementação de uma parceria militar estratégica entre turcos e egípcios.

Uma das mais significativas bandeiras da teoria da “profundidade estratégica” versa sobre a questão palestina, argumentando que a Turquia tem todas as capacidades necessárias para dar sua contribuição à paz e à construção de um Estado Palestino soberano. Com efeito, os movimentos da diplomacia turca caminharam nesse sentido ao longo da última década, destacadamente após o ataque israelense à Faixa de Gaza em 2009, severamente reprochado por Erdogan. Já antes, no entanto, se constata algumas mudanças, como no momento em que o Hamas se elegeu para administrar a Autoridade Nacional Palestina (ANP). Contrariamente a outros países, a Turquia considerou legítima a vitória do Hamas, ainda que a organização não reconheça o direito de Israel à própria existência. Desde 2009, Erdogan tem trabalhado para que o Hamas assine uma trégua em troca do levantamento do bloqueio à Gaza. O governo turco também vem promovendo atividades para arrecadar fundos para doações às comunidades que habitam na Faixa de Gaza (Aras, 2009, p. 08-10).

À medida que fortalece seu apoio à causa palestina, a Turquia assenta as bases para estreitar laços com a Síria, o Líbano e a própria ANP, mas também estremente suas relações com Israel, que durante muito tempo foi o principal aliado turco no Oriente Médio. Conforme apreciado anteriormente, Ancara estabeleceu relações diplomáticas com Tel Aviv em 1949, sendo o primeiro país muçulmano a fazê-lo. Após a Revolução Islâmica, turcos e israelenses se acercaram ainda mais, em decorrência do receio que lhes causava estarem cercados por países hostis. Ao longo das décadas de 1980 e 1990,

a aliança asseverou-se em razão da construção de uma parceria que instituiu uma cooperação econômica e militar. Todavia, assim que Erdogan assumiu seu cargo, ficaram nítidos determinados pontos de desencontro entre Turquia e Israel, o que foi percebido com imensa preocupação pelas autoridades israelenses. Essa situação agravou-se depois de 2009, e as duras declarações do governo turco evidenciaram, novamente, o reordenamento de sua política externa (Szymanski, 2010, p. 182 e 183).

A política da Turquia para o Cáucaso alicerça-se em quatro eixos desde a promoção do AKP. Em primeiro lugar, nota-se um esforço para institucionalizar o diálogo entre todas as partes, através de sistemáticos encontros de chefes de Estados. É nessa linha que se situa o Conselho de Cooperação Estratégica de Alto Nível, onde debatem os governantes interessados na integração regional. A interdependência econômica é o segundo ponto de apoio, e trata de fomentar o comércio e os investimentos entre os países da região. Terceiro, vê-se a tentativa de garantir que os projetos em andamento abarquem todos os Estados, o que, embora seja mais difícil, poderia assegurar uma parceria mais duradoura. Por fim, destacam-se as medidas que procuram viabilizar a convivência pacífica e tolerante entre os diversos grupos étnicos, o que é imprescindível considerando-se o histórico de atritos entre armênios e turcos e entre azeris e armênios. Em boa medida, esses acontecimentos coadunam com o comportamento turco no Oriente Médio, visto que denotam sua vontade de se mostrar como um ator de indispensável relevância (Aras & Akpınar, 2011, p. 55 e 56).

A cooperação energética é um dos temas de maior destaque no que tange às relações da Turquia com o Cáucaso, em especial a Geórgia e o Azerbaijão. O oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC) e o gasoduto Baku-Tbilisi-Erzurum (BTE), responsáveis pelo transporte do petróleo e do gás azeri, criam um corredor energético entre a Turquia, a Geórgia e o Azerbaijão, de forma a fugir ao controle da exportação desses produtos por Rússia e Irã. Essa infraestrutura assegura a chegada de combustíveis para a economia turca, e eleva seu potencial como hub energético. Recentemente, o governo de Erdogan tem trabalhado para obter os direitos para reexportar o gás natural que importa para a Europa, o que elevaria sua importância geoestratégica. Nessas circunstâncias, os azeris passam a constituir a prioridade da política externa turca para o Cáucaso, o que ainda é amplificado pelo fato de que a conturbada relação entre Armênia e Azerbaijão atraiu Ancara naturalmente para perto de Baku (Goksel, 2009, p. 02-04).

O atávico confronto entre turcos e armênios não foi, até agora, superado, a despeito da política do AKP de evitar problemas com os países vizinhos. Como referido no capítulo anterior, a Armênia reivindica a confissão por parte da Turquia de uma deliberada política de genocídio, no início do século XX. Os turcos, entretanto, argumentam que a morte dos armênios não teve um intuito de limpeza étnica, e lembram que seus conterrâneos também foram assassinados no mesmo período. A partir da independência da Armênia, houve tentativas de aproximação, uma vez que Ancara foi um dos primeiros a reconhecê-la. No entanto, essa situação reverteu-se quando armênios e azeris se enfrentaram, pois os últimos tiveram o apoio turco. Atualmente, os governos de ambas as partes já concordaram em retomar as negociações para firmar o restabelecimento de relações diplomáticas e a reabertura das fronteiras. Contudo, pesa a exigência armênia do reconhecimento do genocídio e o fato de que o Azerbaijão pressiona para que não haja uma alteração no *status quo* (Zanotti, 2012, p. 23).

A Ásia Central tornou-se de fundamental importância para a Turquia assim que desapareceu a União Soviética, em virtude do aparecimento de cinco novos Estados na região, dos quais quatro têm origem túrquica. Tão logo foram proclamadas as independências, Ancara tratou de acercar-se dos novos países, argumentando que sua afinidade cultural e ideológica lhe conferiria legitimidade e capacidade para que fosse um parceiro útil e confiável. Em um primeiro momento, foram empreendidas iniciativas políticas, como a realização de visitas oficiais aos novos países e a assinatura de acordos na área da educação, que garantiam bolsas de estudo para os jovens que quisessem estudar na Turquia e para facilitar a transição do alfabeto cirílico – uma herança da predominância russa – para o alfabeto romano. Turgut Ozal, que à época ocupava a Presidência da República, disse que o surgimento desses países conferia uma oportunidade única a seu país, pois lhe possibilitava estender sua esfera de influência do Mar Adriático até a fronteira com a China (Efegil, 2009, p. 75 e 76).

Os movimentos iniciais da política externa turca foram caracterizados por uma elevada dose de romantismo, na medida em que suas lideranças imaginaram que seriam recebidas com entusiasmo nos novos países, que aceitariam seus conselhos para assegurar a construção do Estado nacional. No entanto, havia um grande desencontro, pois essa região ainda estava muito atrelada à Rússia, uma vez que sua infraestrutura e indústria haviam sido criados pela União Soviética. Dessa forma, as semelhanças culturais não poderiam ser o elemento chave nesse relacionamento se a Turquia

realmente quisesse se estabelecer como uma potência na Ásia Central. Para tanto, Ancara deveria ter condições para criar uma nova infraestrutura nesses países, que os ligassem ao mercado turco. Ademais, os empresários turcos teriam de investir maciçamente nessas economias, a fim de ofuscar a presença russa, o que não era possível sob nenhuma hipótese.

Ainda que a Turquia não tenha obtido, até agora, o sucesso esperado na Ásia Central, seria equivocado deduzir que as atitudes promovidas foram infrutíferas. O comércio total, por exemplo, somava 844 milhões de dólares em 2002 e superou os 6 bilhões em 2010. Nesse ponto, o destaque é o Cazaquistão, que conta por aproximadamente a metade do comércio turco com toda a região, o que se deve ao grande potencial energético cazaque e ao fato de que o país tem mantido altas taxas de crescimento econômico nos últimos anos, o que lhe permite comprar os produtos turcos como químicos, materiais de construção, têxteis e alimentos. O desenvolvimento da parceria turco-cazaque é também perceptível em termos de investimentos externos, pois muitas empresas turcas operam no setor petrolífero local através de *joint ventures*. A Turquia se faz presente também através dos investimentos em telecomunicações, construção civil e logística urbana.

O Quirguistão é o país com menor nível de fluxo comercial com a Turquia dentre aqueles que compõem a Ásia Central. Ainda sim, há uma série de oportunidades para Ancara, porquanto este é o único nesta região que conseguiu ingressar na OMC, o que se justifica pelo ambiente institucional que é considerado adequado pelos investidores internacionais. Como a economia quirguiz não é rica em termos energéticos, cerca de 90% do comércio com os turcos se dá em decorrência da importação de produtos feitos na Turquia, e os seus empresários também realizam investimentos no Quirguistão. O Tadjiquistão tampouco figura entre os principais parceiros comerciais da Turquia, ainda que tenha um montante superior ao quirguiz. De maneira geral, o padrão das negociações é semelhante, uma vez que o país importa manufaturados e exporta *commodities*, principalmente alumínio. O IED turco, todavia, não tem grande expressividade no mercado tadjiqui.

O Uzbequistão é o terceiro país mais importante para a Turquia na Ásia Central sob a ótica comercial. As exportações uzbeques ao mercado turco se pautam basicamente por cobre e energia, ao passo que suas importações se baseiam em produtos

manufaturados. Os empreendedores turcos também promovem investimentos no território uzbeque, mas a instabilidade política deste país limita sua capacidade de expansão. O Turcomenistão, finalmente, é o segundo parceiro comercial de Ancara nessa região, ficando atrás somente do Cazaquistão. Algodão, petróleo e gás natural são os produtos que despontam em termos de exportações, com especial destaque para o último, porque propicia aos turcos a possibilidade de não depender tanto do Irã e da Rússia para o seu provimento. Os turcomenos também recebem um abundante volume de investimentos turcos, notadamente na construção civil. Ultimamente, Ancara tem se esmerado para acordar a construção de um gasoduto que ligue o Turcomenistão ao Azerbaijão, mas o projeto ainda não vingou.

A China não poderia ser ignorada na presente análise, em consequência de sua pujança econômica e de sua importância política. Nesse aspecto, observa-se que as relações sino-turcas também evoluíram consistentemente ao longo da última década, mas ainda há alguns fatores que suscitam críticas e ressalvas por ambas as partes. Acima de tudo, o crescimento do fluxo comercial entre os países salta aos olhos: entre 2001 e 2010, o montante multiplicou-se por doze, atingindo a cifra dos 19,5 bilhões de dólares. Nesse mesmo ano, Erdogan e Hu Jintao estabeleceram metas para o comércio em 2015 e 2020, objetivando que esse volume chegue aos 50 e aos 100 bilhões, respectivamente. No entanto, há um grande desnível nessas trocas, na medida em que as exportações chinesas contam por 88% do total, o que faz com que a China seja a terceira fonte das importações turcas, atrás somente de Alemanha e Rússia, mas apenas o décimo quarto principal destino de suas exportações. Naturalmente, o déficit comercial turco é severamente reprovado por alguns setores da sociedade, mas o AKP ainda não encontrou uma maneira de contornar o problema (Atli, 2011, p. 108-110).

Malgrado a considerável dimensão que o investimento externo direto tem tanto para a China quanto para a Turquia, o IED recíproco permanece bastante aquém das suas potencialidades, embora tenham acontecido movimentos para reverter essa conjuntura. Dado o expressivo déficit comercial turco em relação à China, o governo de Erdogan já se mostrou ciente de que a simples expansão das trocas não é uma maneira viável de formalizar a parceria sino-turca. A fim de viabilizar este projeto, é imprescindível elevar drasticamente o fluxo de IED de cada parte. Por um lado, a presença do capital chinês é uma maneira de alavancar os investimentos na indústria turca, acrescentando valor agregado aos seus produtos e dinamizando seu potencial

exportador. Por outro lado, o mercado chinês oferece excelentes oportunidades às empresas turcas, principalmente na região ocidental, onde fica a província de Xinjiang, cuja população é etnicamente túrquica.

Xinjiang foi durante muito tempo um foco de tensões entre Turquia e China, mas essa situação parece ter sido atenuada nos últimos anos. A maior parte da população desta província é de etnia uigur, que também tem origem túrquica, contrastando com a maioria chinesa, etnicamente han. Dessa forma, há um considerável movimento separatista, cujas lideranças eram bem recebidas em Ancara desde os anos 1950, fundando organizações que tinham o fito de promover sua cultura e causa. Durante os decênios subsequentes, os chineses pouco fizeram para impedir esse processo, pois não viam perspectivas de que fosse exitoso. A partir da década de 1990, porém, o desmembramento da URSS motivou os uigures a recobrar esforços em sua luta. Todavia, a aproximação sino-turca já estava em andamento, e Pequim não tinha interesse em deixar a questão uigur freá-la. Para tanto, as autoridades chineses manifestaram sua desaprovação em relação à parceria turco-uigur, e Ancara atendeu seu pedido, acreditando que os benefícios de um bom relacionamento com a China eram superiores aos frutos que rendiam o apoio à causa uigur (Kan, 2008, p. 03 e 04).

Rivais tradicionais, a Turquia e a Rússia promoveram uma efetiva política de aproximação a partir de 2001, aprofundada pelo governo de Erdogan. Apesar da existência de elementos de atrito – como o apoio russo à causa curda e o suporte turco ao movimento separatista checheno –, a última década pautou-se por um inegável acercamento turco-russo, mormente sob o prisma comercial e de investimentos. Como sintoma das mudanças que vem se desenvolvendo, os países mitigar o auxílio que prestavam aos grupos irredentistas, mas não romperam totalmente com estes. Além disso, a Turquia declarou sua concordância em relação à entrada da Rússia na OMC e na Organização da Conferência Islâmica, como país observador. A iniciativa turca, entretanto, não é respondida na mesma medida pelo governo russo, que se nega a mudar seu voto no que diz respeito à invasão turca ao Chipre, que lhe rendeu sanções internacionais (Kiniklioglu, 2006, p. 03-05).

A ascensão de Vladimir Putin marca o início da cooperação turco-russa. Em 2001, os países assinaram o Plano de Ação da Eurásia, que visava à coordenação de suas políticas externas em diversos temas, dentro os quais o combate ao terrorismo

(Gurtuna, 2006. p. 73-75). Em 2003, a recusa turca em ceder seu território às tropas norte-americanas foi muito bem recebida pelo Kremlin, que passou a considerar Ancara como um ator independente no sistema internacional. O governo de Erdogan, por sua vez, acredita que a Rússia é um parceiro indispensável para a manutenção da estabilidade regional, o que coaduna com a estratégia de “nenhum problema com os vizinhos”. Mais uma vez, contudo, a política assertiva da Turquia não é integralmente recíproca, uma vez que a Rússia ainda mantém reticências ao estabelecimento de efetivos laços com um país membro da OTAN. Não obstante, o progresso é inegável, o que é facilmente demonstrável através da leitura das estatísticas de comércio e investimento.

O comércio entre Turquia e Rússia evidencia a extensão de suas relações. Atualmente, os russos só se encontram atrás da Alemanha na lista dos principais parceiros comerciais turcos. Esses negócios se assentam na compra de gás natural e petróleo por parte da Turquia, o que lhe deixa com um notável déficit nessas transações. Na realidade, em 2010, 63% do gás natural e 29% do petróleo comprados pelos importadores turcos vieram da Rússia, o que demonstra sua dependência em relação a Moscou, motivo de grande apreensão. A dimensão energética, logo, é primordial para o relacionamento entre os países e tem um componente paradoxal: como depende das reservas russas, os turcos estimulam o aprofundamento dessas relações, mas tratam de obter fontes alternativas concomitantemente. Ciente dessa questão, a Rússia promoveu a construção de um gasoduto que ligue seu território à Turquia, o *Blue Stream*, que foi edificado pela petrolífera russa Gazprom e pela italiana Eni (Ozby, 2011, p. 73 e 74).

As suspeitas europeias em relação à Turquia e Rússia e o expansionismo norte-americano em direção à Ásia Central e ao Oriente Médio são fatores que caucionam sua aproximação. Constata-se, com efeito, que a rejeição da União Europeia ao ingresso da Turquia e suas constantes reprovações ao desrespeito aos direitos humanos na Rússia tolhem a capacidade de ação desses países, que se veem na obrigação de encontrar novos aliados. Do mesmo modo, a presença militar dos Estados Unidos na região é vista como um estorvo às pretensões de turcos e russos para expandir sua área de influência. Os governos Putin e Erdogan, por seu turno, notabilizam-se por seu pragmatismo e por sua determinação de agir à revelia dos interesses dos países ocidentais em alguns momentos. A junção dessas variáveis esclarece os recentes acontecimentos que

concernem Ancara e Moscou e ainda sinalizam que ambos têm razões suficientes para levar adiante esse projeto (Kiniklioglu, 2006, p. 16 e 17).

A principal característica do relacionamento entre turcos e iranianos ao longo dos séculos é sua inconstância, na medida em que os países compartilham uma antiga rivalidade, que foi mitigada em determinados momentos por alterações circunstanciais. À época dos Império Otomano e Persa, as disputas eram acirradas, sobretudo durante a dinastia Safávida no Irã, visto que esta era xiita, ao passo que os turcos eram sunitas. Já durante o reinado dos Qajars, houve um período de distensão, em virtude da constante ameaça que ambos recebiam das potências europeias, com destaque para a Rússia, o que os aproximou levemente. O ponto de inflexão, porém, deu-se com a ascensão de Ataturk e Reza Xá, pois esses líderes percebiam o sistema internacional como um ambiente hostil, o que suscitava a necessidade de uma política moderada com os vizinhos. Nos anos de Guerra Fria, a parceria avançou à medida que Ancara e Teerã se firmavam como aliados dos Estados Unidos, o que se cristalizou no seu ingresso na CENTO, ainda que esta instituição não tenha cumprido o papel que deveria (Yari, 2011, p. 143-145).

A Revolução Islâmica representou outra ruptura nas relações turco-iranianas. A partir do momento em que os aiatolás tomaram o poder, o Irã se alijou da esfera de influência dos Estados Unidos, o que naturalmente teria desdobramentos em relação à Turquia, dada a aliança desse país com a superpotência capitalista. De fato, houve um congelamento imediato de lado a lado, o que se manteve até a eleição do AKP, em 2002, à exceção do interregno de Erbakan (1996-1997), quando Ancara não mediu esforços para estreitar laços com Teerã, através de uma parceria energética, que aconteceria através do provimento do gás iraniano ao mercado turco, carente de recursos naturais. A marca das décadas pós-Revolução Islâmica, contudo, foram as críticas turcas ao apoio logístico que o regime iraniano dava ao PKK, outro sinal da coordenação estratégica que havia entre o Irã e a Síria (Sinkaya, 2004, p. 75-78).

O governo Erdogan traçou um novo caminho para a política externa turca também no que diz respeito ao Irã, fenômeno já brevemente apreciado durante o comentário acerca da Declaração de Teerã. A tentativa turca para solucionar o conflito internacional em relação ao projeto nuclear iraniano tem raízes políticas e econômicas. Por um lado, essa medida revela a natureza assertiva da “Profundidade Estratégica”, que

ênfatiza a capacidade que a Turquia tem de resolver os conflitos internacionais e assegurar a paz com os países vizinhos. Já a variável econômica do interesse turco se evidencia por sua escassez em termos energéticos, o que se conjuga ao seu desejo de diversificar suas fontes, para que não dependa da Rússia. Para atingir seus objetivos, a Turquia precisa se mostrar como um parceiro confiável para o Irã, o que é bastante difícil dado o histórico de relações entre esses países e o fato de que Ancara pertence à OTAN, a despeito das recentes rugas com os Estados Unidos (Jenkins, 2012, p. 05-08).

Apesar de seu esforço político, que tem rendido frutos por reaproximar os dois países, o êxito turco não tem sido visível no tocante à parceria energética com os iranianos. Os países já encetaram negociações para ensejar a expansão comercial, com foco na venda do gás natural iraniano à Turquia. Em 2008, foi assinado um Memorando de Entendimento, que previa investimentos turcos no setor de gás natural do Irã, o que possibilitaria sua exportação à Europa via Turquia. No entanto, as complicações têm ditado as conversas que já aconteceram, uma vez que não há acordos sobre os preços que devem ser cobrados. Esse impasse se exacerba à medida que cresce a lista de sanções econômicas ao Irã, que estorvam a capacidade de as empresas turcas investirem em seu mercado, malgrado seu elevado potencial. Explicita-se, novamente, a inaptidão das autoridades iranianas para resolver seus problemas internos, pois parte de sua solução decorre de sua reinserção no sistema internacional (Kinnander, 2010, p. 21 e 22).

3.3 Avaliação das Capacidades

3.3.1 Economia:

A Revolução Islâmica imprimiu um novo rumo à economia iraniana, que até então se assentava na exploração do petróleo por companhias estrangeiras e estatais, o que fez com que as taxas de crescimento fossem significativas após a crise do petróleo, quando o preço dessa commodity quadruplicou. Tão logo assumiram o poder, os aiatolás determinaram a nacionalização dos recursos energéticos, alijando os investimentos externos. Durante a década de 1980, a guerra contra o Iraque drenou recursos para o setor militar, o que deixou a economia do Irã em frangalhos ao seu término. Em 1989, a morte de Khomeini e a eleição de Rafsanjani permitiram uma tímida abertura econômica, cujo intuito era atrair capitais para modernizar e impulsionar

o setor petrolífero iraniano. Esse processo teve uma continuidade no governo de Mehmet Khatami, mas foi se estancando à medida que a administração de Ahmadinejad se tornou alvo de múltiplas sanções internacionais.

A excessiva dependência do petróleo é um fato consumado, reconhecido pelas próprias autoridades iranianas. Nos anos 2000, até a crise de 2008, o preço desse produto foi às alturas, o que manteve as taxas de crescimento em torno dos 7%. Esses resultados se fizeram possíveis pela expansão dos investimentos de companhias chinesas, russas, japonesas e francesas, que mantiveram um intenso fluxo de IED ao país a despeito das pressões norte-americanas. Todavia, à turbulência financeira de 2008 seguiu-se a aplicação de várias sanções econômicas ao Irã, que limitavam a participação do capital estrangeiro no país. Nessas circunstâncias, mesmo que tenha a terceira maior reserva de petróleo do mundo, o Irã enfrenta grandes dificuldades pelo atraso de seu setor petrolífero, cuja capacidade de refinamento é mínima, acarretando a necessidade de importação de gasolina. Embora procure novas fontes de investimento, Teerã tem falhado em seu objetivo, pois o fato de ser considerado um pária na sociedade internacional afugenta os empresários (Ilias, 2010, p. 04 e 05).

À falta de investimentos se adiciona a excessiva participação do Estado na economia, o que se traduz, normalmente, através de políticas monetária e fiscal muito expansivas, que pressionam a inflação – que permanece acima dos dois dígitos há muitos anos – e a dívida pública. Na mesma linha, o governo iraniano se notabiliza por práticas populistas, como extensivos subsídios para reduzir o preço de produtos como trigo e gasolina, com a clara intenção de angariar apoio ao regime. A concentração das atividades produtivas no setor petrolífero também se desdobra na baixa criação de empregos, o que é particularmente grave para os mais jovens, que representam uma parcela não negligenciável da população. Como o governo disseminou amplamente a educação de nível superior, é frequente a evasão de jovens bem qualificados, que buscam emprego no exterior. De acordo com o FMI, o Irã é o principal foco irradiador da chamada “fuga de cérebros” (Ilias, 2008, p. 05-07).

As empresas públicas ainda configuram o bojo da economia iraniana, sendo responsável por 70% da indústria e pela maior parte dos empregos. São frequentes, porém, as acusações de ineficiência e de corrupção, o que soa plausível através da análise empírica. Na realidade, as estatais não tem sido um motor do crescimento

econômico porque suas receitas são reprimidas pela extensão dos subsídios, que lhes restringem a capacidade de investimentos. Ademais, o alto desemprego faz com que as empresas públicas virem cabides de emprego, a fim de aplacar a insatisfação popular. Deste modo, o principal vetor da economia não se encontra sujeito à competição e não precisa prestar contas à sociedade, o que reduz seu desempenho. São reiteradas, aliás, as práticas de clientelismo, que deixam atividades econômicas nas mãos de organizações paraestatais, como as Guardas Revolucionárias e os *Bonyads*, conglomerados criados após a Revolução que receberam os bens confiscados e que deveriam reorganizá-los em favor da população mais pobre, mas que se firmaram como um novo núcleo econômico, controlando atividades agrícolas e industriais (Crane et al., 2008, p. 79-81).

A economia turca tem se assinalado por seu dinamismo e por suas expressivas taxas de crescimento, que a colocaram em um novo patamar. De fato, a história econômica da Turquia é marcada por muitas oscilações desde que Kemal Atatürk chegou ao poder. No princípio, o CHP enfatizava a participação do Estado nas atividades de mercado, o que acontecia não somente por diretrizes ideológicas, mas sim em razão da falta de capital privado para promover a industrialização do país. Essa política de substituição de importações seguiu-se aos trancos e barrancos, na medida em que os governos de oposição ao kemalismo preferiam lançar mão de projetos que apoiassem o livre-comércio e a agricultura. Ainda sim, pode-se afirmar que o processo substitutivo de importações manteve-se até a ascensão de Turgut Ozal, quando foi promovida uma abertura econômica visando à atração de investimentos externos para a expansão industrial, o que se desdobrou na transformação da economia turca, cujo núcleo se tornou a exportação de produtos manufaturados.

A liberalização que balizou o governo de Ozal em termos econômicos teve o mérito de impulsionar sua expansão e acrescentar valor agregado às exportações, o que foi extremamente importante para a indústria. No entanto, essa abertura precisa ser matizada, pois o Estado manteve o controle sobre setores-chave da economia, tais como o bancário, o de transportes e o de telecomunicações. Durante a crise financeira de 2008, por exemplo, a estrita regulação a que os bancos turcos estavam submetidos foi considerada uma das explicações para a curta duração da crise no país. Embora a liberalização tenha sido parcial, alguns de seus efeitos perniciosos puderam ser observados, como o aumento expressivo do desemprego e da desigualdade de renda. A vulnerabilidade financeira também se agravou, como atestam as crises de 1994 e de

2000-2001, quando a Turquia atingiu uma situação de insolvência, o que fez com que o FMI fosse chamado mais uma vez para que as contas públicas fossem reorganizadas. Após a crise do início do século, entretanto, o país entrou em uma fase auspiciosa, na qual o crescimento econômico foi vultoso (Nathanson & Brand, 2011, p. 03).

O desenvolvimento industrial da Turquia fez com que os têxteis deixassem de ser o principal produto exportado pelo país. Atualmente, a indústria automotiva e eletrônica já assumiu a liderança, demonstrando sua sofisticação. Nesse contexto, a classe empresarial turca se transformou em um dos eixos basilares da tomada de decisões do governo, o que permite a aproximação do país com novos mercados, seja através de comércio ou investimentos. Além da capacidade industrial, a Turquia dispõe de um moderno sistema de transporte energético, que se deve à construção de uma infraestrutura que a liga ao Cáucaso e à Ásia Central. A consolidação do país como um *hub* energético poderia acontecer através da criação do gasoduto Nabucco, que conectaria a Turquia à Áustria através de Bulgária, Romênia e Hungria. No entanto, a viabilidade do projeto ainda é bastante questionada, devido a seus elevados custos. Argumenta-se, também, que sua construção só seria lucrativa se fosse estendido ao Irã, o que é improvável na atual conjuntura (Çelik & Çelik, 2012, p. 07 e 08).

Conquanto o desempenho da economia turca seja, até agora, motivo de grande satisfação por parte do governo de Erdogan, alguns desequilíbrios macroeconômicos são apontados para enfatizar a incapacidade estrutural de a Turquia manter taxas de crescimento elevadas e sustentáveis em longo prazo. De fato, o déficit em conta corrente tem recrudescido nos últimos anos, o que foi agravado pela crise financeira de 2008, após a qual o governo afrouxou a política monetária, a fim de atrair capitais externos para financiá-lo. Argumenta-se, também, que o crescimento se sustentou em virtude da expansão do crédito, o que pode ocasionar o surgimento de uma grande bolha especulativa. Persistem, igualmente, os problemas relativos ao desemprego e à inflação, que sempre representaram dificuldades na história do país. Por fim, deve-se salientar as adversidades estruturais, tais como os níveis tecnológico e educacional, que se situam em um patamar inferior às economias centrais, e a dependência energética, que constitui uma eterna pressão na balança comercial (Goldman, 2012, p. 25-29).

3.3.2 Forças Armadas:

A fim de viabilizar a presente pesquisa, estabeleceu-se uma análise sobre as Forças Armadas da Turquia e do Irã. Neste capítulo, serão analisadas, individualmente, as capacidades militares de cada um desses países, sob o ponto de vista quantitativo, sobretudo. Em seguida, na conclusão, proceder-se-á a uma comparação entre os fatores estudados, com o intuito de aferir se algum desses países encontra-se militarmente à frente em relação ao outro. Para realizar esta apreciação, lançou-se mão dos dados do Global Defence (GLOBAL DEFENCE, 2010), do International Institute for Strategic Studies (IISS, 2010) e do Worldmark Encyclopedia of the Nations (GALL, 2004), que avaliam as características setoriais das Forças Armadas dos países em questão. Utilizaram-se, também, as informações do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI, 2012) para averiguar os gastos militares turcos entre 2000 e 2008. Após a leitura dessas estatísticas, observou-se que há uma discrepância entre as fontes, sem que isso possa prejudicar a avaliação.

A comparação entre as capacidades militares do Irã e da Turquia se faz necessária porque, de acordo com o nosso entendimento, o poder de cada país no sistema internacional se mede através da verificação de suas potencialidades em termos bélicos. Segundo Mearsheimer (2001), as disputas entre os principais atores das relações internacionais acontece em virtude da distribuição relativa de poder. Para o autor, é possível afirmar que o poder se divide em latente – a riqueza e o tamanho da população de determinado Estado – e militar, ou seja, os bens que possui para realizar um ataque ou para dissuadir uma invasão. Embora essa divisão esteja correta, Mearsheimer defende que o poder efetivo de um país é uma função de suas Forças Armadas, quando contrapostas às de seus rivais. Por conseguinte, é capital examinar a estrutura militar de que turcos e iranianos dispõem.

Tabela 1. Análise Quantitativa das Forças Armadas de Irã e Turquia

Fonte	Turquia			Israel			Irã		
	IISS	GD	GALL	IISS	GD	GALL ⁶²	IISS	GD	GALL ⁶³
Exército									
Soldados ativos	402.000	402.000	402.000	133.000	133.000	120.000	350.000	350.000	325.000
Tanques	4.503	4.206	4.205	3.501	3.860	3.750	1.613	1.682	1.565
Blindados	4.293	4.859	--	10.419	6.750	--	1.220	1.648	--
Helicópteros	280	462	--	--	--	--	223	--	--

Forças Aéreas									
Soldados ativos	60.000	60.100	60.100	34.000	34.000	35.000	18.000	18.000	52.000
Caça/Ataque	426	374	485	461	494	454	312	288	306
Transporte	77	82	--	42	30		104	93	--
Helicópteros	40	45	--	228	183	135	34	397	--
Marinha									
Soldados ativos	48.600	49.600	52.750	9.500	9.500	6.500	18.000	18.000	18.000
Aviação Naval	7	--	7	2	--	--	18	--	--
Helicópteros	21	--	22	7	--	--	30	--	--
Fragatas	23	20	19	--	--	--	4	--	3
Corvetas	--	6	--	3	3	--	2	5	--
Submarinos	14	13	13	3	3	3	10	3	6
Patrulha	43	22	49	--	33	48	40	37	56

Fuzileiros Navais	3.100	3.100	3.100	--	--	--	2.600	--	--
-------------------	-------	-------	-------	----	----	----	-------	----	----

Fonte: IISS, 2010; GLOBAL DEFENCE, 2010; GALL, 2004.

A estrutura de defesa do Irã se marca pela fragmentação entre diversos grupos cujas prerrogativas se sobrepõem. Nesse sentido, às funções das Forças Armadas tradicionais se soma o papel desempenhado pelas Guardas Revolucionárias (IRGC) e pela Força de Implementação da Lei (LEF). Essa segmentação parcialmente definida de atribuições não configura uma excentricidade quando se analisa o sistema político iraniano, marcado pela existência de muitos órgãos deliberativos, o que dificulta a tomada de decisões. Em relação às Forças Armadas, na verdade, deve-se ressaltar que sua fragmentação é proposital, na medida em que o regime revolucionário desconfiava de sua lealdade, uma vez que essa instituição sempre fora um bastião de apoio ao Xá. Dessa maneira, a criação de organizações com finalidades militares era também uma forma de salvaguardar a revolução, processo que se intensificou com o conflito contra o Iraque, devido à necessidade de expansão do Exército, o que se deu menos através do aumento das Forças Armadas tradicionais do que das IRGC.

A partir dos anos 1990, a diferenciação entre as funções das Forças Armadas convencionais e as IRGC ficaram um pouco mais claras, em virtude do fim da Guerra Irã-Iraque. Desde então, observa-se que as Forças Armadas têm se concentrado em suas prerrogativas tradicionais, lidando com ameaças tradicionais nas fronteiras iranianas, sobretudo no Khuzestão e no Azerbaijão, além da divisa com o Iraque, por causa do

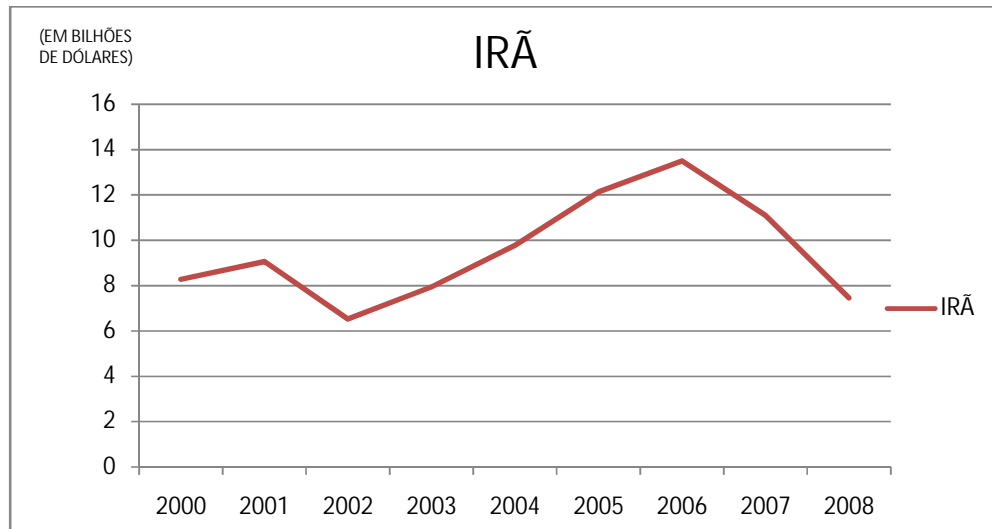
efetivo militar norte-americano. Há, igualmente, uma presença de tropas na região do Golfo Pérsico, nas proximidades do Estreito de Ormuz, onde atuam em conjunto com as Guardas Revolucionárias. As IRGC, por sua vez, têm a incumbência de enfrentar o tráfico de drogas e de produtos variados, que inflam o mercado negro iraniano. Sua principal atividade, porém, é o controle do sistema de mísseis balísticos e do programa nuclear, o que torna sua influência inestimável. Como apreciado no início do capítulo, as IRGC passaram a controlar diversos setores da economia após a eleição de Mahmud Ahmadinejad, alargando sua relevância.

Embora as IRGC tenham sido criadas para serem o baluarte da sustentação ao novo regime, enfrentando os focos de oposição que poderiam surgir eventualmente, seus encargos se alteraram com o passar do tempo. Não seria correto afirmar, contudo, que essa instituição deixou de exercer esse serviço, apenas é preciso salientar que este não representa sua prioridade, pois o comando de atividades econômicas muito lucrativas tornou-se mais interessante para suas lideranças. Neste momento, a estabilidade interna do regime islâmico é assegurada pelas Forças de Implementação da Lei, o que ficou evidenciado durante a repressão aos grupos que manifestaram sua oposição ao governo no decurso da administração Khatami e na reeleição de Ahmadinejad, cuja lisura foi bastante criticada. Para conter os opositores, o governo iraniano lançou mão das LEF, que têm se institucionalizado como uma organização de coação por excelência, ofuscando progressivamente a participação das IRGC nessa área (Eisenstadt, 2001).

Outra variável fundamental para a análise das capacidades militares iranianas é o comportamento dos gastos com defesa, cuja evolução se vincula ao aumento do preço do petróleo, da mesma forma que avança a economia nacional. A verificação desta relação de causalidade explica parte das dificuldades que as autoridades iranianas têm para modernizar sua indústria de defesa. Esse fenômeno é particularmente preocupante quando se leva em consideração o caráter pária do Irã no sistema internacional. Assim, se o histórico de invasões por grandes potências já é um motivo de receio em Teerã – o que por si só justificaria a elevação dos gastos militares –, a presença de bases militares norte-americanas ao redor do país só aumenta suas temeridades. De fato, os Estados Unidos se fazem presentes no Afeganistão, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Omã, Paquistão, Quirguistão, Turquia e Uzbequistão, cercando os iranianos por todos

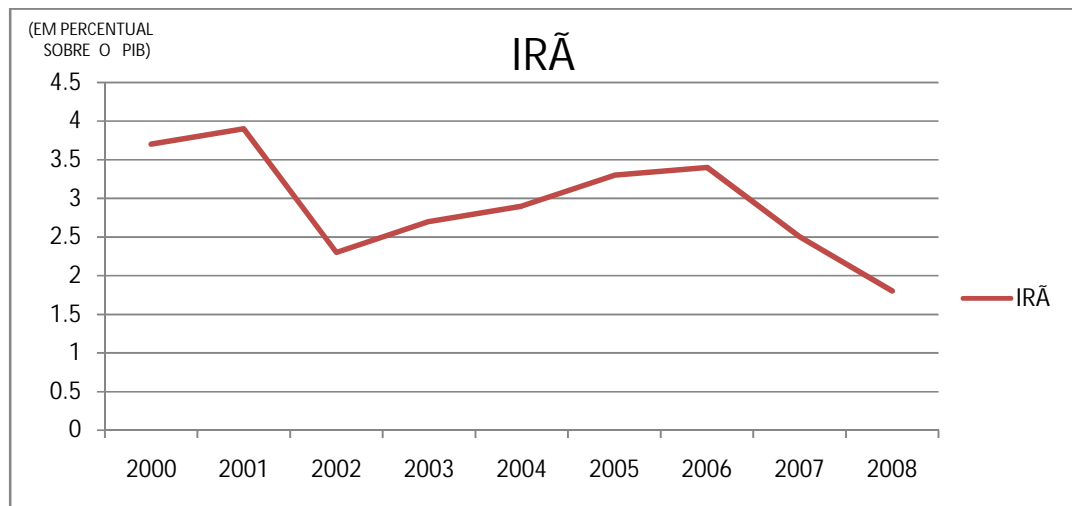
os lados. Como o Irã só consegue ampliar seus dispêndios com defesa nos momentos de melhoria do preço do petróleo, sua segurança permanece em risco.

Gráfico 1. Gastos Militares Nominais do Irã



Fonte: SIPRI, 2012.

Gráfico 2. Gastos Militares do Irã em percentual do PIB



Fonte: SIPRI, 2012.

As adversidades impostas pela profunda especialização da economia iraniana fazem com que o país só logre avanços em sua indústria de defesa de maneira intermitente, sem conseguir entabular um plano de modernização de longo prazo. Nos últimos anos, por exemplo, se constata que o Irã encetou uma retomada do aumento dos

gastos com defesa no biênio 2000-2001, o que se aprofundou a partir de 2004, reduzindo-se em 2008, ano da crise econômico-financeira que despencou o preço do petróleo. Em termos de proporção em relação ao PIB, contudo, vê-se que o pico deu-se em 2001, quando os dispêndios militares somaram 3,9% da riqueza nacional. Nos anos subsequentes, malgrado o crescimento bruto dos gastos com defesa, o PIB avançou em um ritmo mais rápido, demonstrando que o setor bélico não tem a saliência que muitas vezes é veiculada. Em 2008, o governo iraniano investiu menos em suas capacidades militares do que em 2000 (SIPRI, 2012).

O âmago da indústria de defesa iraniana é o sistema de *self-reliance*, que procura viabilizar o desenvolvimento endógeno dos armamentos de que o país necessita para prevenir um ataque. As autoridades do Irã não confiam no estabelecimento de acordos com outros países como a variável determinante para seu *build-up* militar, porque acreditam que estes podem ser quebrados a qualquer momento, dada a hostilidade dos países ocidentais à República Islâmica. O receio iraniano mostra-se acurado, pois a sucessão de sanções internacionais que lhe são impostas obstaculiza o comércio de armamentos. A recusa do governo russo a entregar o sistema S-300, por exemplo, indica a correção da avaliação iraniana. Por conseguinte, o Irã trata de produzir seus próprios aparatos bélicos como tanques, blindados, artilharia e mísseis balísticos. Apesar desse esforço, o país se mostra bem capacitado em termos quantitativos, quando se compara com seus vizinhos, mas ainda se encontra em um estágio inferior em parâmetros qualitativos, o que tende a se acentuar no futuro próximo (Wilner; Cordesman, 2011, p. 83).

O Exército iraniano, em consequência de seu significativo contingente, é um fator positivo de sua estrutura de defesa. No entanto, a defasagem de seus armamentos limitam fortemente sua margem de manobra. De qualquer forma, a ampla capacidade de mobilização imediata das autoridades iranianas é incontestável, o que é ainda revigorado pelo sentimento nacionalista de sua população, disposta a ser recrutada no caso de uma invasão estrangeira, o que a tornaria custosa e problemática (Wilner; Cordesman, 2011, p. 27). A Aeronáutica, por seu turno, padece de dificuldades similares às do Exército, na medida em que seu tamanho não é inferior ao de outros países no Oriente Médio, mas sua desvantagem tecnológica é clamorosa. O bojo do seu efetivo data do período anterior à Revolução, o que suscita a necessidade de constantes

reparações. A eficiência iraniana na restauração dos aviões, entretanto, é louvável, fato bastante destacado pela IISS (2012).

A Marinha iraniana é provavelmente a principal virtude das Forças Armadas do país. Além de sua representativa extensão em termos de contingente, a Marinha conta uma boa capacidade no que diz respeito à quantidade de submarinos e fuzileiros navais e à patrulha costeira. A avaliação dessas características permite imaginar que o Irã teria condições de ter um desempenho satisfatório caso sua Marinha fosse requisitada. Esse fenômeno é amplificado pela possível participação conjunta das IRGC, cujos instrumentos de guerra assimétrica, de difícil investigação, poderiam ser utilizados para combater um eventual inimigo. Há uma grande preocupação dos Estados Unidos e de seus aliados em relação às possibilidades de o Irã fechar o Estreito de Ormuz, por onde circulam 20% da produção mundial de petróleo. Não obstante, essa tentativa, embora já tenha sido ventilada pelas autoridades iranianas, estrangularia suas próprias exportações, a maior fonte de receita para o governo (Cordesman, 2004, p. 29-31).

A característica primordial das Forças Armadas turcas é sua grande extensão, ainda que o elevado número de tropas não estejam equipados com o melhor material existente. De qualquer forma, observa-se que, nos últimos anos, o governo turco tem se esmerado para modernizar suas capacidades militares, diminuindo a quantidade de forças convencionais, mas procurando provê-las com equipamentos de melhor qualidade. Ao longo dos anos 1990, por exemplo, o Exército turco era gigantesco, com cerca de 510 mil homens destacados, além de uma reserva superior a 380 mil homens. Após a virada do século, porém, a Turquia tratou de se enquadrar ao novo conceito estratégico da OTAN, que apregoa a necessidade de maior mobilidade às Forças Armadas. Para tanto, o país encetou um programa de readequação bélica, sobretudo nas Forças Aéreas, através da aquisição de novos aviões e helicópteros de combate, que, em sua maioria, dão suporte ao Exército (Jane's, 2009, p. 03).

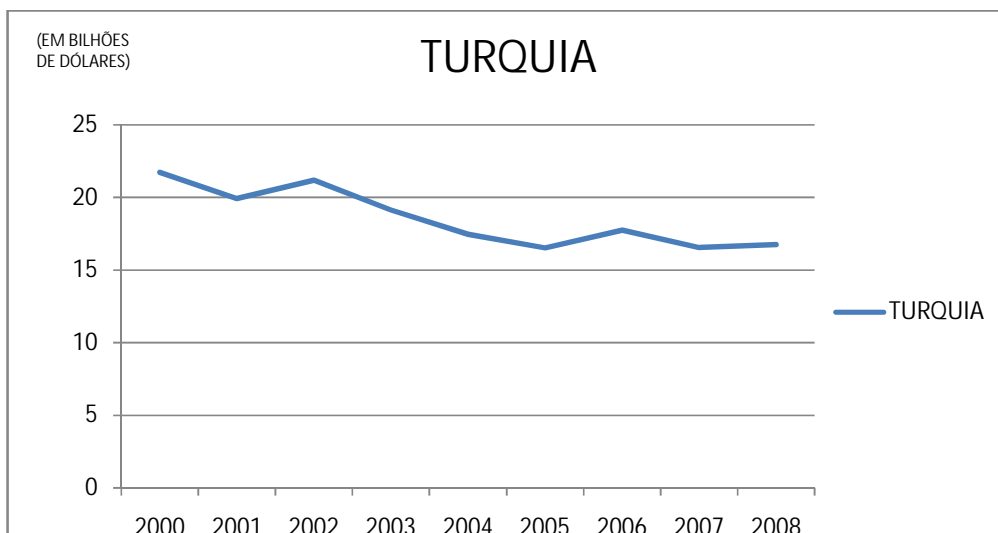
Havia muitas críticas à estrutura de organização das Forças Armadas da Turquia, muitas vezes consideradas como antiquadas, por adotarem uma fórmula similar à utilizada pela União Soviética. Argumentava-se que o Exército tinha uma lenta capacidade de absorção de novas tecnologias, o que é particularmente preocupante em um contexto de evolução de guerra assimétrica promovida pelas instituições separatistas, notadamente o PKK. Dessa forma, suas Forças Armadas convencionais

tinham de lidar com um inimigo que, embora sofresse pesadas derrotas, continuava seus ataques. Em 2009, em resposta às críticas, o governo turco estabeleceu uma brigada de comando profissional para combater o terrorismo, abrindo mão do uso de militares de carreira e mercenários, o que deixava ao Exército suas prerrogativas tradicionais (McGregor, 2008, p. 01 e 02).

A Turquia lançou, em 2006, um ambicioso programa de modernização militar, o “Force-2014”, que coaduna com os desafios listados anteriormente, visando à redução de 20 a 30% dos efetivos do Comando das Forças Terrestres Turcas (TLFC), compensado pelo reaparelhamento e por uma renovação da estrutura de treinamento e combate, de modo a torná-los capazes de realizar missões rápidas e efetivas, de acordo com as exigências atuais de combate. São múltiplos os meios que a Turquia tem adotado para possibilitar o aperfeiçoamento de suas Forças Armadas. Acima de tudo, o país tem buscado fontes de equipamentos modernos, evitando depender dos Estados Unidos, que sempre foram seu provedor por excelência (JANE’s Defense Weekly, 2007). Durante a década de 1990, os turcos estreitaram laços militares com os israelenses, o que se manteve no decênio seguinte. No entanto, o estremecimento das relações turco-israelenses suscita suspeitas quanto à continuidade dessa parceria. Recentemente, Ancara aproximou-se da Rússia e da Coreia do Sul, muito interessados na venda de material bélico.

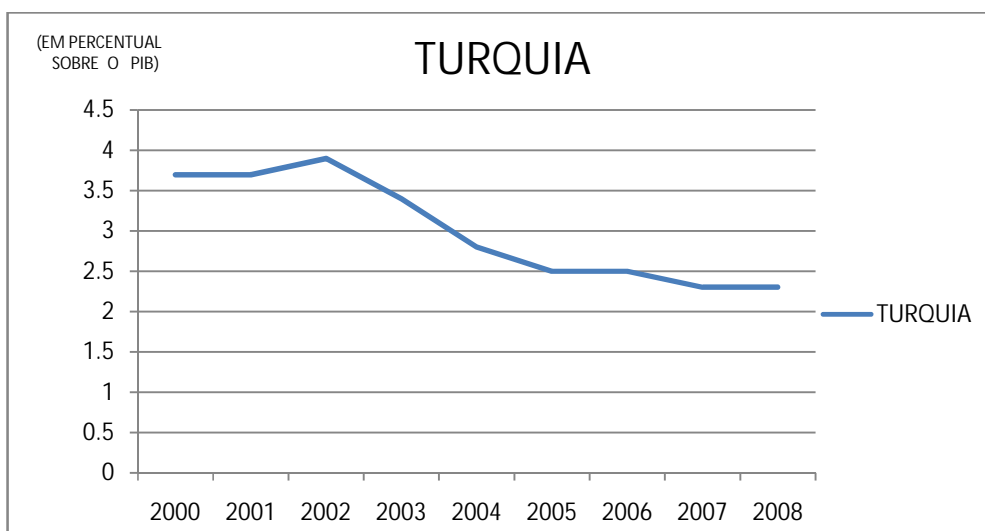
No momento em que iniciou a cooperação militar entre Turquia e Israel, cresceu a expectativa de que Ancara tivesse acesso à tecnologia norte-americana que só havia sido transferida para Tel Aviv. Entretanto, esse processo não se materializou, a despeito dos esforços que os militares fizeram para possibilitá-lo. Na realidade, há um grande dilema no tocante ao tema, pois o Exército valoriza a aliança com Israel, mas várias lideranças do AKP se mostram reticentes quanto ao fenômeno. Nos últimos anos, a Rússia surgiu pela primeira vez como um exportador de armamentos para a Turquia, vendendo mísseis convencionais e um sistema de mísseis antitanque. O acordo também prevê transferência de tecnologia, uma exigência turca. A Coreia do Sul, por sua vez, defende a conclusão de uma parceria com a Turquia para modernizar suas Forças Aéreas, através da completa cessão de tecnologia, o que pode colocar o setor em um estágio diferenciado no médio e longo prazo.

Gráfico 3. Gastos Militares Nominais da Turquia



Fonte: SIPRI, 2012.

Gráfico 4. Gastos Militares da Turquia em percentual ao PIB



Fonte: SIPRI, 2012.

Os dados relativos à evolução dos gastos militares da Turquia evidenciam que o país não apresentou um padrão similar ao iraniano, por exemplo, pois não houve um aumento de receitas para esse setor. De fato, Ancara investiu, durante a última década,

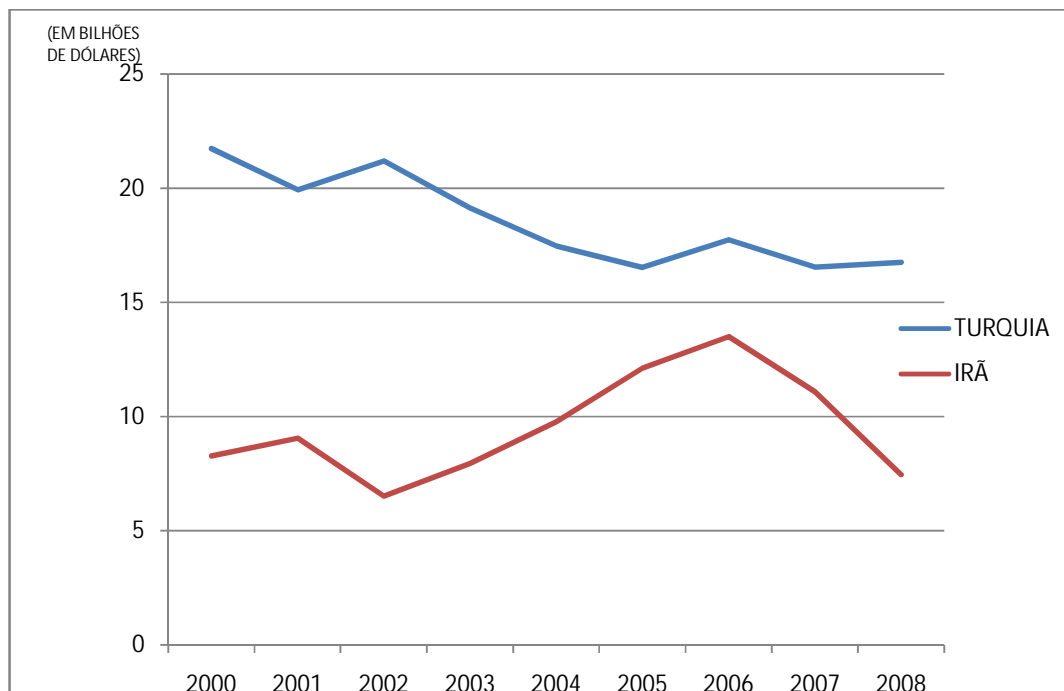
um valor semelhante ao registrado dez anos antes, à exceção do triênio 1998-2000, quando o gasto foi maior. Quando se aprecia a proporção do desembolso militar em relação ao PIB, verifica-se uma diminuição, uma vez que o índice atingiu o pico de 4% em 1999, mas caiu posteriormente, ficando em torno de 2,5% a partir de 2005. Esse comportamento pode ser explicado como sinal de que o montante tem sido mais bem investido, visto que o tamanho das Forças Armadas diminuiu, mas a aquisição de novos equipamentos recrudesciu. Em geral, esse processo reflete a desconfiança do AKP em relação ao Exército, que sempre se considerou como o bastião de defesa do kemalismo. Assim, o encolhimento dos efetivos acompanhados da modernização técnica seria uma maneira de limitar o papel dos militares na política nacional (SIPRI, 2012).

O Exército turco ainda conta com um vasto contingente, o que lhe confere algumas vantagens, sobretudo em relação aos seus vizinhos. Seus soldados são muito bem avaliados por suas qualidades em termos de combate e por terem considerável resistência em situações de grande exigência física. No que diz respeito aos equipamentos, nota-se que a Turquia ainda encontra-se atrasada, malgrado os recentes avanços. Ainda sim, o país assinou contratos com Israel para modernizar seus tanques, de origem alemã e assumiu a difícil tarefa de ser um dos poucos Estados que produzem um Tanque Principal de Batalha (MBT), a ser realizado em parceria com empresas sul-coreanas e alemãs. Ancara também tem empreendido medidas do gênero em relação aos helicópteros que auxiliam o Exército, a fim de atualizá-los com tecnologia moderna. Portanto, apesar de sua defasagem, o Exército turco já acelerou o ritmo das reformas que podem colocá-lo em um nível mais avançado (JANE's, 2009, p. 03 e 04).

A Marinha da Turquia tem suma importância, pois o país tem longas faixas costeiras e o comércio é vital para o funcionamento de sua economia. Após a invasão ao Chipre, em 1974, Ancara foi alvo de um embargo internacional, o que limitava sua capacidade de adquirir navios, forçando-a a desenvolver seu próprio sistema de construção naval. Nos decênios seguintes, a Turquia acordou uma parceria com empresas alemãs para incrementar a envergadura de sua Marinha, através da construção de submarinos e de outros equipamentos navais. Em 2007, foi anunciado o plano que prevê a fabricação de quatro fragatas com tecnologia norte-americana, para que o país não mais dependa da importação de navios de guerra usados dos Estados Unidos. A Marinha turca também conta com um expressivo contingente de soldados ativos e um número razoável de fuzileiros navais (McGregor, 2008, p. 17 e 18).

As Forças Aéreas apresentam um padrão similar ao observado no Exército e na Marinha. O efetivo é considerável, uma vez que há cerca de 60 mil soldados ativos atuando no segmento. Qualitativamente, são notáveis os progressos realizados nos últimos anos, que vêm dotando a Turquia de uma Aeronáutica mais eficiente e capaz de lidar com os desafios impostos pela guerra assimétrica e pela insurgência do PKK. Atualmente, o país possui a segunda maior frota de caças F-16, atrás apenas dos Estados Unidos. Seus F-4E e F-5A/B, que são anteriores aos F-16, foram modernizados pelos israelenses. Em compensação, a Turquia ainda tem deficiências em relação helicópteros que são utilizados pelas Forças Aéreas, na medida em que estão em baixo número, de acordo com as autoridades turcas, que os consideram como peça chave para o combate ao PKK. Ancara também falhou diversas vezes em sua tentativa de obter a transferência de tecnologia para a fabricação local de helicópteros (McGregor, 2008, p. 13-15).

Gráfico 5. Comparação dos Gastos Militares Nominais de Irã e Turquia



4. Conclusão

Ao longo do presente trabalho, foram estudados os aspectos relativos à formação nacional do Irã e da Turquia. Embora esses países já fossem impérios há centenas de anos, ambos se encontravam em uma situação catastrófica durante o século XIX, o que era motivado por sua incapacidade de lidar com as ameaças representadas pelas potências europeias, que lutavam para expandir suas respectivas esferas de influência, o que tinha implicações para otomanos e persas, que não conseguiram resistir. À medida que os países se mostravam, cada vez mais, inábeis para contornar a pressão das potências centrais, surgiam grupos que apregoavam a introdução de reformas em suas sociedades, de forma a torná-las modernas e adequadas para atuar no sistema internacional de maneira autônoma. São exemplos significativos desse processo os jovens turcos e o movimento constitucionalista no Irã, defensores ferrenhos da modernização política e do progresso econômico.

O Império Persa, durante a dinastia Qajar, conforme visto anteriormente, não era sombra do que fora outrora. Mesmo que o regime fosse extremamente autoritário, o poder governamental era muito limitado, não se estendendo além de Teerã. Da mesma forma, a burocracia e o Exército – cuja organização foi durante muito tempo realizada pela Rússia – eram irrelevantes, o que restringia os pontos de apoio do imperador. Nessas circunstâncias, havia muitos focos de pressão de forças centrífugas que visavam ao desmembramento da Pérsia, o que se agravava em face das dificuldades dos Qajars de enfrentar o problema. Assim, quando Reza Khan tomou o poder, sua primeira incumbência foi a pacificação interna, através da vitória sobre os movimentos secessionistas. Posteriormente, já no governo, Khan tratou de expandir as Forças Armadas e o corpo burocrático, a fim de alicerçar seu bastião de apoio, o que foi possível devido ao aumento das receitas que advieram da exploração petrolífera.

A República da Turquia traçou um caminho similar ao persa, razão pela qual os Estados mantiveram um bom relacionamento durante os governos de Reza Khan e Atatürk. Na realidade, o Império Otomano não enfrentava os mesmos obstáculos com os quais os Qajars lidavam, uma vez que sua supremacia estava mais consolidada. No entanto, havia muitas regiões sob seu controle que eram alvo da cobiça europeia, o que reduzia suas possibilidades de evitar sua fragmentação. De fato, a derrota otomana na Primeira Guerra Mundial selou o destino do Império, que foi dissolvido e perdeu todos

os seus territórios cuja população era majoritariamente árabe. Ao mesmo tempo, a Grécia buscava se aproveitar da situação, reivindicando áreas pertencentes à Turquia. Contudo, liderados pelo General Mustafá Kemal, os turcos conseguiram vencer os gregos e anular o Tratado de Sèvres, cujas cláusulas não só reduziam a extensão do novo país como confinavam sua autonomia, em virtude da criação de zonas desmilitarizadas.

As primeiras décadas após a ascensão de Reza Khan e Ataturk foram assinaladas pelas tentativas de promover o crescimento econômico, o que era visto como um aspecto indispensável à afirmação estatal. No Irã, as receitas originárias do petróleo e os investimentos externos proporcionaram uma expansão ímpar da produção nacional, além de desenvolver sua infraestrutura. Na Turquia, porém, o Estado tomou para si as rédeas da economia, tratando de fomentar a industrialização por meio do processo de substituição de importações. Em termos de política externa, vê-se claramente que os países abdicaram de adotar uma estratégia assertiva, temendo que suas ações pudessem desagradar outro Estado, principalmente uma potência europeia, e comprometer a integridade nacional. Havia, em suas lideranças, um forte receio em relação aos riscos da desintegração, em virtude de sua inferioridade em termos materiais, o que só poderia ser plenamente evitado se o desenvolvimento fosse fomentado de maneira célere e adequada.

É fundamental se ater ao processo de construção nacional na Turquia e no Irã, na medida em que estes revelam algumas das características de sua política externa até os dias de hoje. Apesar de seu atraso relativo, já estava bastante arraigado nas autoridades turcas e iranianas a noção de que seus países deveriam voltar a exercer um papel mais proeminente em longo prazo, tão logo estivessem assentadas as bases materiais que lhes permitissem. A questão identitária é indispensável para que se compreenda esse fenômeno, uma vez que ambos os Estados acreditavam que suas adversidades seriam superadas em determinado momento, o que faria com que voltassem a participar de maneira mais ativa no sistema internacional. Não havia, como há em países outros subdesenvolvidos, a percepção de que suas mazelas espelhavam um dilema estrutural cuja solução não estaria ao alcance de ninguém.

Naturalmente, é preciso ressaltar que esse aspecto não se revelava conscientemente na ideologia daqueles que o promoviam: a retração diplomática inicial

não seria uma tática de curto prazo, esperando que pudesse ser revertida em pouco tempo, quando os países retomariam um projeto de liderança. As lideranças iranianas e turcas abraçaram essa iniciativa porque consideraram que a alternativa oferecia um risco muito grande, que abriria perspectivas para um ataque estrangeiro. Entretanto, conquanto soubessem dessas deficiências e da necessidade de uma política de boa vizinhança, tanto no Irã quanto na Turquia não se desenraizou a ideia de que os países já haviam conhecido um período de esplendor, ainda que esse pensamento tenha permanecido ofuscado pelas circunstâncias que o inibiam. Logo, sempre esteve presente, em ambos os casos, a concepção segundo a qual a liderança regional seria uma fatalidade se a conjuntura fosse favorável.

Não obstante alguns avanços importantes em termos de desenvolvimento econômico e reforço de capacidades militares, Ancara e Teerã ainda se viam às voltas de um mundo hostil, em decorrência do perigo representado por uma ataque estrangeiro. De fato, o Irã havia sido invadido, 1941, por tropas britânicas e soviéticas, que temiam a crescente influência alemã no país. Havia, também, pressões separatistas, sobretudo no Azerbaijão, que faziam com que a unidade territorial não estivesse assegurada. A Turquia, por sua vez, não passou por um processo análogo, mas suas lideranças não estavam seguros de que uma invasão pudesse ser plenamente descartada. Esse zelo se justificava porque, antes da Segunda Guerra Mundial, houve uma aproximação turco-russa, fato absolutamente *sui generis* dada a histórica rivalidade entre os países. Todavia, com o final do conflito, os soviéticos demandaram bases militares na Turquia, o que não era visto com bons olhos por Ancara, que se virou em direção aos Estados Unidos para impedir a presença soviética em seu solo.

Ainda que Ancara tenha se alinhado às potências capitalistas logo nos primeiros anos de Guerra Fria, o mesmo não pode ser dito em relação a Teerã, embora tampouco se possa afirmar o contrário. Na realidade, após a ocupação britânico-soviética, o Xá Reza Khan abdicou em nome de seu filho, que teve poderes muito reduzidos a princípio. Até 1953, o controle político no Irã era exercido pela Majlis, onde o Partido Comunista (Tudeh) e outros setores nacionalistas tinham bastante prestígio, o que acarretou a nacionalização dos recursos petrolíferos, desagradando as empresas norte-americanas e europeias que lá prospectavam. Na esteira desses acontecimentos, foi desencadeada a Operação Ajax, que levou à deposição de Mossadegh e a promoção de

Reza Pahlevi como principal dirigente iraniano. Nesse momento, enfim, o Irã se firmou como um parceiro norte-americano.

Durante as décadas de 1960 e 1970, os Estados Unidos mantiveram melhores relações com os iranianos do que com os turcos. Em relação aos primeiros, nota-se que houve um estreitamento de laços em virtude de seu grande contingente populacional e do crescimento econômico, pois esses aspectos permitiram que o Irã se tornasse um bastião de defesa norte-americano no Oriente Médio. Com efeito, Reza Pahlevi apostou na modernização de suas Forças Armadas para fortalecer seu país e seu regime. Ancara, porém, teve alguns dissabores com Washington após a crise dos mísseis, em 1962, uma vez que a importância geoestratégica da Turquia foi radicalmente reduzida. Nesse ínterim, o governo turco promoveu, malgrado a insatisfação norte-americana, uma invasão ao Chipre, descontentando os Estados Unidos. Essas crises, no entanto, não assinaram uma ruptura nas relações turco-americanas, mas somente pequenos desvios que sofreram uma correção de rumos a partir de 1979, com a invasão soviética ao Afeganistão.

É incontestável o fato de que o ano de 1979 representou um ponto de inflexão para a política externa iraniana, além de implicar a reaproximação entre Turquia e Estados Unidos. A Revolução Islâmica tinha como uma de suas pedras angulares a crítica à aliança que Reza Pahlevi havia formalizado com os norte-americanos. Assinala-se, ainda, um caráter fortemente nacionalista, pois o novo regime optou por nacionalizar as empresas estrangeiras que estivessem no país, a fim de transferir a riqueza para os iranianos. Entretanto, a guerra contra o Iraque fez com que o Irã tivesse de concentrar seus esforços em vencer seu inimigo, sem poder encetar grandes transformações na política regional, o que se agravava por suas reprovações às petromonarquias, que apoiavam Saddam Hussein. Concomitantemente, na Turquia, Turgut Ozal se beneficiava das altas taxas de crescimento econômico que fizeram com que seu país se tornasse um exportador de produtos manufaturados, fenômeno fundamental para explicar a atual política externa turca.

Os anos iniciais do pós-Guerra Fria foram indicativos de que os assuntos regionais seriam prioritários para o Irã e para a Turquia, embora o desenvolvimento dessa estratégia não tenha se delineado plenamente até a virada do século. Em seguida à queda da União Soviética, a bipolaridade deixou de ser a tônica das relações

internacionais, o que permitiu a alguns países principiar uma política de integração regional mais contundente. Em Teerã, assistiu-se a modificações decisivas, tais como a busca por investimentos externos e por um acercamento com os Estados do Oriente Médio, mesmo as famigeradas petromonarquias. Da mesma forma, Ancara tratou de se fazer mais presente nessa região, ainda que tenha integrado a coalizão norte-americana na Guerra do Golfo. Portanto, é imperativo salientar que, pela primeira vez, os governos turco e iraniano passaram a ter um mínimo de autonomia e condições materiais para pleitear a liderança regional, ideia que começou a ganhar visibilidade e contornos claros.

No princípio dos anos 2000, alguns acontecimentos concorreram para anunciar grandes transformações para as políticas externas de Irã e Turquia. Acima de tudo, observa-se que os iranianos conseguiram recobrar o crescimento econômico através da atração de IED em seu setor petrolífero, infraestrutura e construção civil, além de investimentos estatais em diversas áreas. Ademais, a eleição de Mahmud Ahmadinejad cristalizou os temas regionais como a prioridade da política externa iraniana, visto que o novo presidente acreditava que o estabelecimento de boas relações com os países do Oriente Médio e da Ásia Central seria capaz de atenuar o alijamento iraniano imposto pelos Estados Unidos. Ancara, a despeito de algumas turbulências financeiras, manteve um ritmo acelerado de expansão de sua economia, cujo setor externo dinamizou-se ainda mais, assentado no recebimento de capitais externos em sua indústria. Politicamente, a ascensão do AKP marcou o surgimento da “Teoria da Estratégia Profunda” que defendia a necessidade de um projeto regional de poder para a Turquia, em razão de suas capacidades históricas e geográficas.

Durante o governo de Ahmadinejad, então, o Irã assumiu a tarefa de se promover regionalmente, o que se daria através do estreitamento de laços com os mais variados países. Esse processo tem se realizado de diversas formas, não se atendo às questões comerciais, ainda que estas façam parte do desígnio. Em termos políticos, Teerã conservou o apoio dado ao Hamas e ao Hezbollah, que controlavam a Faixa de Gaza e o Líbano. Nessa mesma linha, o país se mostrou satisfeito com o surgimento de um governo xiita no Iraque, e vem tentando viabilizá-lo. Da mesma maneira, os iranianos tentam desenvolver uma infraestrutura logística com os Estados vizinhos, para que sua economia se torne mais arrojada e possa se firmar como um centro decisório regional. Conquanto haja movimentos favoráveis à diplomacia iraniana, o

recrudescimento das sanções internacionais e a estagnação de sua economia após a crise financeira têm estorvado suas capacidades de levar a cabo as intenções de seus dirigentes.

A Turquia, a partir da ascendência do AKP, teve muito mais sucesso em se posicionar como uma liderança regional, quando comparada com o Irã. É fácil verificar que, comercialmente, o país dispunha de uma grande vantagem, pois sua economia é exportadora de produtos manufaturados e carente em termos energéticos, assegurando uma complementaridade econômica com seus vizinhos. Além disso, os empresários turcos têm capital para realizar muitos investimentos no exterior, sobretudo na construção civil, setor defasado em vários países da região. Do mesmo modo, Ancara se beneficia das boas relações que tem com os Estados Unidos – não obstante algumas divergências nos últimos anos –, uma vez que este país tem capitaneado uma série de obras que visam à construção de uma nova estrutura nos Estados que pertenciam à União Soviética, para que sua produção energética não tenha que passar pela Rússia ou pelo Irã.

A análise das economias turca e iraniana, realizada no capítulo precedente, evidencia a superioridade da Turquia. Essa situação não decorre somente de fatores quantitativos – expressos através do PIB –, mas sobretudo porque a composição setorial é muito diferente em cada um dos casos: o Irã é altamente dependente das exportações de petróleo, o que faz com que a renda nacional oscile em função da variação do preço desta commodity, ao passo que a Turquia tem uma produção muito diversificada e bastante competitiva em diversos setores. As complicações iranianas se acentuam à medida que avança sua defasagem em termos tecnológicos, o que é causado pelas sanções internacionais, que limitam os investimentos externos no Irã. Ancara, além de estar nos fluxos de capitais que modernizam sua indústria, tem a vantagem de ter uma complementaridade comercial com os países vizinhos, o que enseja o aumento das correntes de negócios.

Assim como se nota uma supremacia turca no tocante à economia, o mesmo se pode afirmar em relação às suas capacidades militares. Conforme foi averiguado através das estatísticas, a Turquia se encontra à frente em termos quantitativos, uma vez que seus gastos militares são mais expressivos e suas Forças Armadas são maiores. Esses aspectos, porém, não esgotam a questão, pois Ancara também está muito adiantada sob

o ponto de vista tecnológico. Nos últimos anos, o país usufruiu de uma parceria militar com Estados Unidos, Alemanha e Israel, e ultimamente vem se aproximando da Coreia do Sul. Sua indústria de defesa tem se notabilizado por seu desenvolvimento, que permite à Turquia ingressar no mercado de armamentos. O Irã, por outro lado, tem de lidar com um embargo internacional que impede a modernização de seus equipamentos bélicos, como atesta a recusa do governo russo de vender um sistema antimísseis que havia prometido aos iranianos.

Portanto, nesta pesquisa foram elucidados os processos de construção nacional no Irã e na Turquia. Após um longo período fragilizados ou constrangidos pela bipolaridade do sistema internacional, os países firmaram uma base mais sólida econômica e militarmente, que, após a Guerra Fria, lhes possibilitou conceber um projeto de hegemonia regional, cristalizado no último decênio, com os governos de Ahmadinejad e Erdogan. No entanto, como ambos disputam um espaço geoestratégico comum, via de regra, é razoável considerar que a liderança só poderia acontecer para um deles. Em face a este dilema, a comparação estabelecida entre os países, sob o ponto de vista econômico e militar, sinalizou que a Turquia se mostra muito mais consolidada para exercer a função de líder regional, o que se aprofunda com o progressivo alijamento iraniano.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABDULLA, Abdul K. The Gulf Cooperation Council: nature, origin and process. In: HUDSON, Michael (Org.). **The Middle East Dilemma: the politics and economics of arab integration**. New York: Columbia University, 1999.

ABRAHAMIAN, Ervand. **A History of Modern Iran**. Cambridge: University Press, 2008. In: Institute for the Study of Diplomacy, 1993.

ARAS, Bulent. **Turkey and the Palestinian Question**. In: Foundation for Political Economic and Social Research, Brief n° 27, 2009.

ARAS, Bulent; AKPINAR, Pinar. **The Relations Between Turkey and the Caucasus**. In: Perceptions, Vol. 16 n° 3, 2011.

ALESSANDRI, Emiliano. **The New Turkish Foreign Policy and the Future of Turkey-EU Relations**. In: Instituto Affari Internazionali, Documenti IAI, 2010.

ALTUNISIK, Meliha; TÜR, Özlem. **Turkey: Challenges of continuity and change**. London: Routledge Curzon, 2005.

ATILLASOY, Yuksel. **Mustafa Kemal Atatürk: First President and Founder of the Turkish Republic**. New York: Woodside House, 2002.

AMINEH, M. P; EISENSTADT, S. N. **The Iranian Revolution**. In Perspectives on Global Development and Technology, Vol. 6, 2007.

ARJOMAND, Said. **Iran's Islamic Revolution in Comparative Perspective**. In: World Politics, Vol. 38 n° 3, 1986.

ATAMAN, Muhittin. **Leadership Change: Ozal Leadership and Restructuring in Turkish Foreign Policy**. In: Alternatives Turkish Journal of International Relations, Vol. 1 n° 1, 2002.

ATLI, Altay. **Questioning Turkey's China Trade**. In: Turkish Policy Quarterly, Vol. 10 n° 2, 2011.

AYDIN, Mustafa. **Turkish Foreign Policy and the End of the Cold War: Roots and Dynamics**. In: Turkish Yearbook, Vol. 36, 2005.

- AYHAN, Veysel. **Turkey-Lebanon Relations: Perceptions of Turkey Among the Religious and Sectarian Factions in Lebanon**. In: Center for Middle Eastern Strategic Studies, Report n° 5, 2009.
- BAHRAMITASH, Roksana. **Revolution, Islamization and Women's Employment in Iran**. In: The Brown Journal of World Affairs, Vol. 9, n° 2, 2003.
- BARAN, Zeyno et al. **Turkey's Identity and Strategy: A Game of Tri-Dimensional Chess**. In: Power and Principles: International Leadership in a Shrinking World, 2008.
- BARKEY, Henri. **Turkish Foreign Policy and the Middle East**. Ceri Strategic Papers, SciencesPo.N° 10, 2011.
- BARLAS, Dilek. **Etatism and Diplomacy in Turkey: Economic and Foreign Policy Strategies in an Uncertain World, 1929 - 1939**. New York: Brill, 1998.
- BARZEGAR, Kayhan. **Iran, the Middle East and International Security**. In: Ortadogu Etutleri, Vol. 1 n° 1, 2009.
- BARZEGAR, Kayhan. **Iran's Foreign Policy Strategy After Saddam**. In: The Washington Quarterly, V. 33 n° 1, 2010.
- BAYLIS, John et al. **Strategy in the Contemporary World**. Oxford: University Press, 2006.
- BEHROOZ, Maziar. **Tudeh Factionalism and the 1953 Coup**. In: International Journal Middle East Studies, Vol. 33, 2001.
- BOER, Lucinda. **Analyzing Iran's Foreign Policy**. Amsterdam: MSC International Relations, 2009.
- BROGAN, Patrick. **World Conflicts**. Londres: Bloomsbury, 1989.
- BURAK, Bagum. **The Role of the Military in Turkish Politics: To Guard Whom and From What?**. In: European Journal of Economic and Political Studies, Vol. 4 n° 1, 2011.
- ÇALIS, Saban. **Formative Years: A Key for Understanding Turkey's Membership Policy towards the EU**. In: Perceptions, 2004.

CARLEY, Patricia et al. **Greek-Turkish Relations and U.S. Foreign Policy**. In: United States Institute of Peace, 1997.

ÇELİK, Aliye; ÇELİK, Laura. **Turkey: Current and Future Political, Economic and Security Trends**. In: Canadian Defense & Foreign Affairs Institute, 2012.

CHUBIN, Shahram. **Whither Iran?**. In: The International Institute for Strategic Studies, Adelphi Series n° 343, 2002.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CORDESMAN, A. **Iran's Developing Military Capabilities**. CSIS, Washington, 2004.

ÇOSAR, Nevîn; DEMİRİCİ, Sevtap. **The Mosul Question and the Turkish Republic: Before and After the Frontier Treaty, 1926**. In: The Turkish Yearbook, Vol. 35, 2004.

CRANE et al. **Iran's Political, Demographic, and Economic Vulnerabilities**. National Defense Research Institute, 2010.

CURTIS, E. Gleen; HOOGLUND, Eirc. **Iran: A Country Study**. Washington: Library of Congress, 2008.

D'MATO, Jordan. **U.S. Strategic Competition with Iran: Energy, Economics, Sanctions, and the Nuclear Issue**. In: Center for Strategic and International Studies, 2011.

EFEGİL, Ertan. **Rationality Question of Turkey's Central Asia Policy**. In: Bilgi, Vol. 19, n° 2, 2009.

EISENSTADT, Michael. **The Armed Forces of the Islamic Republic of Iran**. In: Assessment Middle East Review of International Affairs, Vol. 4 n°1, 2001.

EISENSTADT, Michael. **The Strategic Culture of the Islamic Republic of Iran**. In: MES Monographs, Vol. 1 n°1, 2011.

ERTUGRUL, Dogan. **A Test for Turkey's Foreign Policy: The Syria Crisis**. In: TESEV Foreign Policy Programme, 2012.

- FARROKH, Kaveh. **Iran at War**. Oxford: Osprey, 2011.
- FELDBERG, Samuel. **Estados Unidos e Israel: Uma Aliança em Questão**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
- GARVER, John. **China's current and emerging foreign policy priorities**. China's Iran Policies. Sam Nunn Institute of International Affairs, 2011.
- GELBART, Jonathan. **The Iran-Syria Axis: A Critical Investigation**. In: Stanford Journal of International Relations, Vol. 12 n° 1, 2010.
- GLOBAL DEFENCE. Disponível em: <http://www.globaldefence.net>. Último acesso: 02/12/12.
- GOKSEL, Nigar. **Turkey and Azerbaijan: Passion, Principle or Pragmatism?**. In: The German Marshall Fund of the United States, 2009.
- GOLDMAN, David. **Ankara's "Economic Miracle" Collapses**. In: Middle East Quarterly, 2012.
- GRIGORIADIS, Ioannis. **The Davutoglu Doctrine and Turkish Foreign Policy**. ELIAMEP Working Paper N° 8, Bilkent University, 2010.
- GURTANA, Anil. **Turkish-Russian Relations in the Post Soviet Era: From Conflict to Cooperation?**, 2006.
- HALLIDAY, Fred. **Iranian Revolution in International Affairs: Programme and Practice**. In: The Turkish Yearbook, Vol. 17, 1977.
- HELVACI, Pelin. **A Critical Approach: Political Thoughts of the Young Ottomans**. In: European Journal of Social Sciences, Vol. 16, n° 3, 2010.
- HILTERMANN, Joost. **"America Didn't Seem to Mind Poison Gas"**. Disponível em: <http://www.globalpolicy.org/component/content/article/69/36403.html>. Último Acesso: 01/11/12.
- HIRO, Dilip. **Inside Central Asia**. Londres: Overlook Duckworth, 2009.
- ILIAS, Shayerah. **Iran's Economic Conditions: U.S. Policy Issues**. Congressional Research Service, 2008.

ILIAS, Shayerah. **Iran's Economic Conditions: U.S. Policy Issues**. Congressional Research Service, 2010.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance**. Londres: Routledge, 2010.

JANE's. **World Armies: Iran**. Londres: Jane's Information Group, 2009.

JANE's. **World Armies: Turkey**. Londres: Jane's Information Group, 2009.

JENKINS, Gareth. **Occasional Allies; Enduring Rivals: Turkey's Relations with Iran**. Central Asia-Caucasus Institute Silk Road Studies Program, 2012.

JONES, Oliver. **Iran's Intelligence Apparatus**. In: Iran's Insights, 2011.

KAKIZAKI, Masaki. **Ethnic Cleansing or Genocide?**. In: Critical Middle Eastern Studies, Vol. 16 n° 1, 2007.

KAN, Margaret. **Turkey and China: Complexity and Implications**. In: EU-China Business Management Training Project n° 11, 2008.

KAPLAN, Ferhat. **The Role of the Young Ottomans in the Transformation of Mentality in the Ottoman Empire**. 2007.

KARSH, Efraim. **The Iran-Iraq War, 1980-1988**. Londres: Osprey, 2002.

KAYA, Kemal. **Turkey's New Challenges in the Caucasus and Central Asia**. Central Asia- Caucasus Analyst. 2001.

KAZEMZADEH, Masoud. **Ahmadinejad's Foreign Policy**. In: Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East, Vol. 27 n° 2, 2007.

KEMENADE, Willem. **Iran's Relations with China and the West: Cooperation and Confrontation in Asia**. The Hague: Netherlands Institute of International Relations, 2010.

KERR, Paul. **Iran's Nuclear Program**. In: Congressional Research Service, 2012.

KINIKLIOGLU, Suat. **Turkey and Russia: Partnership by Exclusion?**. In: Insight Turkey, Vol. 8 n° 2, 2006.

- KINNANDER, Elin. **The Turkish-Iranian Gas Relationship: Politically Successful, Commercially Problematic.** Oxford Institute for Energy Studies, ng 38, 2010.
- KOOLAEI, Elaheh. **Iran and Russia.** Conference on Russia and Islam, 2008.
- KOZHANOV, Nikolay. **Russia's Relations with Iran: Dialogue without Commitments.** In: The Washington Institute for Near East Policy, 2012.
- LOONEY, Robert. **The Role of Military Expenditures in Pre-Revolutionary Iran's Economic Decline.** In: Iranian Studies, Vol. 21 n° 3-4, 1988.
- LOTFIAN, Saideh. **Implications of Nuclear Power Programs and Nuclear Threats in the Middle East.** In: The Iranian Journal of International Affairs, Vol. 20 n° 4, 2008.
- MACKAY, Sandra. **The Iranians: Persia, Islam and the Soul of a Nation.** New York: Penguin Group, 1996.
- MAKOVSKY, Alan. **The New Activism in Turkish Foreign Policy.** In: SAIS Review, Winter/Spring, 1999.
- MANGO, Andrew. **Atatürk.** Londres: John Murray, 2004.
- MANSFIELD, Peter. **A History of the Middle East.** Londres: Penguin Books, 2003.
- MCGREGOR, Andrew. **Arming for Asymmetric Warfare: Turkey's Arms Industry in the 21st Century.** The Jamestown Foundation, 2008.
- MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics.** New York: W. W. Norton & Company, 2001.
- MILZA, Pierre. **As Relações Internacionais de 1871 a 1914.** Rio de Janeiro: Edições 70, 2007.
- MOUBAYED, Sami. **Turkish-Syrian Relations: The Erdogan Legacy.** In: Foundation for Political, Economic, and Social Research, n° 25, 2008.
- MOUGEL, François-Charles; PACTEAU, Séverine. **História das Relações Internacionais.** Lisboa: Publicações Europa-América, 2009.
- NATHANSON, Roby; BRAND, Gilad. **Economic Overview of Turkey.** Israeli European Policy Network, 2011.

NOBLE, Paul. **The Prospects for Arab Cooperation in a Changing Regional and Global System.** In: HUDSON, Michael (Org.). *The Middle East Dilemma: the politics and economics of arab integration.* New York: Columbia University, 1999.

ÖNIS, Ziya. **The New Wave of Foreign Policy Activism in Turkey.** DIIS Report, Vol.5, 2009. ÖZTÜRK, Asiye. **Turkey: Europe's Bridge to the Middle East.** Israel Journal of Foreign Affairs, Vol. 2, N.2, 2008.

OWEN, Roger; PAMUK, Sevket. **A History of Middle East Economies in the Twentieth Century.** Londres: I.B.Tauris, 1998.

OZBAY, Fatih. **The Relations between Turkey and Russia in the 2000s.** In: *Perceptions*, Vol. 16 n° 3, 2011.

OZDEN, Kemal; YILMAZ, Ihsan. **An Attempt at Pseudo-Democracy and Tactical Liberalization in Turkey: An Analysis of Ismet Inonu's Decision to Transition to a Multi-Party Political System.** In: *European Journal of Economic and Political Studies*, Vol. 3, n° 2, 2010.

PAINTER, David. **The United States, Great Britain and Mossadegh.** In: *Institute for the study of diplomacy*, 1993.

PERRY, Elise. **The Rise of Shiism in Iran.** In: *Cross-Sections*, Vol. 6 n° 1, 2010.

PEYROUSE, Sébastien. **The Iranian Nuclear Crisis as Seen from Central Asia.** In: *Foreign Policy and Civil Society Program*, 2012.

PINTO, Maria. **O Irão de Ahmadinejad.** In: *Nação e Defesa*, Vol. 3 n° 117, 2007.

RAKEL, Eva. **Iranian Foreign Policy since the Islamic Revolution: 1979-2006.** In: *Perspectives on Global Development and Technology* Vol.6, n° 1, 2007.

RAMAZANI, R.K. **Understanding Iranian Foreign Policy.** The Middle East Institute Viewpoints, 2009.

ROGAN, Eugene. **The Emergence of the Middle East into the Modern State System.** In: FAWCETT, Louise (org.). *International Relations of the Middle East.* Oxford: University Press, 2009.

- RUSSEL, Edward. **Crisis in Iran: Operation Eagle Claw**. In: WARNOCK, Timothy. Short of War. Washington, DC: Air Force History and Museums Program, 2000.
- SAYARI, Sabri. **Turkish Foreign Policy in the Post-Cold War Era: The Challenges of Multi-Regionalism**. In: Journal of International Affairs, V. 54 n° 1, 2000.
- SHADMEHR, Mehdi. **Ideology and the Iranian Revolution**. 2010.
- SHANAHAN, Rodger. **The Gulf States and Iran: Robust Competitors or Interested Bystanders?**. In: Lowy Institute for International Policy, 2009.
- SHELALA II, Robert et al. **U.S. and Iranian Strategic Competition: the Impact on Afghanistan, Central Asia and Pakistan**. Center for Strategic & International Studies, 2012.
- SINKAYA, Bayram. **Conflict and Cooperation in Turkey-Iran Relations**, 2004.
- SMITH, Ben. **Iran's Nuclear Program: an update**. In: House of Commons Library: International Affairs and Defence Section, 2011.
- SMITH, Dan. **Atlas do Oriente Médio**. São Paulo: Publifolhas, 2008.
- STOKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **SIPRI Milex Database**. Disponível em: http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database. Último acesso: 03/12/12.
- SZYMANSKI, Adam. **Crisis in Turkey-Israel Relations**. In: The Polish Institute of International Affairs, Bulletin n° 18, 2010.
- TANKA, Jaal. **Grey Wolves in the Netherlands**. In: NRC Handelsblad n° 2, 2005.
- THALER, David et al. **Mullahs, Guards and Bonyads: An Exploration of Iranian Leadership Dynamics**. National Defense Research Institute, 2010.
- TRENIN, Dmitri; MALASHENKO, Alexey. **Iran: A View from Moscow**. In: Carnegie Endowment for International Peace, 2010.
- TURAN, Ilter. **Turkey and the Mediterranean: Balancing Geopolitics and Geoeconomics**. Mediterranean Policy Program, 2011.

- ÜNZAL, Artun. **Atatürk's, Reforms: Realization of an Utopia by a Realist.** In: The Turkish Yearbook, Vol. 19, 1979.
- VIZENTINI, Paulo. **República Islâmica do Irã: potência emergente ou regime em crise?.** NERINT, 2010.
- VLANTON, Elias; ALICIA, Diane. **The 1959 Cyprus Agreement: Oracle of Disaster.** In: Journal of Hellenic Diaspora, 1984.
- WILNER, A; CORDESMAN, A. **U.S. and Iranian Strategic Competition: The Gulf Military Balance.** CSIS, Washington, 2011.
- YAPP, M.E. **The Making of Modern Middle East.** Londres: Longman, 1996.
- YARI, Houshang. **Les Relations Turco-Iraniennes: Un Mariage de Raison.** In: Géostratégiques, n° 30, 2011.
- ZADEH, Kaweh. **Iran's Strategy in the South Caucasus.** Caucasian Review of International Affairs, Vol. 2 n° 1, 2008.
- ZAFAR, Shaista. **Turkey's "Zero Problems with Neighbours" Foreign Policy: Relations with Syria.** In: Journal of European Studies, 2012.
- ZANOTTI, Jim. **Turkey: Background and U.S. Relations.** In: Congressional Research Service, 2012.
- ZÜRCHER, Erik. **The Young Turks: Children of the Borderland?.** In: Turkology Update Leiden Project, 2002.